

Alda Mourão Filipe  
Coordenadora

A REGIÃO de

# LEIRIA

IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE LEIRIA

908/LEI/53

Alda Mourão Filipe  
Coordenadora

25/02/10

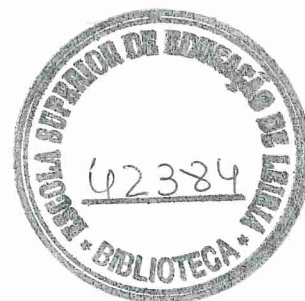
A REGIÃO de

# LEIRIA

IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO  
Um percurso histórico e geográfico

A Biblioteca da nossa escola,  
oferta dos gestores

Alda Filipe  
Mourão



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE LEIRIA

## FICHA TÉCNICA

**Título:**

REGIÃO DE LEIRIA  
IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO

**Coordenação:**

Alda Mourão Filipe

**Texto:**

Alda Mourão Filipe  
Dina Duarte Alves  
Graça Poças Santos

**Fotografia:**

Joana Soares

**Mapas:**

Vitor Torres

**Foto das guardas do livro:**

Instituto Geográfico Português

[www.igeo.pt](http://www.igeo.pt)

Landsat, 1998; Composição 543, resolução: 25 metros.

**Direcção de Arte:**

Works, Comunicação Global

[www.works.com.pt](http://www.works.com.pt)

**Editor:**

Instituto Politécnico de Leiria

[www.ipleiria.pt](http://www.ipleiria.pt)

Rua General Norton de Matos

Apartado 4133

2411-901 Leiria

Portugal

Tel.: 234 406 300

Fax: 234 406 301

**Impressão:**

Guide - Artes Gráficas, Lda

[www.guide.pt](http://www.guide.pt)

**Tiragem:**

2500 exemplares

**Agradecimentos:**

Barros III, Castanheira de Pêra

Câmara Municipal de Leiria

Câmara Municipal da Marinha Grande

Canívidro,

Cerâmica Vala,

Escola Amarela, Leiria

Fábrica - Museu Bordalo Pinheiro, Caldas da Raíña

Icomatro, Pombal

Instituto Geográfico Português

Direcção Mosteiro Alcobaça

Direcção Mosteiro Batalha

Museu Escolar, Marrazes - Leiria

**ISBN:**

972-8793-05-7

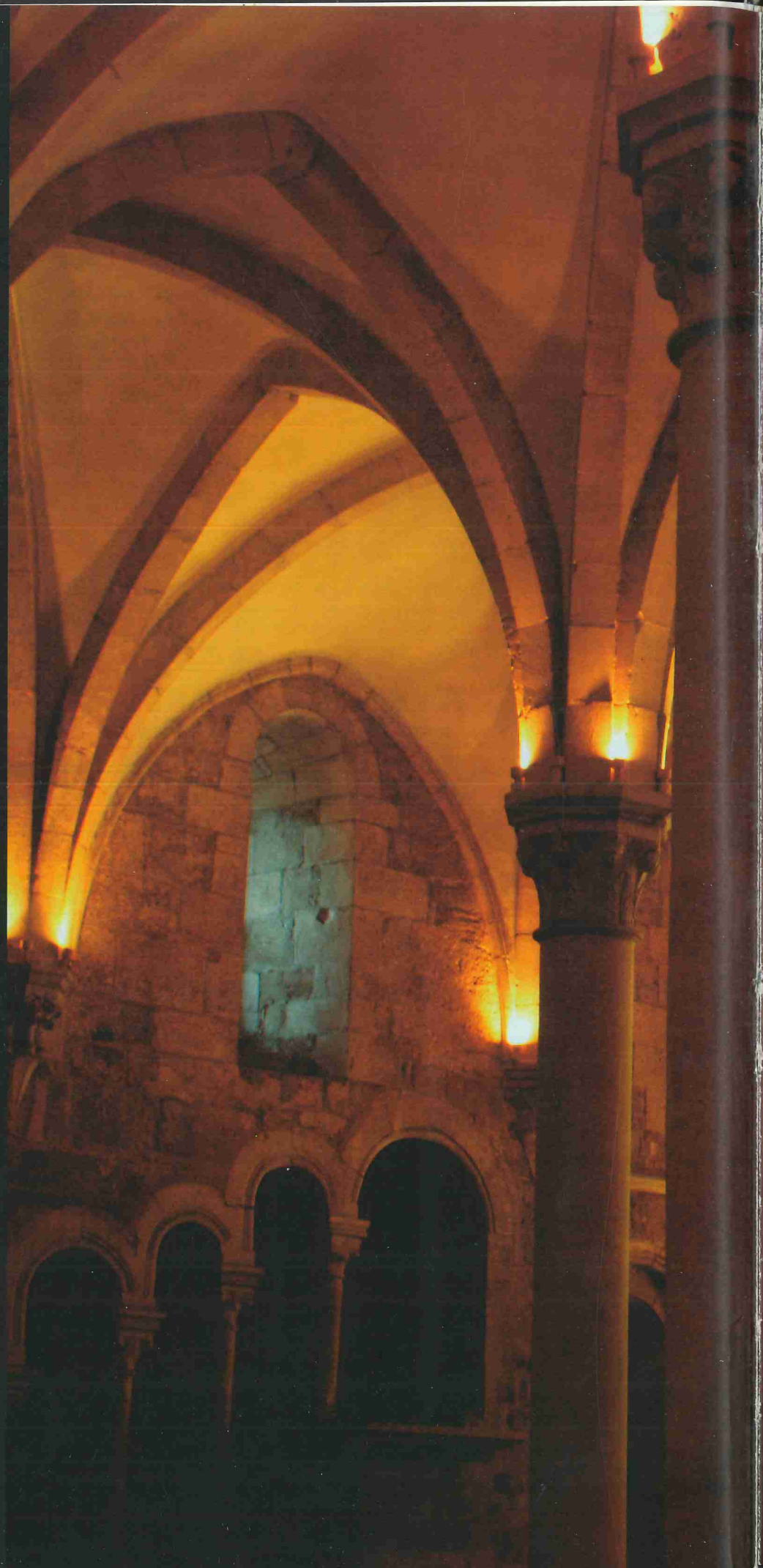
**Depósito Legal:**

233938/05

Data da 1.ª edição: Outubro de 2005

**Foto da Capa:**

Leiria, Vista do Castelo

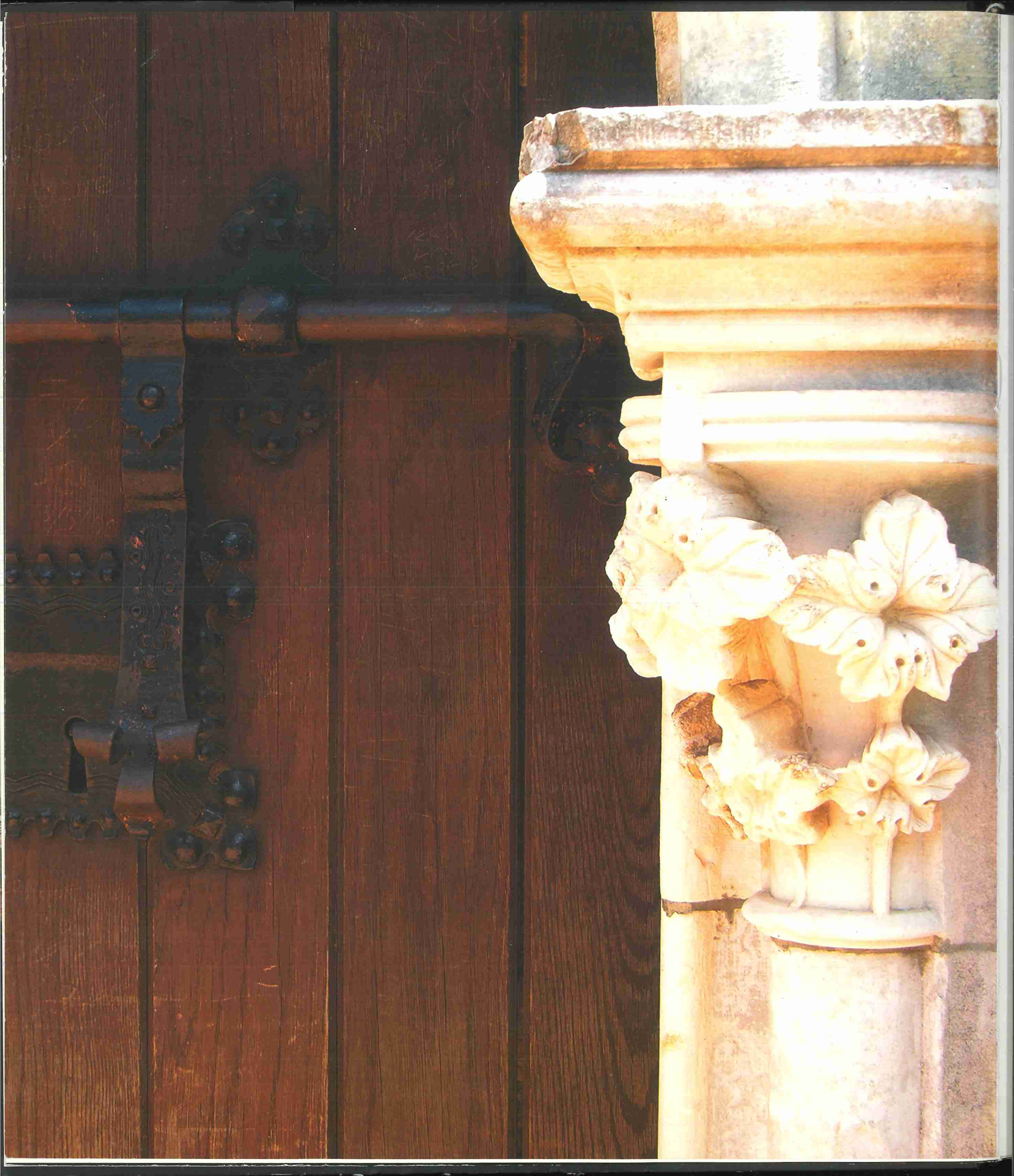




# ÍNDICE

## **Região de Leiria: o Homem e a Terra – subsídios para a sua história**

NOTA DO PRESIDENTE	9
INTRODUÇÃO	10
DO ESPAÇO ÀS PESSOAS	
Um relance sobre o espaço regional em estudo	15
A linguagem dos mapas	21
Os dinamismos demográficos regionais	33
Estrutura sectorial da população activa: uma região em transformação acelerada	45
LEIRIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL (SÉCULOS XII-XVIII)	
Leiria e a Reconquista Cristã	55
O Povoamento	63
O Papel da região na construção do Estado Português – alguns acontecimentos marcantes da sua história	67
O Processo de Industrialização no século XVIII	75
A IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA (SÉCULOS XIX-XX)	
A estruturação da economia	
Os recursos naturais	79
A circulação de pessoas e de bens	81
Os sectores económicos	83
A formação do tecido empresarial	
A empresa	89
O empresário	91
Estruturação do espaço urbano e de novas formas de sociabilidade	93
O ENSINO NA REGIÃO DE LEIRIA (DA IDADE MÉDIA À CONTEMPORÂNEIDADE)	
A Evolução do Ensino em Portugal	97
O Ensino em Leiria e na sua Região	105
O ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO	109
O Ensino Superior em Leiria	113
O Ensino Superior de Educação em Leiria	116
EM CONCLUSÃO	118
BIBLIOGRAFIA	120
ÍNDICE DAS FIGURAS E IMAGENS	121
ANEXOS	122



# NOTA DO PRESIDENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

○ livro que agora publicamos, *A Região de Leiria, Identidade e Desenvolvimento, Um percurso histórico e geográfico*, é antes de mais, uma homenagem do Instituto Politécnico de Leiria à região que o acolhe.

A publicação, que se integra nas iniciativas que assinalam o 25º aniversário do Instituto, testemunha o trabalho que temos desenvolvido em prol do desenvolvimento do país e da região em que estamos inseridos. Partilhamos os sucessos, certos de que eles são também o fruto do dinamismo e do empenhamento da sociedade civil, das empresas, de muitas entidades públicas e privadas que têm acreditado no nosso projecto e que têm feito do Instituto uma Instituição de sucesso numa região de cuja construção também somos obreiros.

Contribuir para contar a história de algumas histórias das gentes, dos locais e das contingências que fizeram esta região é o objectivo deste livro. É uma forma de tornar presente donde vimos, para podermos saber para onde vamos.

À Região de Leiria e Oeste o nosso obrigado. Fica aqui esta modesta contribuição.

Às autoras do livro que aceitaram o desafio que, há alguns meses, lhes fiz para darem testemunho dos percursos destas terras e destas gentes um agradecimento muito especial em meu nome e em nome da Instituição a que todos pertencemos – o Instituto Politécnico de Leiria.

Leiria, 15 de Setembro de 2005

*Luciano Rodrigues de Almeida*

## INTRODUÇÃO

A realidade histórico-geográfica do espaço que nos propomos percorrer, nas páginas seguintes, leva-nos à intersecção de um eixo litoral de grande tradição e pujança (Lisboa-Porto). Dele faz ainda parte um interior definido não só pelo afastamento da linha de costa, mas também pelos condicionalismos decorrentes de vias de comunicação mais deficitários, até há poucos anos. Ficamos perante um espaço diverso, sujeito a todo um conjunto de circunstâncias que, ao longo dos séculos, desenharam o contraste necessário à potencial diversidade de comportamentos, basicamente ligados à vida económica, às sociabilidades, às manifestações mentais e culturais.

Fundamentalmente, o âmbito da História e o da Geografia orientaram o percurso deste texto. Mas, frequentemente, aparentamos ultrapassar os limites destas ciências, para atravessarmos outras áreas. Tal resulta, sem dúvida, dos diferentes ramos de análise a que os estudos regionais estão sujeitos, quando considerados na óptica do cientista do social. No que concerne ao devir histórico, os modelos de análise têm-se sucedido, desde os mais restritos e clássicos aos pluridisciplinares, que põem em diálogo geógrafos, economistas, sociólogos, antropólogos. Sem qualquer pudor ou preconceito, a História muito tem beneficiado destes encontros. Neste “fazer história”, criando fortes alicerces através da Geografia, a nossa experiência foi a de sistemática abertura para diferentes leituras desta mesma realidade e o enriquecimento da problematização que tal significou.

O trajecto que apontamos para uma “visita” à região definida pelo actual distrito de Leiria, a que associamos o concelho de Ourém, pelas óbvias relações de vizinhança, inicia-se com a apresentação do espaço e da população que o habita, no primeiro capítulo. Num processo evolutivo, apontam-se os ciclos de mudanças que ambos sofreram, ao longo dos séculos. Foi dado um realce muito especial aos diferentes “mapas” que a região comporta, em função da especialização dos âmbitos considerados para a implementação de divisões que se sobrepõem ou contrariam.

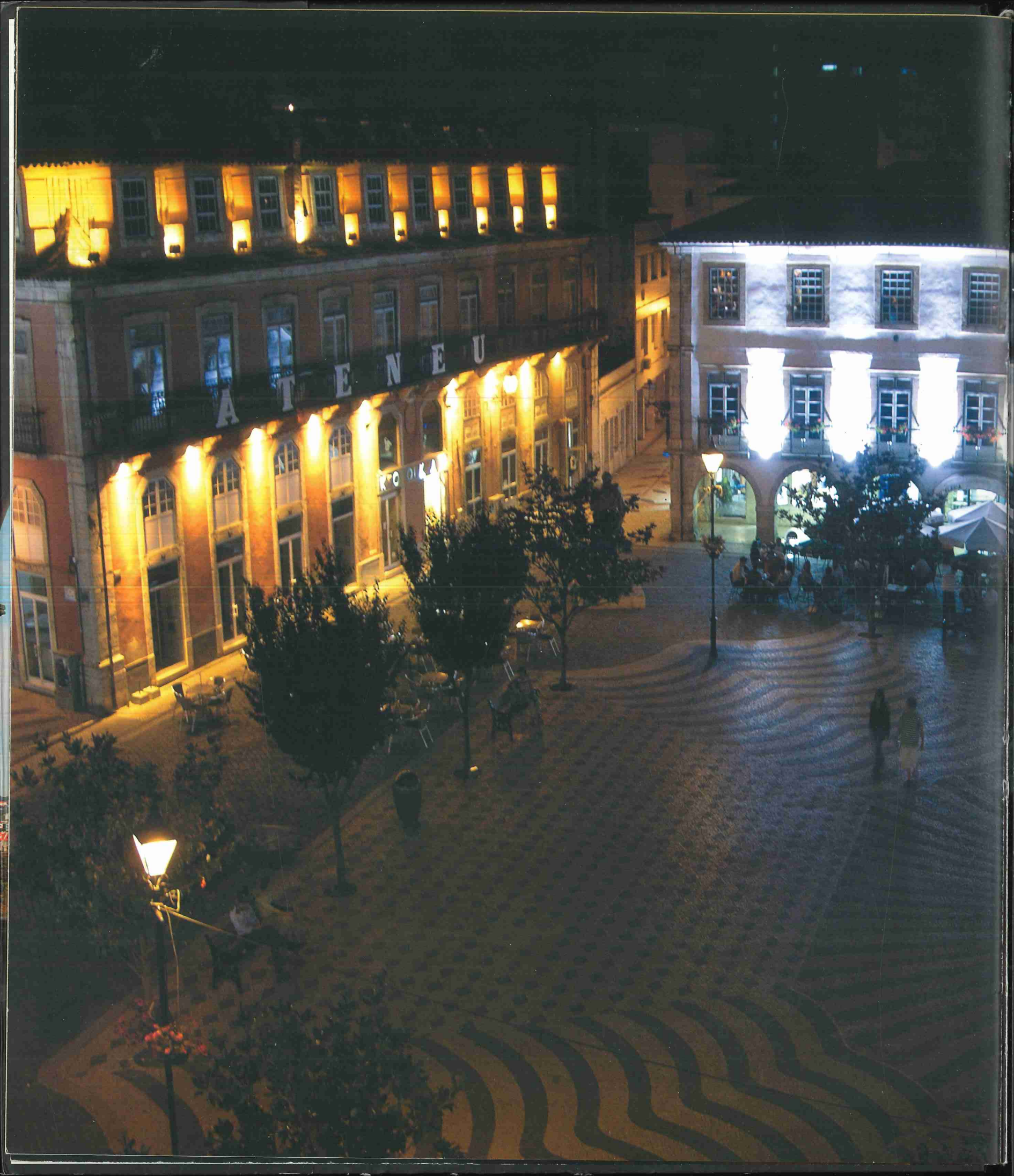


Em perspectiva histórica, no capítulo seguinte, inicia-se a apresentação de uma terra de “quase ninguém”, até à escolha estratégica de uma elevação onde foi edificado um dos bastiões da estratégia da formação do Estado português: o castelo de Leiria. Começava uma relação entre Terra e Homens que conduziu à região próspera que hoje, facilmente, ocupa um lugar de relevo no quadro da economia nacional. Pelo meio, há todo um tempo de mudança que não podemos ultrapassar: referimo-nos, em particular, à criação do “clima” empresarial, que se transformou em escola de formação para todos aqueles que pelo seu espírito empreendedor e inovador olharam para mais longe e, com sucesso, chegaram a bom porto. Foram e são os obreiros da riqueza regional. O terceiro capítulo dará conta desta realidade.

Sabendo que a agricultura foi a actividade dominante, ao longo de quase todo este percurso, poder-se-á sentir uma presença mais modesta neste estudo. Na realidade, as nossas opções conduziram-nos a uma maior presença do sector industrial, justificadas pela inovação empresarial que identificámos neste sector.

Num quarto capítulo, ficará registado o percurso da educação, no espaço considerado, do período medieval à actualidade. Neste processo de alfabetização e qualificação da população, tomaremos a data de 25 de Abril de 1974 como um ponto de referência para a nossa história mais recente. Neste contexto, será reconhecida a dinâmica de desenvolvimento regional implantada pelo ensino superior, nomeadamente com a criação do Instituto Politécnico de Leiria.

Resta-nos manifestar os agradecimentos a quem sugeriu e patrocinou todo este trabalho: o presidente do Instituto Politécnico de Leiria. Enquanto docentes há longos anos na instituição, cabe-nos uma palavra de grande reconhecimento ao Dr. Luciano de Almeida. Também ele um Espírito inovador e empreendedor, que se tem batido por um ensino superior de qualidade, exactamente na região que nós convidamos a que conheçam de uma outra maneira, através deste nosso percurso.



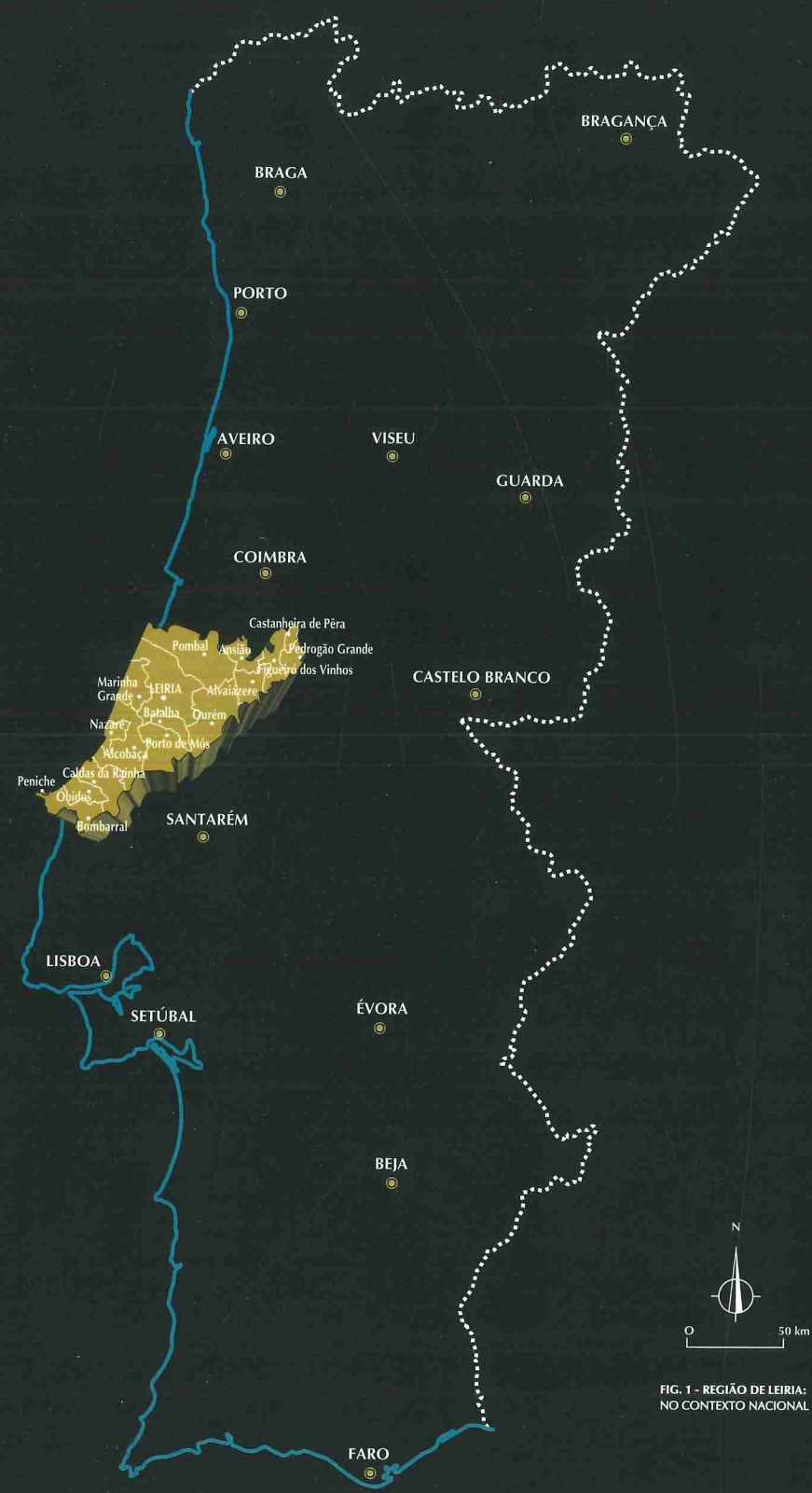
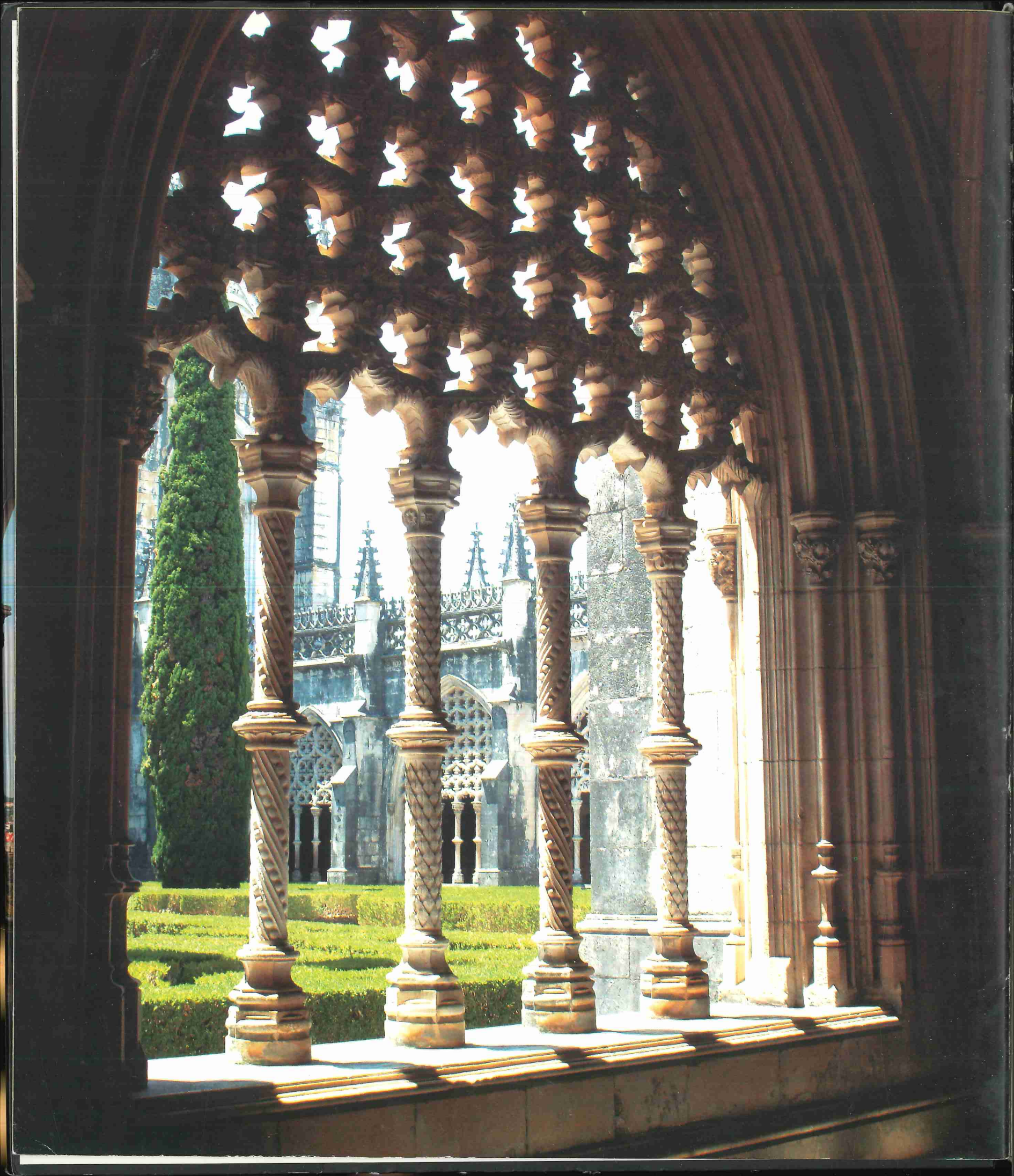


FIG. 1 - REGIÃO DE LEIRIA:  
NO CONTEXTO NACIONAL



# DO ESPAÇO ÀS PESSOAS

## Um relance sobre o espaço regional em estudo

Uma outra forma de olhar para a realidade a que chamamos genericamente de região de Leiria, pode ter por base a representação cartográfica que se faça dessa porção do espaço, incluindo todo o território do respectivo distrito e ainda o do concelho de Ourém, que com este tem uma afinidade indelével.

Deste modo, ao reflectir-se sobre a identidade regional, ou melhor, sobre as identidades que, cruzando-se e sobrepondo-se, traçam aquilo a que, sem excessivas preocupações de rigor jurídico ou mesmo geográfico, se define como uma região que encontra em Leiria a sua cabeça natural, surgiu quase inevitavelmente uma nova linha de abordagem ao tema. Nesta, avulta a importância dos mapas para a construção de uma grelha de leitura do território que nos rodeia, como meio de ajudar a ver, a descrever e a explicar a “nossa” região.

Começemos por situar a região que definimos no quadro do território continental português. A Fig. 1 desde logo nos proporciona essa contextualização, fornecendo-nos alguns elementos essenciais a ter em consideração:

- a sua situação litoral atlântica (quase metade dos concelhos que a compõem têm acesso ao mar);
- a localização deste espaço no eixo constituído pelas principais áreas metropolitanas do país (Lisboa e Porto);
- a proximidade de cidades de importância média (Coimbra e Santarém);
- a própria diversidade intra-regional, em termos da dicotomia litoral/interior (dando os 5 concelhos do Nordeste da região a nota de uma certa interioridade no âmbito desta região litoral).

Tais características conferem, *ab initio*, uma marca a levar em linha de conta, na medida em que representam outras tantas particularidades, em termos situacionais, que poderão ajudar a explicar boa parte do que seguidamente se irá abordar.

Esta área regional é constituída por 17 concelhos e 166 freguesias, ocupando uma superfície total de cerca de 3.916 Km<sup>2</sup>. Conforme se pode observar no Quadro 1, bem como nos mapas que constam das Figs. 2 e 3, é muito diversa a dimensão territorial tanto a nível de concelho como de freguesia. A área total da região corresponde a cerca de 4,3% do total do território nacional.

Para a compreensão do que é hoje a realidade territorial regional importa analisar as diversas vias de comunicação existentes, bem como as suas características e, em função destas, a importância de cada uma delas na estruturação do espaço da região. Para o efeito, atente-se na Fig. 4 onde um extracto da mais recente edição da *Carta de Portugal Continental* do IGP (Instituto Geográfico Português), devidamente adaptado, evidencia os dois principais eixos rodoviários que atravessam a região: as auto-estradas A1 e A8.

CONCELHOS	ÁREA (Km <sup>2</sup> )	FREGUESIAS
Alcobaça	406,5	18
Alvaiázere	160,4	7
Ansião	176,2	8
Batalha	102,8	4
Bombarral	91,3	5
Caldas da Rainha	254,6	16
Castanheira de Pêra	66,8	2
Figueiró dos Vinhos	173,6	5
Leiria	568,1	29
Marinha Grande	185,4	3
Nazaré	81,5	3
Óbidos	141,1	9
Pedrógão Grande	128,7	3
Peniche	77,0	6
Pombal	625,7	17
Porto de Mós	260,1	13
Ourém	416,2	18
<b>Total</b>	<b>3.916,0</b>	<b>166</b>

Quadro 1 - Áreas e número de freguesias dos concelhos da região (2003)

Fonte - Elaboração própria, a partir de dados obtidos na Infoline do INEI [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

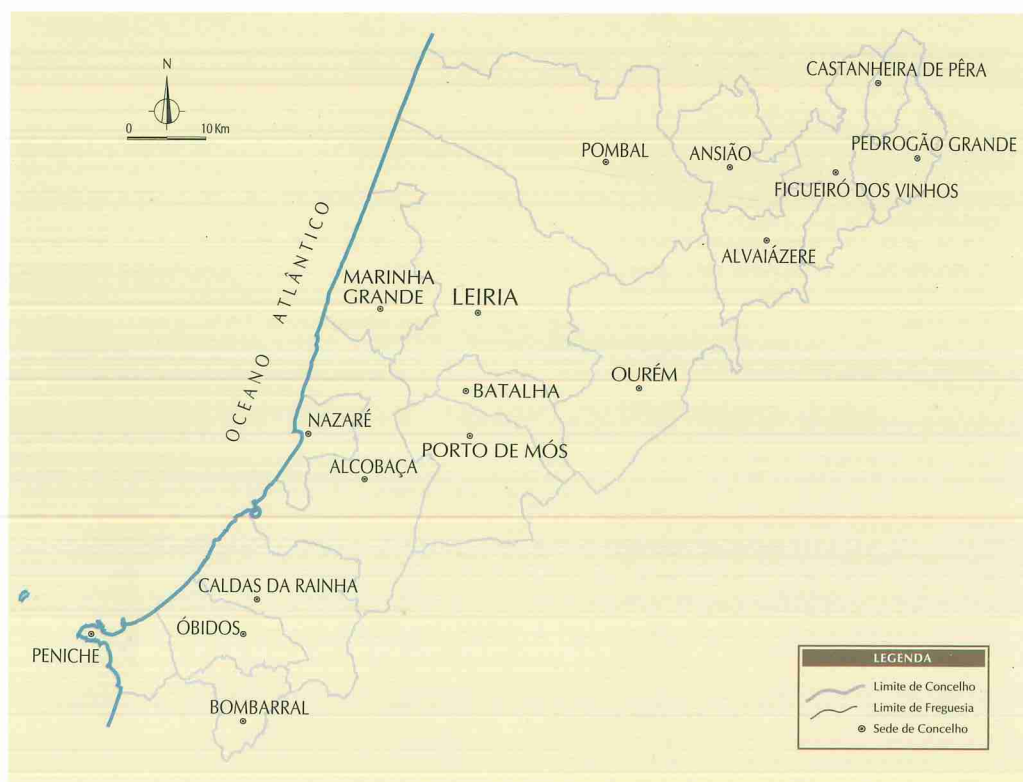


Fig. 2 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO ADMINISTRATIVA (concelhos)

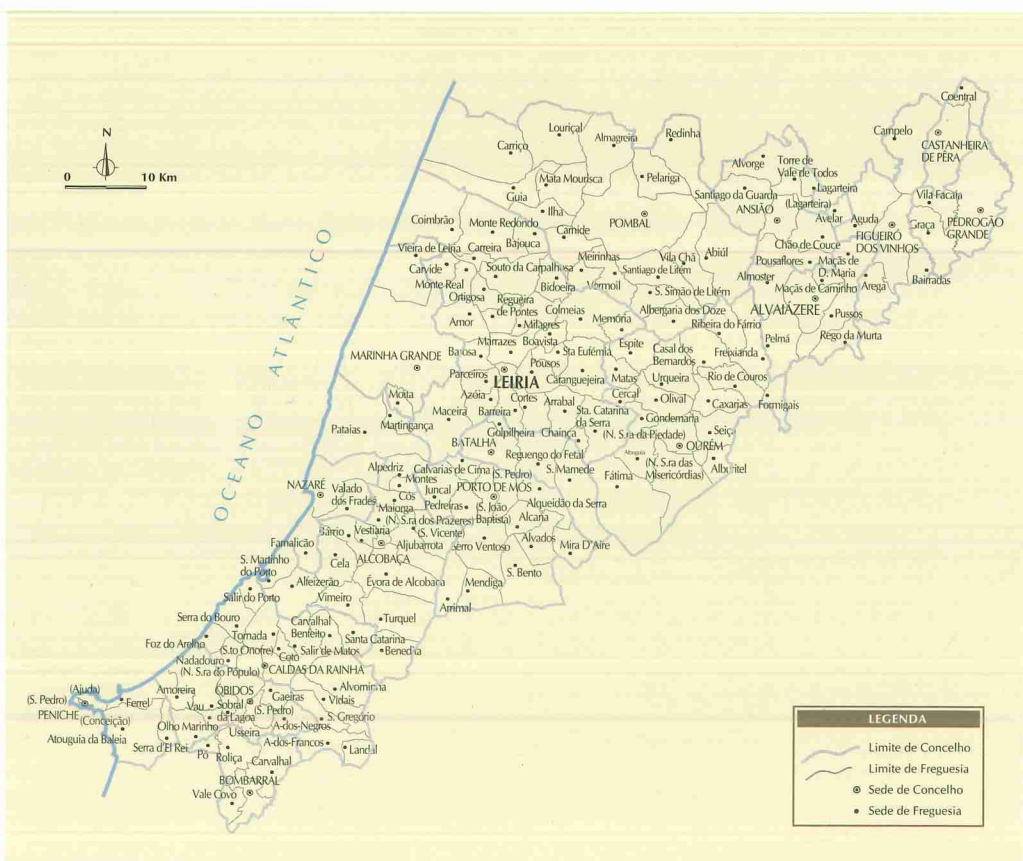


Fig. 3 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO ADMINISTRATIVA (concelhos e freguesias)

A primeira passa pelos concelhos de Pombal, Leiria, Batalha e Ourém; a segunda, por sua vez, cruza os concelhos de Leiria, Marinha Grande, Alcobaca, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos e Bombarral. Os traçados destas vias deixam claro que são os concelhos do interior Norte do distrito de Leiria que apresentam maiores debilidades ao nível dos acessos de qualidade. Por outro lado, a não ligação entre esses dois eixos, junto à cidade de Leiria, inviabiliza ou dificulta a articulação entre ambos.

Refira-se ainda que o concelho de Peniche é servido pela ligação à A8, já parcialmente construída, do IP6, que ainda não consta da carta citada. O mesmo itinerário principal, em perfil de auto-estrada (A15), une o Sul da região, a partir de Óbidos, a Rio Maior e Santarém.

Em termos ferroviários, a situação da região é muito desfavorável, já que apenas a cidade de Pombal é convenientemente servida pela linha do Norte, a mais importante e moderna ligação em caminho-de-ferro do país. De facto, embora a mesma passe também no concelho de Ourém, não se tem mostrado atractivo este tipo de acessibilidade, nomeadamente, no que toca aos fluxos de peregrinos e turistas a Fátima. Quanto à linha do Oeste, não tem conseguido ser uma alternativa viável às rodovias que conduzem a Lisboa, pelo que é notória a progressiva obsolescência deste meio de transporte, quer em termos de mercadorias, quer de passageiros. Esta lamentável situação é, certamente, um estrangulamento ao desenvolvimento regional, tanto mais quanto é sabido ser a ferrovia um transporte muito mais cómodo, seguro e ambientalmente mais recomendável.

Ainda em termos de enquadramento, recordemos as províncias, em que se dividia Portugal Continental. Com efeito, na antiga

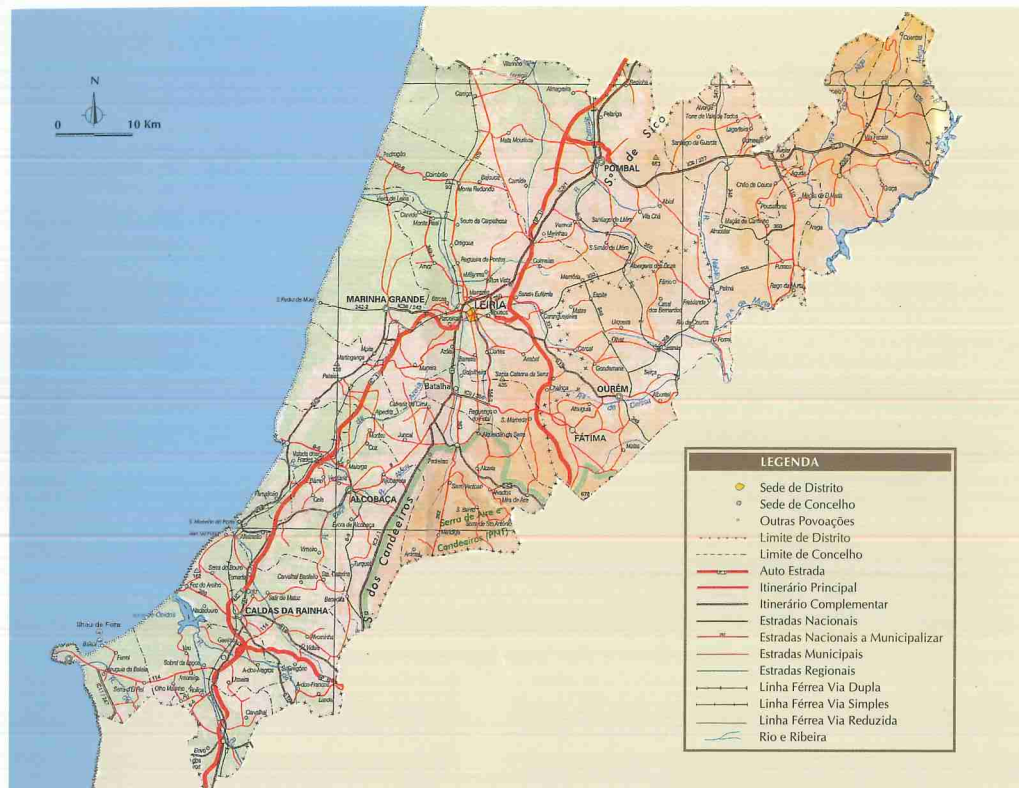
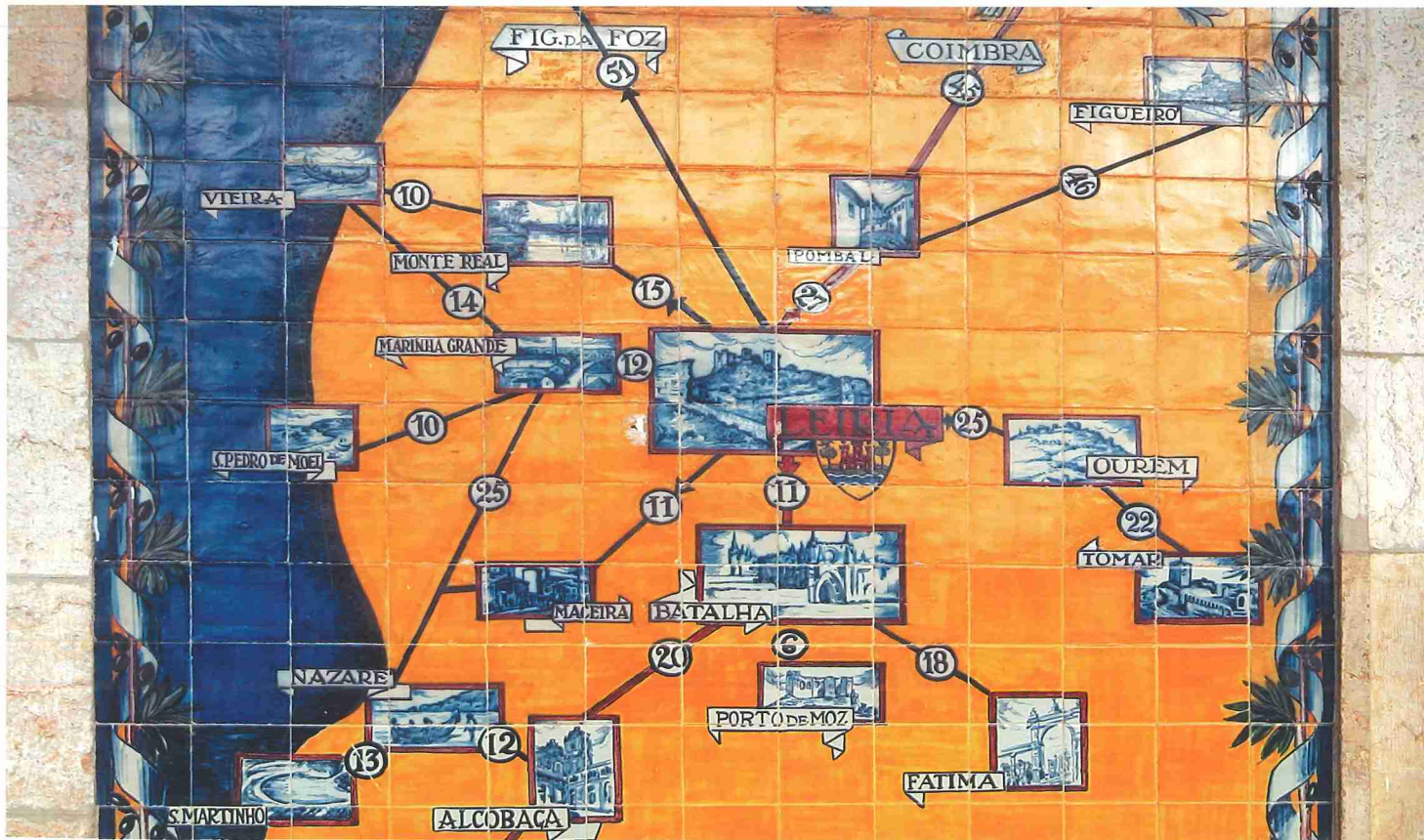
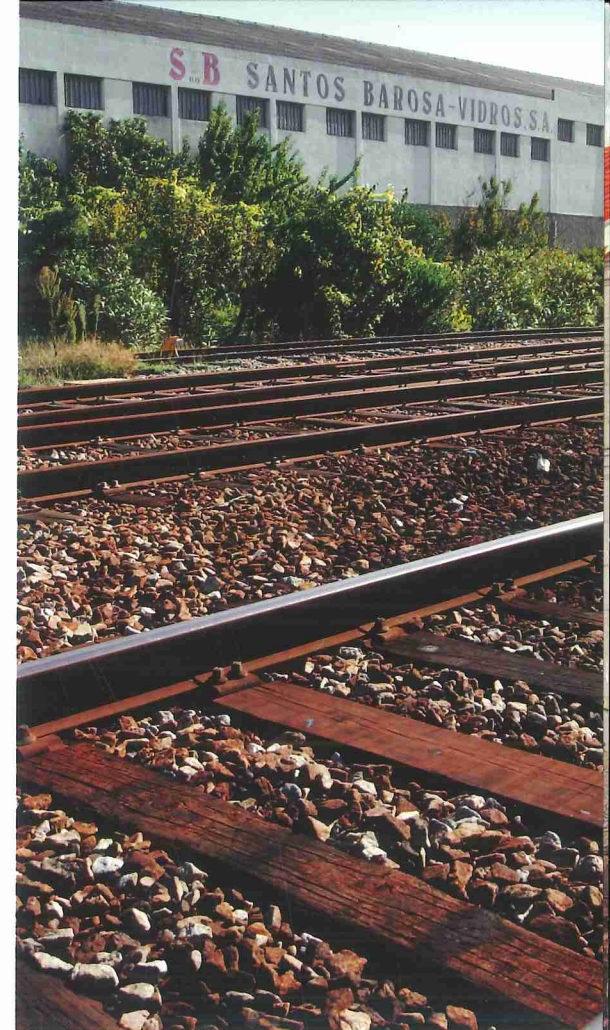
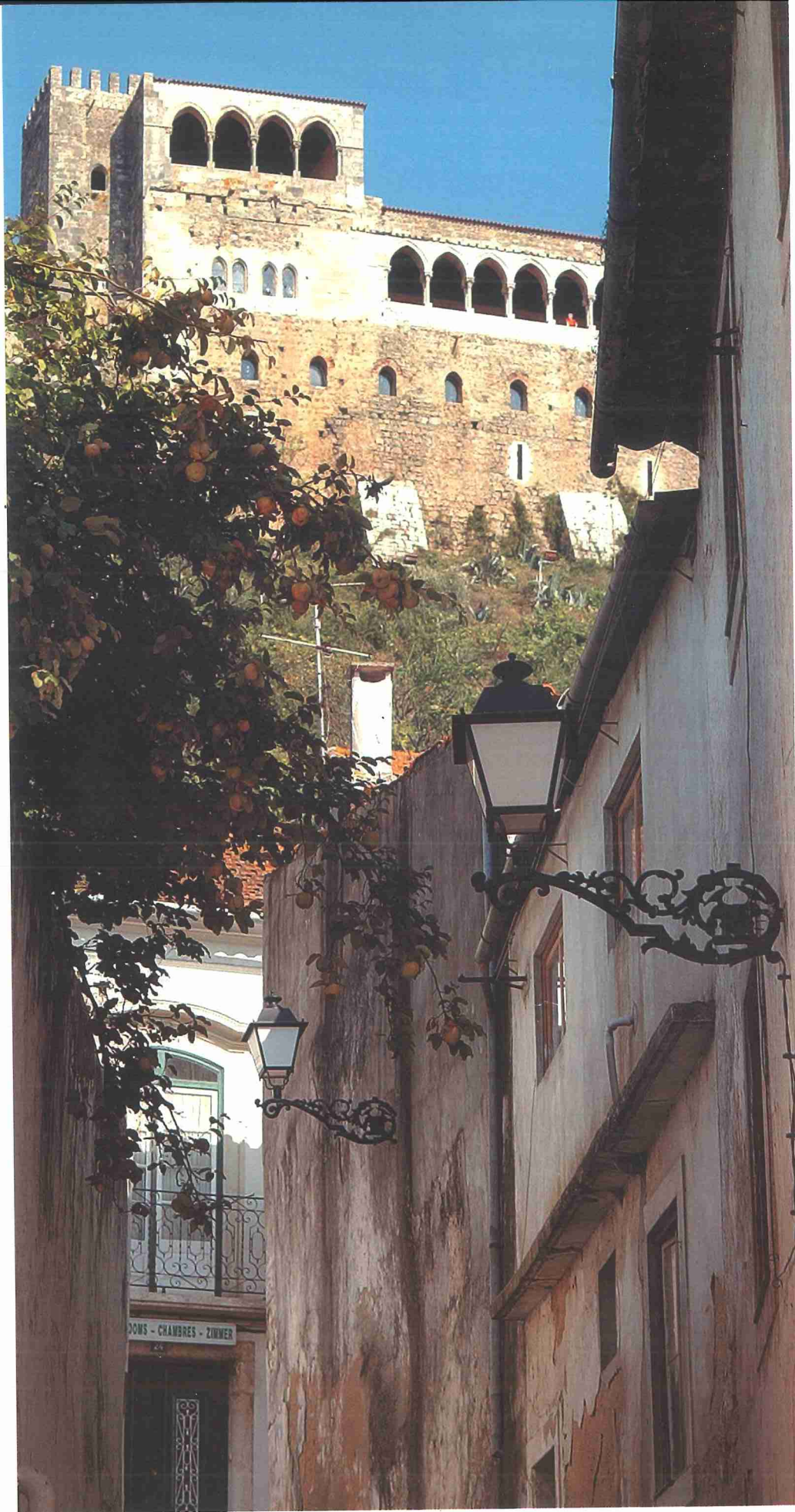
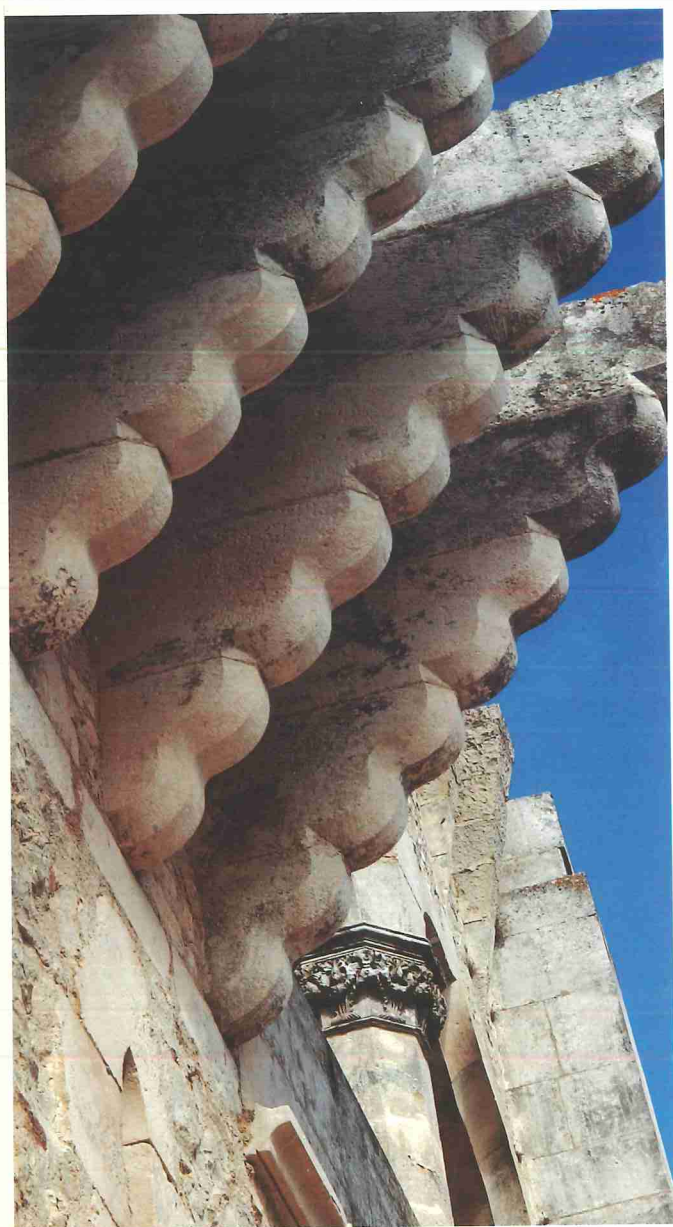


Fig. 4 - REGIÃO DE LEIRIA: PRINCIPAIS ACESSIBILIDADES



divisão provincial (Fig. 5), que ainda hoje alguns persistem em utilizar (como acontece com certos mapas usados no 1.º ciclo do ensino básico), o território em apreço era repartido pelas províncias da Estremadura (de Marinha Grande – Alcobaça – Porto de Mós para Sul) e da Beira Litoral (de Leiria – Batalha – Ourém para Norte), numa repartição que se revelou, aqui, bastante artificial, nomeadamente, por dividir concelhos com grande afinidade como é o caso de Leiria e Marinha Grande ou Batalha e Porto de Mós.



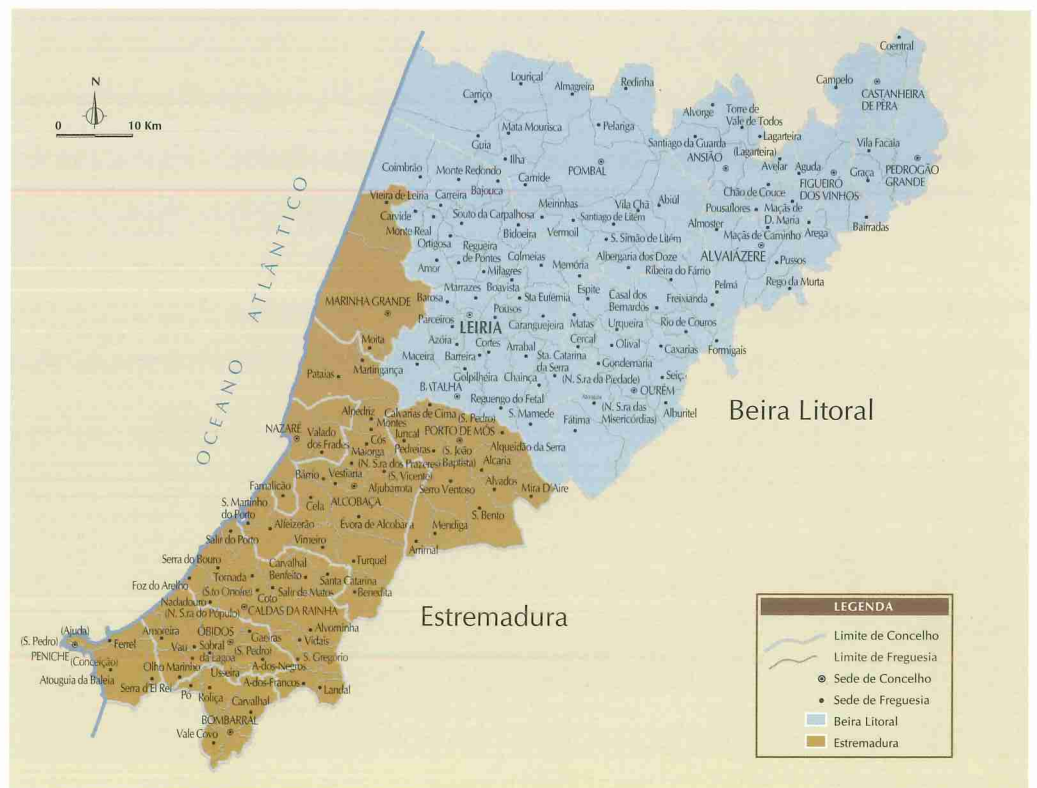
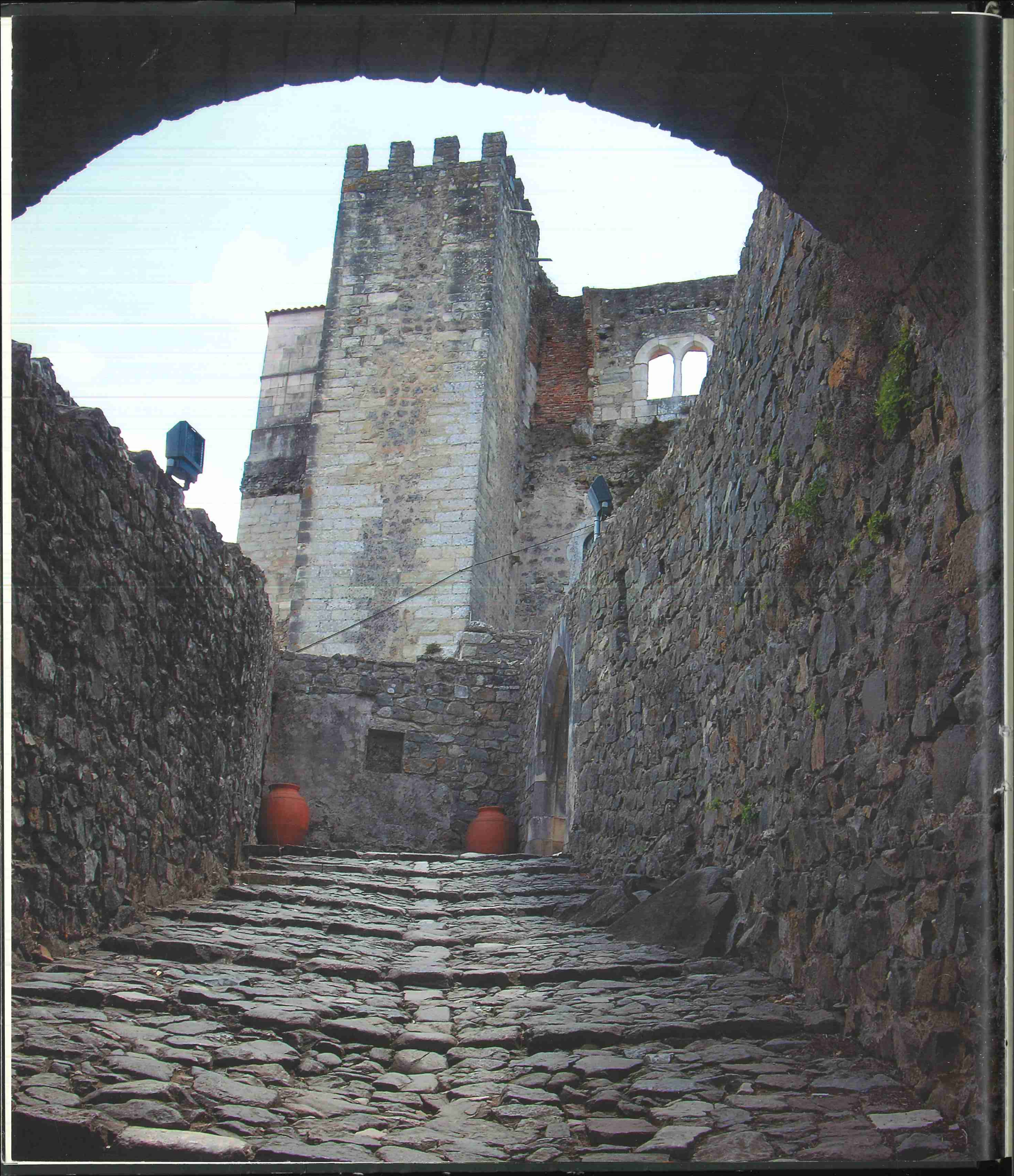


Fig. 5 - REGIÃO DE LEIRIA: ANTIGAS PROVÍNCIAS



## DO ESPAÇO ÀS PESSOAS

### A linguagem dos mapas

Os mapas favorecem a construção de identidades e são uma forma de representação que induzem à identificação entre as pessoas e os grupos com a parcela da superfície terrestre que habitam, ou ao reconhecimento desta pelos que do exterior a observam. Para aceitar esta afirmação, basta lembrar os exemplos do *hexágono* francês, da *bota* italiana ou do *rectângulo* a que associamos o espaço continental português, recortes de territórios que radicam na análise continuada de mapas e na memória que destes perdura.

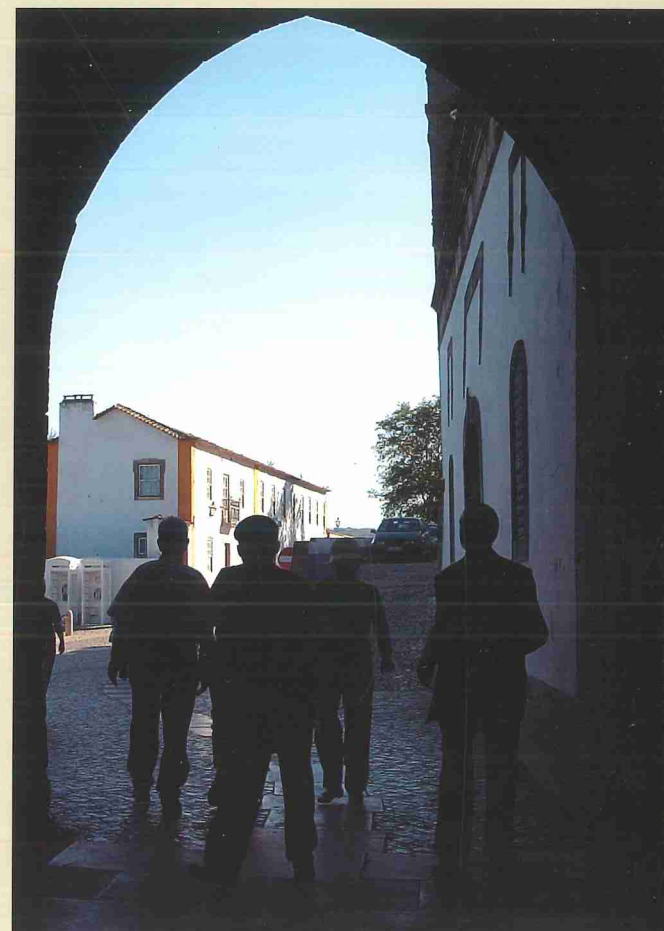
Nas representações geográficas podemos reconhecer os espaços onde residimos, trabalhamos, ocupamos os nossos tempos de lazer, isto é, onde vivemos o quotidiano, onde construímos o nosso *espaço vivido*. De facto, quando falamos de territórios aludimos implicitamente a memórias, a entrelaçamentos entre a percepção e a representação, entre o que vemos e o que imaginamos, entre a realidade e a sua imagem. As ideias que fazemos desta região alimentam-se de figurações, sensações, que nascem em cada um a partir dos encontros positivos ou negativos com os lugares, as trajectórias que os nossos caminhos de vida quotidiana, semanal, mensal, anual,... nos levaram a percorrer.

A legibilidade do território depende do esforço que se faz em investir na informação, mas é preciso ter consciência que os mapas exprimem, sempre, uma selecção deliberada de determinados dados e correspondem a uma representação territorial circunscrita ou mesmo fragmentada. Em todo o caso, o mapa apresenta-se como um instrumento de comunicação, tornando mais fácil conhecer ou visitar certas realidades.

Assim, do conjunto dos diferentes mapas da região que elaborámos, os quais espelham as várias divisões que do seu espaço têm vindo a configurar-se ao longo dos tempos e ao sabor das delimitações que a formam e conformam administrativamente, constata-se a disparidade de critérios que presidiram a tais divisões. Em todo o caso, a agregação do actual distrito de Leiria ao concelho de Ourém apresenta-se útil para os objectivos em vista, já que corresponde a uma área de influência alargada da cidade do Lis, de algum modo sedimentada ao longo de mais de século e meio, no caso do distrito, e ainda mais antiga, no caso da relação com Ourém.

É certo que tal área é bastante mais evidente se se considerar apenas o perímetro correspondente à Diocese de Leiria-Fátima, *grosso modo* retomado em outras circunscrições, como a Região de Turismo Leiria/Fátima (RTL/F) ou a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE), esta última em fase de desactivação, com a criação das novas comunidades urbanas.

A realidade das diversas entidades em que se tem vindo a exprimir, até agora, o associativismo intermunicipal das 17 autarquias deste território regional afigura-se bastante interessante, até porque resultou da adesão livre dos vários municípios e não de qualquer imposição de carácter político-administrativo.



Deste modo, no que toca às associações de municípios em que estes se agrupavam, com vista à consecução de diversos objectivos e ao exercício voluntariamente em comum de certas competências, patenteia-se a existência de cinco dessas associações com actividade na região (Fig. 6): Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE), Associação de Municípios da Serra de Sicó (ADSICÓ), Associação de Municípios de Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra (PEFICA), Associação de Municípios do Oeste (AMO) e Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT).

Embora a durabilidade destas entidades seja actualmente posta em causa, em função da criação e implementação de outro tipo de estruturas supramunicipais, como as áreas metropolitanas ou as comunidades urbanas, não deixa de ser interessante verificar as configurações e, em alguns casos, as sobreposições que se podem observar neste domínio.

Na verdade, apenas duas dessas associações eram integradas exclusivamente por concelhos da região – a AMAE e a PEFICA. Quer a ADSICÓ, quer a AMO ou a AMMT eram constituídas também por concelhos situados fora do contexto aqui analisado. Alguns dos municípios em causa integravam mais do que uma associação intermunicipal, como era o caso de Pombal (membro da AMAE e da ADSICÓ) e de Ourém (associado da AMAE e da AMMT).

Ainda como exemplo de divisão administrativa resultante de adesão voluntária, embora sujeita a alguma forma de aprovação governamental, é de referir o caso das regiões de turismo, as quais promovem e fomentam a actividade turística entre nós.

No quadro regional, a Região de Turismo Leiria/Fátima surge como a principal entidade do turismo da região, integrando oito dos concelhos em causa, dividindo-se os restantes entre a Região de Turismo do Centro, com sede em Coimbra (municípios do Norte do distrito de Leiria), e a Região de Turismo do Oeste (municípios do Sul), sediada em Óbidos – Fig. 7.

Conforme se referiu, a divisão eclesiástica é particularmente relevante também, devido à sedimentação histórica que a formou e que, no caso da Diocese de Leiria-Fátima, parece corresponder à real *capitalidade* que a cidade de Leiria exerce sobre a região circunvizinha. Para além desta circunstância, a notoriedade atingida pelo Santuário de Fátima – principal pólo religioso regional e nacional – constitui uma das imagens de marca da região e um factor fundamental para o seu reconhecimento a nível internacional.

O recorte da Diocese de Leiria-Fátima (ver Fig. 8) apresenta-se como peculiar, face aos restantes modelos de divisão do território regional, atendendo a que a mesma agrupa não apenas concelhos inteiros (Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós), mas também freguesias pertencentes a concelhos que só parcialmente a integram. Tal é o caso das freguesias de Albergaria dos Doze, Carnide, Meirinhas, São Simão de Litém e Vermoil, todas do concelho de Pombal, das freguesias de Aljubarrota (N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres e São Vicente), Alpedriz, Martingança, Montes e Pataias, do concelho de Alcobaça, bem como as de Minde e Serra de S. António, do concelho de Alcanena (distrito de Santarém). Refira-se ainda que nem todas as freguesias civis estão erigidas em paróquias (por exemplo, Martingança, Montes, Moita ou Carreira).

Também de salientar, agora não por uma questão histórica ou pela espontaneidade da sua constituição, como acontecia nos exemplos anteriores, é a divisão estabelecida para fins estatísticos. Esta, designada por Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), integra actualmente (Decreto-Lei n.º 244/2002, de 05/11) no seu segundo nível (NUTS II) toda a região que considerámos, já que os concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche, anteriormente pertencentes a Lisboa e Vale do Tejo, passaram a integrar a NUTS II do Centro e, conseqüentemente, a área de jurisdição da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C).

Em termos de NUTS III, o espaço regional de Leiria subdivide-se pelo *Pinhal Interior Norte* (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande), *Pinhal Litoral* (Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós), *Médio Tejo* (Ourém) e *Oeste* (Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche) – ver Fig. 9. Nesta situação, igualmente se verifica que apenas uma das áreas em causa (a NUTS III do Pinhal Litoral), é constituída apenas por concelhos da região considerada para efeitos do presente trabalho.

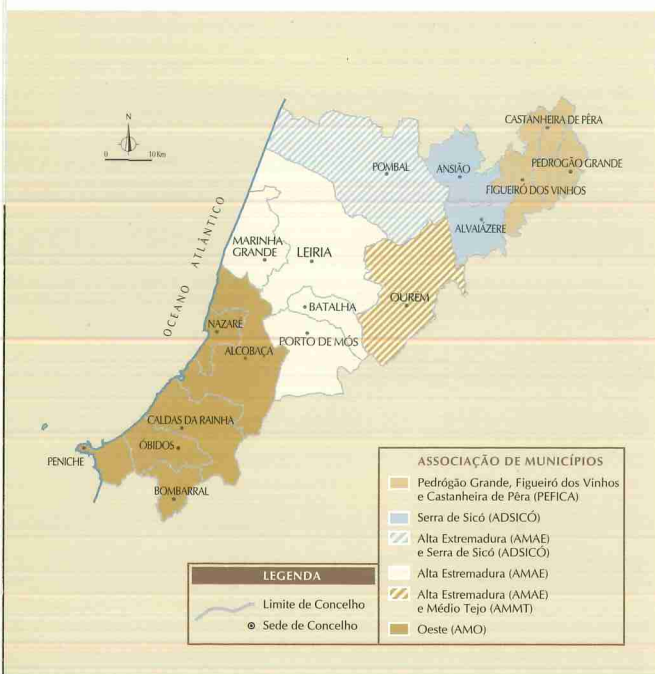


Fig. 6 - REGIÃO DE LEIRIA: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS



Fig. 7 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO TURÍSTICA

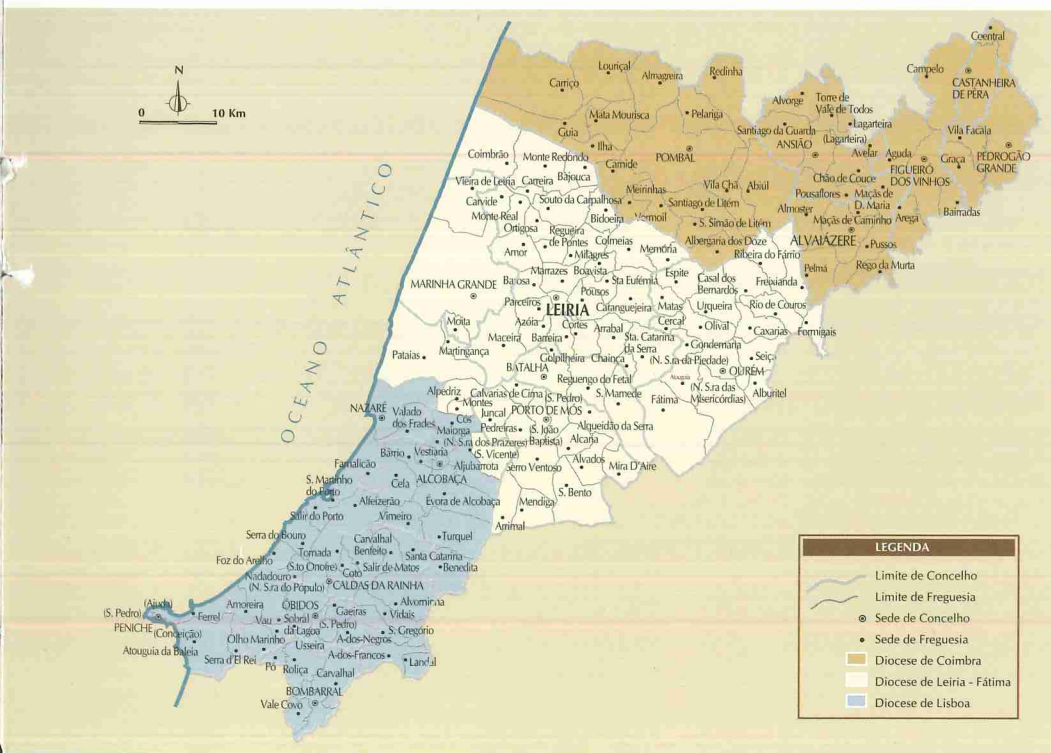


Fig. 8 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO EM DIOCESES



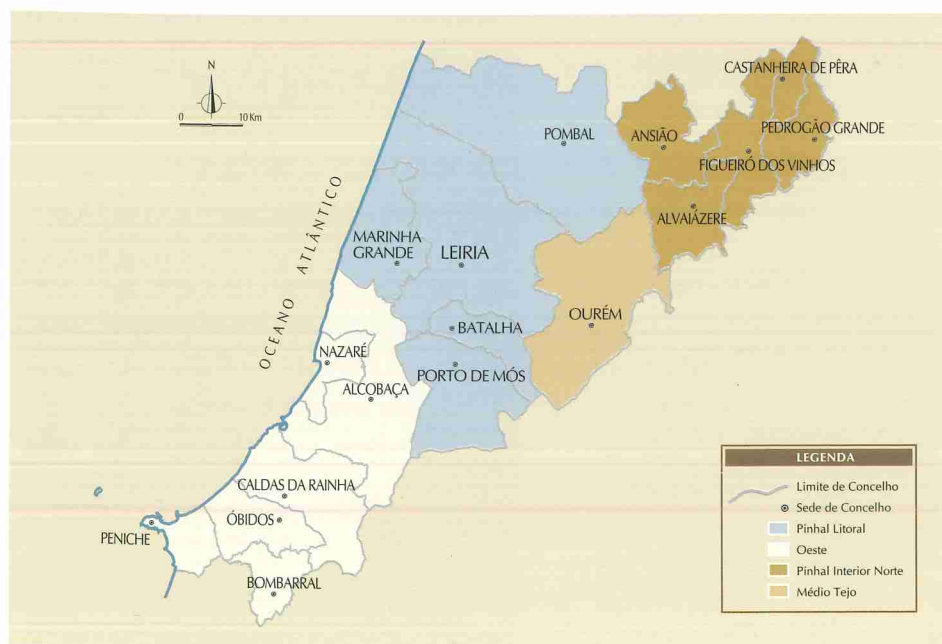


Fig. 9 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO ESTATÍSTICA

Após passar em revista alguns dos mapas mais significativos, apresentamos de seguida alguns exemplos de representação cartográfica de divisões de natureza sectorial. No que diz respeito ao sector da educação, o território em causa reparte-se por duas direcções regionais – a Direcção Regional de Educação do Centro (DREC) e a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL).

Como se observa na Fig. 10, os concelhos abrangidos, distribuem-se por três coordenações educativas – as CAE de Leiria, da Lezíria e Médio Tejo e do Oeste. No primeiro caso, estão incluídos tanto os concelhos do Pinhal Litoral como do Pinhal Interior Norte.

Quanto à administração pública do sector da saúde, deve dizer-se que prevalece a

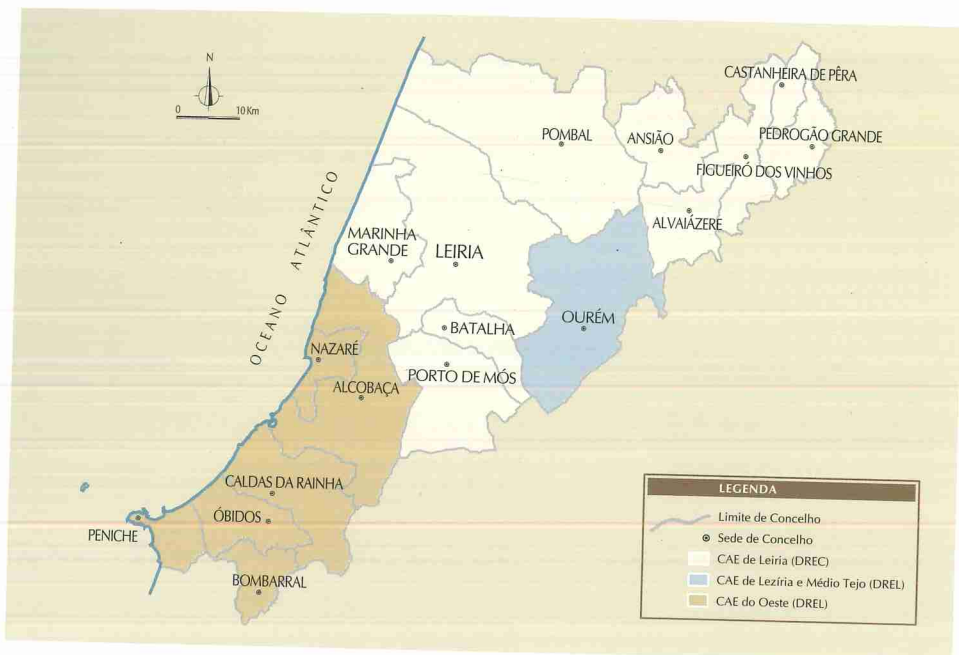


Fig. 10 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO EDUCATIVA

divisão distrital, de um ponto de vista estritamente administrativo, pelo que todos os 16 concelhos do distrito de Leiria integram a Sub-Região de Saúde de Leiria, a qual, por sua vez, está incluída na Administração Regional de Saúde (ARS) do Centro, com sede em Coimbra. O concelho de Ourém, porém, faz parte da Sub-Região de Saúde de Santarém, pertencente à ARS de Lisboa e Vale do Tejo.



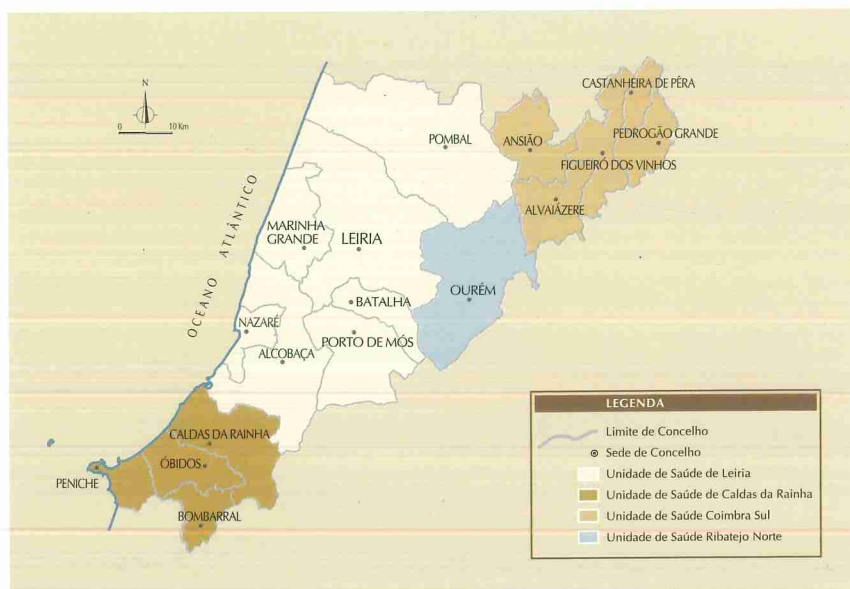


Fig. 11 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO DE SAÚDE

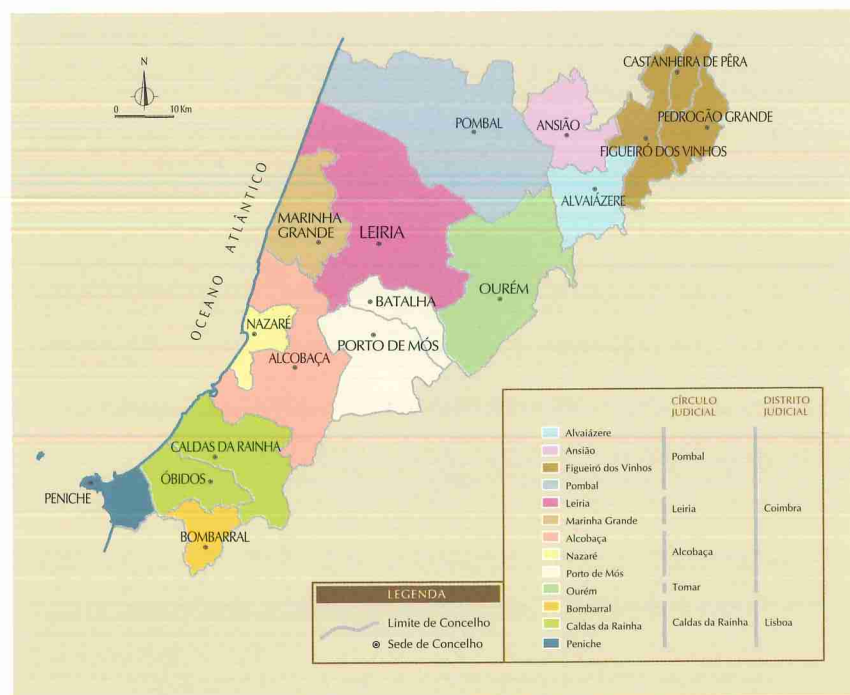
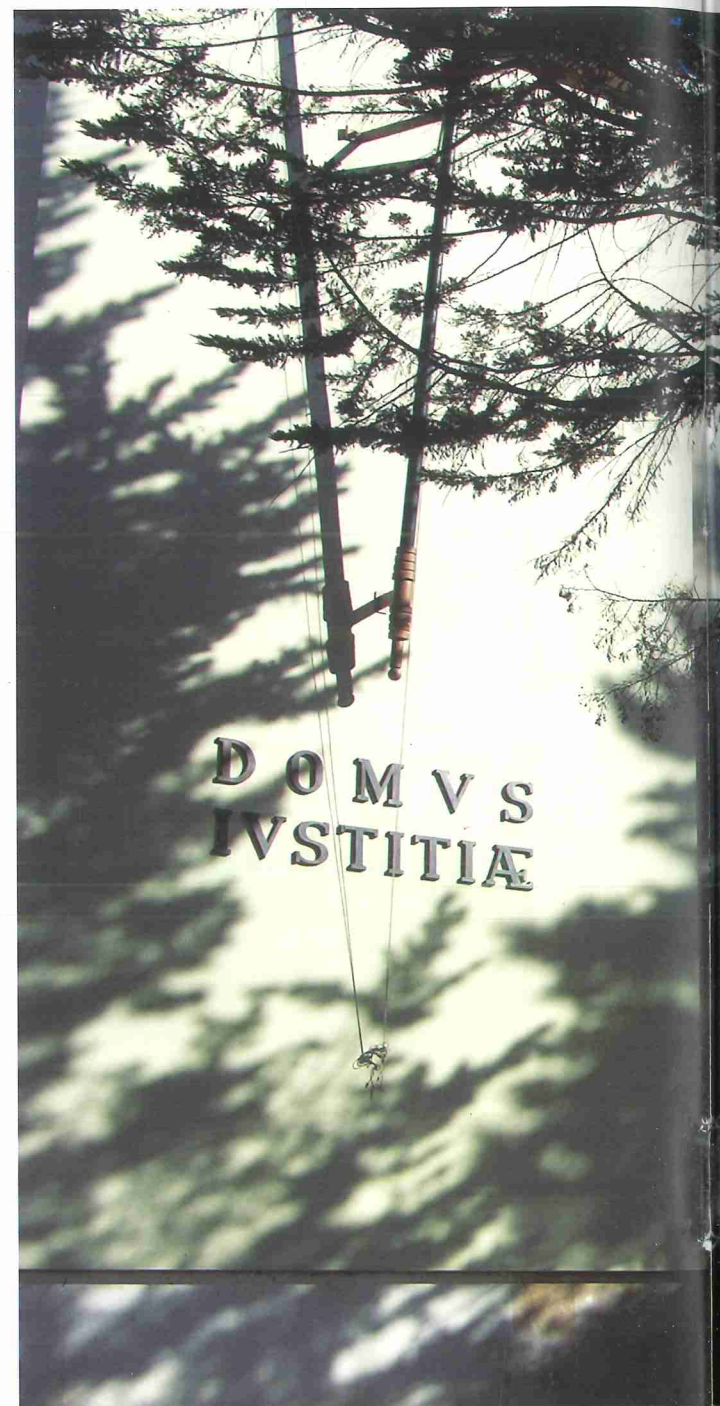


Fig. 12 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO JUDICIAL



Já numa perspectiva mais operacional, o das chamadas *unidades de saúde*, a situação é diferente – vide Fig. 11. De facto, os centros de saúde da Sub-Região de Saúde de Leiria estão integrados em três Unidades de Saúde: A Unidade de Saúde de Leiria, constituída pelos Centros de Saúde de Pombal, Marinha Grande, Gorjão Henriques (Leiria 1), Arnaldo Sampaio (Leiria 2), Batalha, Nazaré, Alcobaca e Porto de Mós e pelos Hospitais de Leiria, Pombal e Alcobaca.

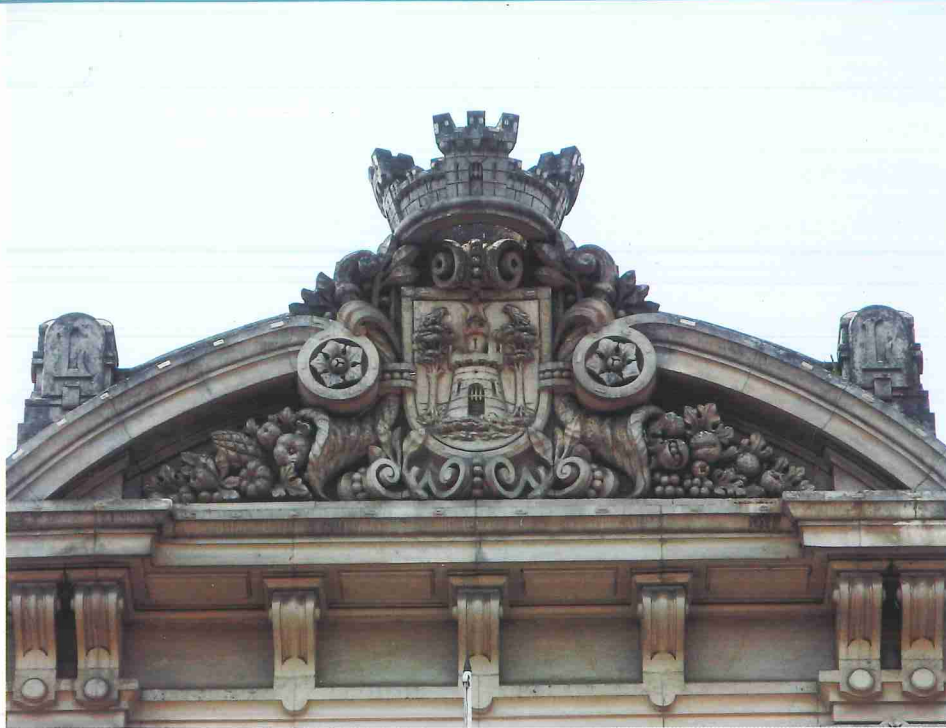
No Sul do Distrito, a Unidade de Saúde de Caldas da Rainha, abrangendo os Centros de Saúde de Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche, o hospital de Peniche e o Centro Hospitalar das Caldas da Rainha. Na área setentrional distrital, os Centros de Saúde de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande estão inseridos na Unidade de Saúde de Coimbra Sul. Ourém integra, nesta divisão dos fluxos de doentes e de cooperação dos estabelecimentos públicos de saúde, a Unidade de Saúde do Ribatejo Norte.



No que diz respeito à administração da Justiça, o território regional divide-se, de forma desigual, pelos distritos judiciais de Coimbra e de Lisboa, sendo que a maior parte deste espaço se integra no primeiro – Fig. 12. Como é sabido, as unidades-base da organização territorial do Poder Judicial, em termos dos chamados tribunais comuns, são as comarcas, na região em número de treze.

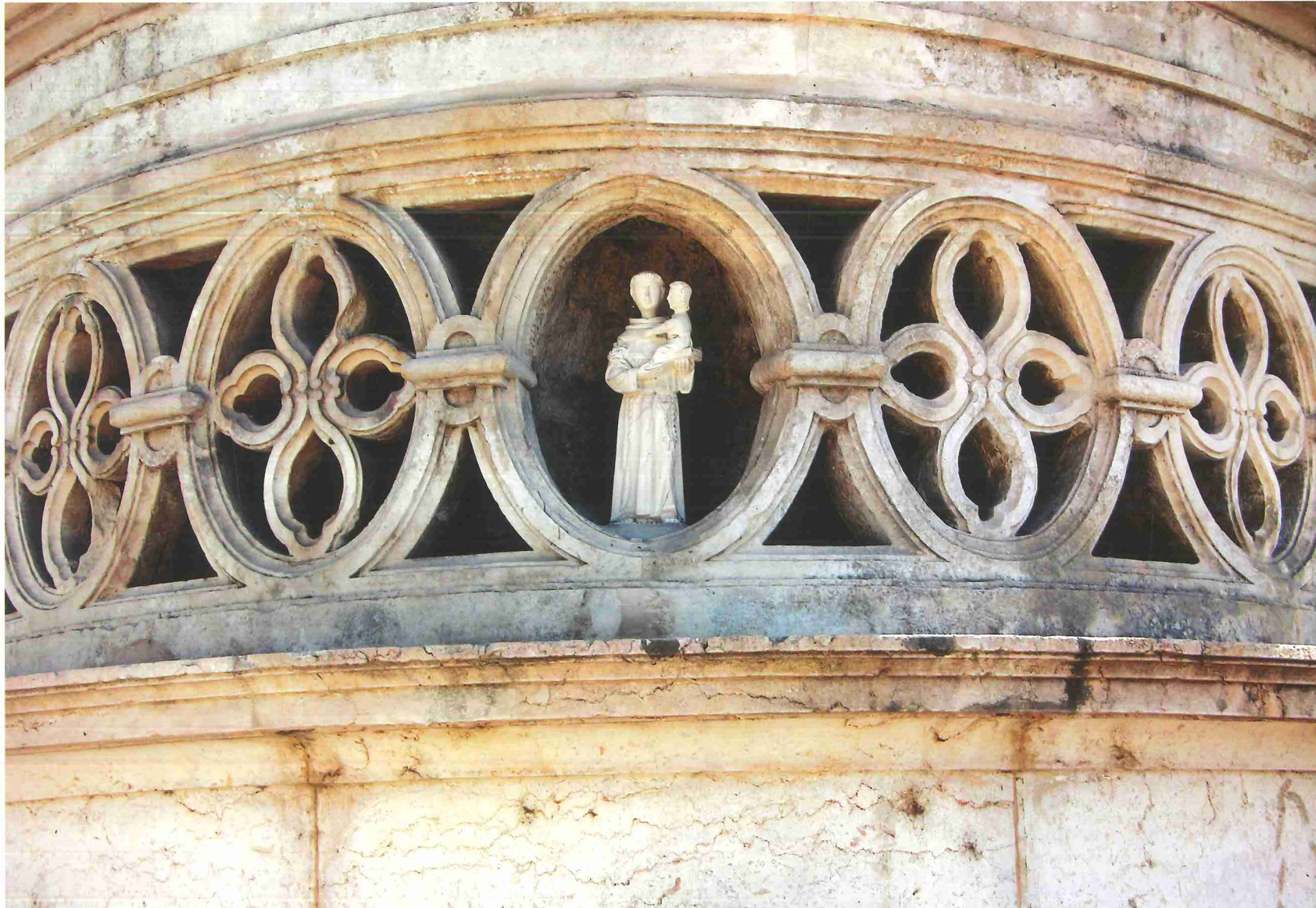
A divisão comarcã nem sempre coincide com a delimitação municipal, pelo que existem, também no quadro regional, vários casos de comarcas que agrupam áreas correspondentes a vários concelhos, como acontece com as comarcas de Figueiró dos Vinhos (que integra, para além deste concelho, os espaços concelhios de Castanheira de Pêra e de Pedrógão Grande), de Porto de Mós (abrangendo este município e o da Batalha) e de Caldas da Rainha. Neste último exemplo são abarcados os concelhos de Caldas e o de Óbidos, tendo Bombarral, que até há poucos anos lhe pertencia, sido erigida em nova comarca, a mais recente da região.





O mesmo aconteceu, algum tempo antes, com a comarca da Nazaré, cujo município integrava anteriormente a comarca de Alcobaça.

Entre a divisão por comarcas e a dos distritos judiciais, situa-se a dos círculos judiciais, que agrupam as primeiras num patamar intermédio de organização. As comarcas da região integram os seguintes círculos judiciais: Pombal (Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Pombal), Leiria (Leiria e Marinha Grande), Alcobaça (Alcobaça, Nazaré e Porto de Mós), Tomar (Ourém) e Caldas da Rainha (Bombarral, Caldas da Rainha e Peniche).



Em termos da articulação funcional das forças de segurança, deve começar por recordar-se que, em regra, a Polícia de Segurança Pública (PSP) se ocupa dos aglomerados urbanos e a Guarda Nacional Republicana (GNR) das áreas rurais, conforme se pode comprovar no mapa que produzimos e que consta da Fig. 13.

Apenas de notar que nas freguesias em que, como acontece em Pombal, Marinha Grande, Ourém (N.ª Sr.ª da Piedade) e Fátima, só uma parte do seu território se enquadra na classificação de zonas urbanas, a PSP está incumbida da manutenção da ordem nestas últimas, sendo a GNR encarregada da restante área dessas freguesias. O mesmo se passa nas freguesias que rodeiam a cidade de Leiria e que, parcialmente, integram a respectiva área urbana. De tais circunstâncias resulta a presença de ambas as corporações policiais em certas freguesias da região, o que é devidamente assinalada no mapa referido.

Convém mencionar que a PSP dispõe de um comando distrital, com sede em Leiria, e esquadras nos seguintes pólos urbanos: Alcobaça, Caldas da Rainha, Marinha Grande, Nazaré, Peniche, Pombal, São Martinho do Porto e São Pedro de Moel. As esquadras de Ourém e de Fátima subordinam-se ao Comando Distrital de Santarém.

No que concerne à GNR, a área do distrito de Leiria integra o chamado Grupo Territorial de Leiria, pertencente à Brigada Territorial n.º 2, sediada em Lisboa, e dispõe de *destacamentos*

*territoriais* em Caldas da Rainha, Leiria e Pombal. O primeiro abrange os *postos territoriais* de Alcobaça, Benedita, Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos, Pataias, Peniche e Valado de Frades. O segundo, por sua vez, abarca os *postos territoriais* de Batalha, Leiria, Mira D'Aire, Monte Real, Monte Redondo, Porto de Mós e Vieira de Leiria. O Destacamento Territorial de Pombal dispõe de postos em Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Guia. O concelho de Ourém dispõe de um posto territorial, com acção na respectiva área rural, funcionalmente dependente do Destacamento Territorial de Tomar, o qual faz parte da mesma brigada territorial a que Leiria pertence.

O último dos mapas que neste ponto apresentamos diz respeito à mais recente reorganização administrativa do país, desencadeada a partir de 2003, com as Leis n.º 10/2003 e n.º 11/2003, de 13/05, as quais têm vindo a ser implementadas desde 2004. Este processo resulta da agregação dos municípios, numa base voluntária e por deliberação dos seus órgãos representativos, em três tipos de agrupamentos, definidos em função do número de municípios envolvidos e da população por eles abrangida: a Grande Área Metropolitana (GAM), a Comunidade Urbana (ComUrb) e a Comunidade Intermunicipal (ComInter).

Na nossa região (ver Fig. 14), esta reforma conduziu à repartição dos 17 concelhos em três dessas entidades. Leiria polarizou uma ComUrb, abrangendo os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, com a designação de AMLEI – Área Metropolitana de Leiria. Esta denominação parece traduzir o objectivo de transformação desta Comunidade Urbana numa GAM, o que, por ora, não foi conseguido devido ao não preenchimento dos requisitos legais a que já se aludiu<sup>1</sup>.

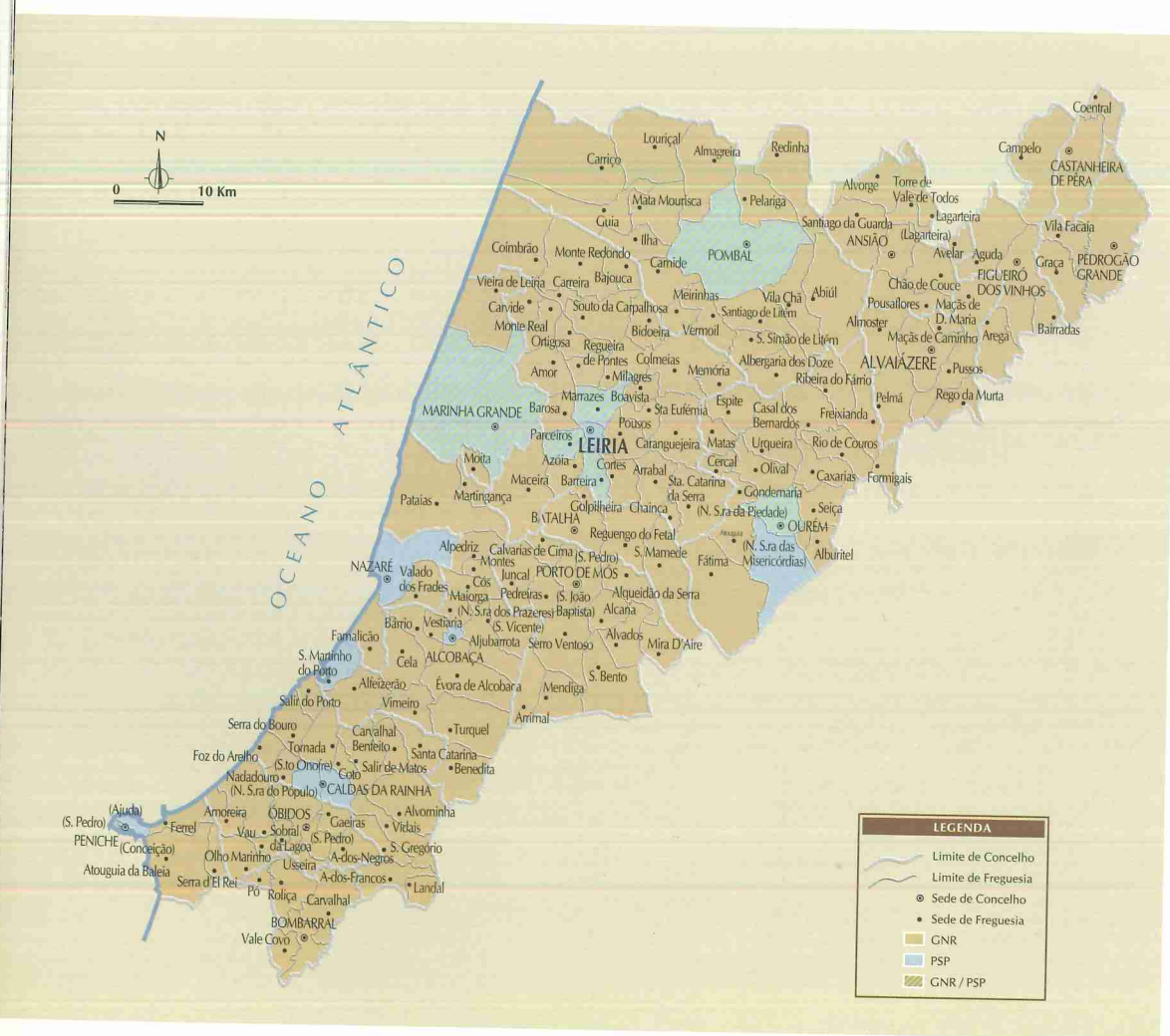
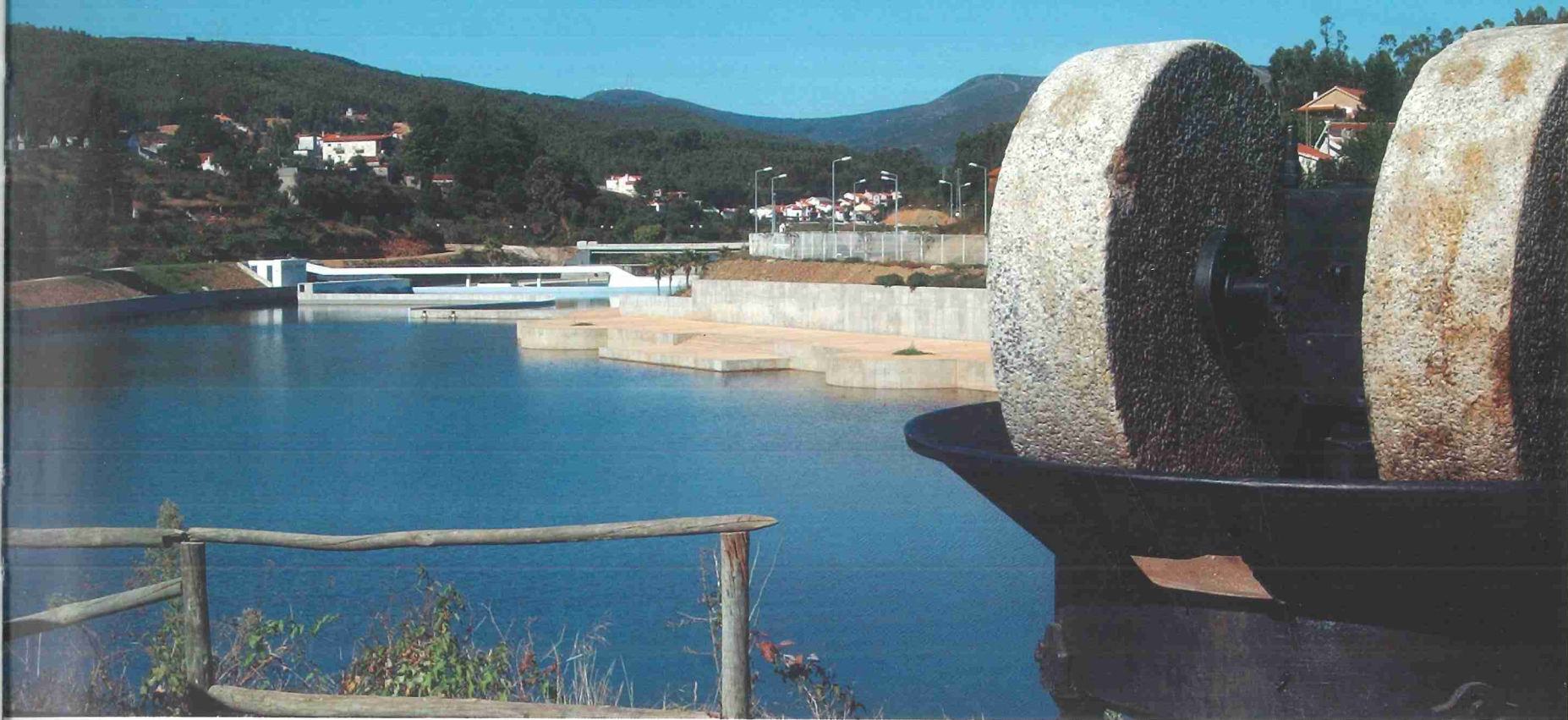


Fig. 13 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO DA GNR E DA PSP



Os concelhos do Sul do distrito de Leiria optaram por integrar, juntamente com outros concelhos vizinhos, com os quais já constituíam a Associação de Municípios do Oeste, a ComUrb do Oeste. Apenas o concelho da Nazaré, impossibilitado de pertencer à AMLEI<sup>2</sup>, como parecia vontade dos seus dirigentes, por não se situar em contiguidade territorial com os municípios que fazem parte desta, não tinha ainda decidido qual a sua posição, à data em que este texto foi redigido, pelo que no mapa surge representado a branco.

Numa fase, aparentemente, ainda muito embrionária, estão os três concelhos do Nordeste do distrito de Leiria (Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande), os quais têm manifestado a intenção de, juntamente com outros concelhos limítrofes, criarem uma Comunidade Intermunicipal, com a designação provável de *ComInter do Pinhal*.

Embora legalmente previsto, é ainda incerto o futuro deste novo modelo administrativo, devido a uma certa indefinição das suas atribuições e competências e, sobretudo, dos meios financeiros que lhes serão alocados, pelo que não é possível, por enquanto, antever qual a efectiva influência de tal modelo na (re)configuração da região a que nos reportamos.

A “nossa região” é, pois, uma área regional que se exprime e consubstancia numa pluralidade de mapas. Este facto resultará de leituras divergentes sobre o território, ao sabor de opções quantas

vezes infundamentadas e, por isso mesmo, de difícil leitura. Em todo o caso, alguns dos mapas em que se plasmam os vários recortes espaciais desta porção do centro litoral português aí estão, como representação visível da fragmentação que marca esta parte do continente português.



Fig. 14 - REGIÃO DE LEIRIA: NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA (2004)

<sup>1</sup> Com efeito, os municípios da AMLEI são apenas 8 (sendo exigidos um mínimo de 9), os quais abarcavam, em 2001, 319.363 habitantes (quando a lei impõe um limiar de 350.000).

<sup>2</sup> Em todo o caso, mesmo que fosse possível tal adesão, a AMLEI não poderia vir a beneficiar do estatuto de GAM, na medida em que continuava a não cumprir o requisito relativo à população, pois ficaria apenas com 334.423 habitantes.



## DO ESPAÇO ÀS PESSOAS

### Os dinamismos demográficos regionais

A região sobre a qual nos debruçamos é hoje geralmente considerada uma área demograficamente atractiva, receptora de movimentos migratórios tanto internos como externos.

De facto, a sua inserção no litoral português – a faixa do território actualmente mais dinâmica do ponto de vista da população, a situação que ocupa a meio caminho entre as duas grandes áreas metropolitanas do país (Lisboa e Porto) e uma relativa pujança económica, traduzida num tecido empresarial de PME's, são outros tantos factores que têm contribuído para tal qualificação.

Em todo o caso, o território regional encerra em si mesmo algumas assimetrias, sendo muito desiguais as variações nos indicadores populacionais em cada um dos 17 concelhos que compõem o espaço considerado.

Começemos por analisar a evolução da população regional no período compreendido entre 1864 e 2001, relativamente ao qual se dispõem de dados periodicamente obtidos em operações censitárias<sup>3</sup>. Neste período, a população em causa variou entre os 194.858 e os 505.642 habitantes, ou seja, o número destes é hoje cerca de duas vezes e meia superior ao registado 137 anos antes (ver ANEXOS - Tabela I). Refira-se ainda que, em 1527, de acordo com os resultados do *Numeramento* então realizado, se estimava em cerca de 33.608 o total de residentes na região<sup>4</sup>.

Com base nos resultados dos catorze recenseamentos populacionais, correspondentes ao lapso de tempo supra mencionado, construímos a Fig. 15, na qual surge graficamente representada o percurso demográfico regional, ao longo dos séculos XIX-XXI.

No ciclo temporal em causa, a curva da população a nível regional acompanha, com algumas *nuances* relevantes, a registada, em igual período, no todo nacional (cfr. ANEXOS - Tabela II). Assim, entre 1864 e 1911 o crescimento demográfico registado

traduz, como no conjunto do país, saldos fisiológicos substanciais. Já entre 1911 e 1920, a estagnação (ocasionada pelas elevadas taxas de mortalidade, devidas à gripe pneumónica e à participação militar nacional na I Guerra Mundial, bem como aos fluxos migratórios, em especial em direcção ao Brasil) que se verificou no total da população portuguesa não foi sentida tão intensamente na região.

No período seguinte (1920-1950), assiste-se também nesta região a um acréscimo populacional muito significativo e acelerado, em consequência da redução da taxa de mortalidade (motivada, entre outras razões, por melhores condições de vida, de assistência médica e higiene) e do declínio da emigração (causado pela crise económica internacional dos anos 30 e pela II Guerra Mundial).

Entre 1950 e 1970, porém, o número de emigrantes aumenta de tal modo que se assiste, na década de 50, a um crescimento muito lento e, na de 60, pela primeira vez, na região como no país, a um crescimento negativo, precisamente em função de intensas correntes migratórias, desta feita rumando a países europeus mais ricos, como a França ou a Alemanha.



Fig. 15 - REGIÃO DE LEIRIA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (1864-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados do INE (1964; 1970a, 1981, 1991 e 2002a).

<sup>3</sup> Reportamo-nos aos concelhos actualmente existentes, se bem que se tenham registado inúmeras alterações ao longo do período em causa, em termos das divisões administrativas por concelho e freguesia; todavia, a partir de dados retrospectivos oficiais (INE, 1964), foi possível reconstituir a evolução demográfica com referência às áreas municipais de hoje.

<sup>4</sup> O cálculo que efectuámos resulta da soma do número de moradores apontado no *Numeramento* de 1527 para cada uma das unidades administrativas à época consideradas e cujo território integra actualmente a área regional em estudo: Alcobaça, Alfeizerão, Aljubarrota, Alpedriz, Cela, Coz, Évora de Alcobaça, Maiorga, Paredes, S. Martinho do Porto e Turquel (actual concelho de Alcobaça); Alvaiázere, Maças de Caminho, Maças de D. Maria e Pussos (actual concelho de Alvaiázere); Avelar e Pousaflôres (actual concelho de Ansião); Batalha; Alvomoinha, Caldas da Rainha, Salir de Matos, Salir do Porto e Santa Catarina (actual concelho das Caldas da Rainha); Aguda e Arega (actual concelho das Figueiró dos Vinhos); Leiria; Pederneira (actual concelho da Nazaré); Óbidos; Atouguia da Baleia (actual concelho da Peniche); Abiúl, Pombal e Redinha (actual concelho de Pombal); Porto de Mós; Ourém. Para apurar o número de habitantes da região, seguimos GALEGO e DAVEAU (1986: 65), utilizando "um dos critérios adoptados em estudos demográficos para esta época, segundo o qual a cada fogo ou morador corresponderia uma média de 4 pessoas".

Na década subsequente (1970-1981) apura-se um acréscimo demográfico, o qual é, no contexto regional em apreço; bem menos intenso do que o verificado no conjunto nacional, em função do estancamento da saída de emigrantes e do retorno de centenas de milhar de portugueses provindos das antigas províncias ultramarinas. Aliás, a população da região de Leiria, em 1981, era em número pouco superior ao que tinha sido recenseado em 1960. Provavelmente, na região e, de modo particular, em alguns dos concelhos que a compõem, continuavam a registar-se movimentos migratórios consideráveis, não sendo aqui tão visível a quebra da emigração registada após o primeiro choque petrolífero (1973).

De 1981 a 1991, aqui como no todo nacional, a população quase não cresce, apesar do aumento da esperança média de vida, visto que se acentuaram os efeitos de uma taxa de natalidade cada vez mais baixa.

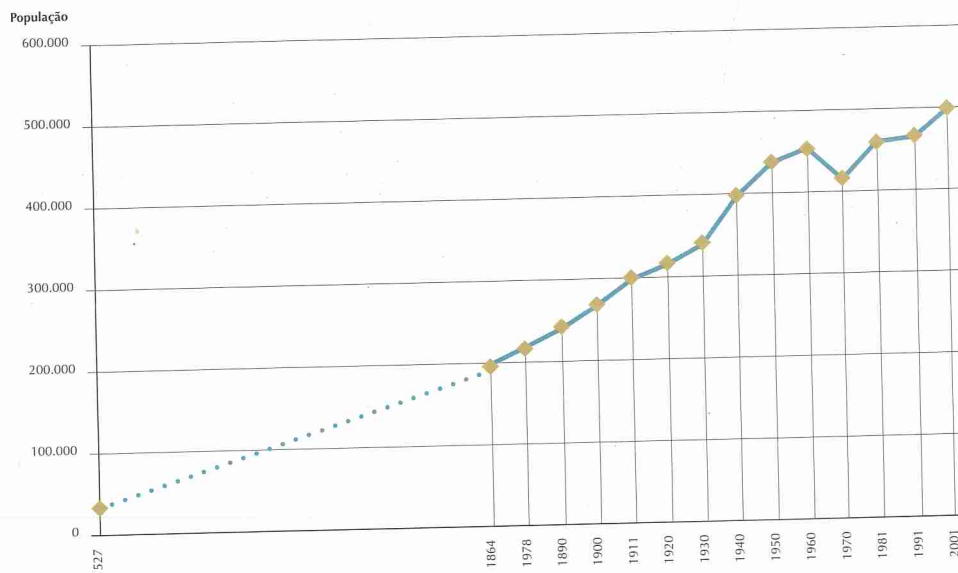


Fig. 16 - REGIÃO DE LEIRIA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (1527-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de GALEGO e DAVEAU (1986) e INE (1964; 1970a, 1981, 1991 e 2002a).

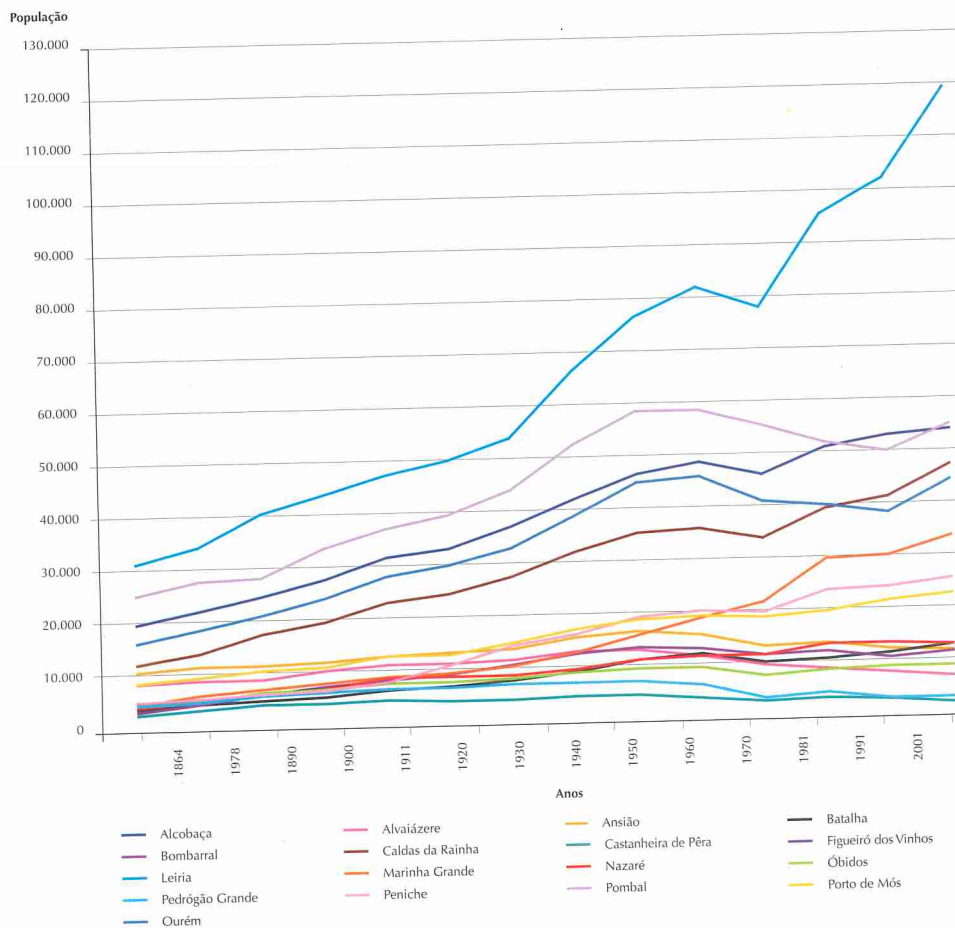
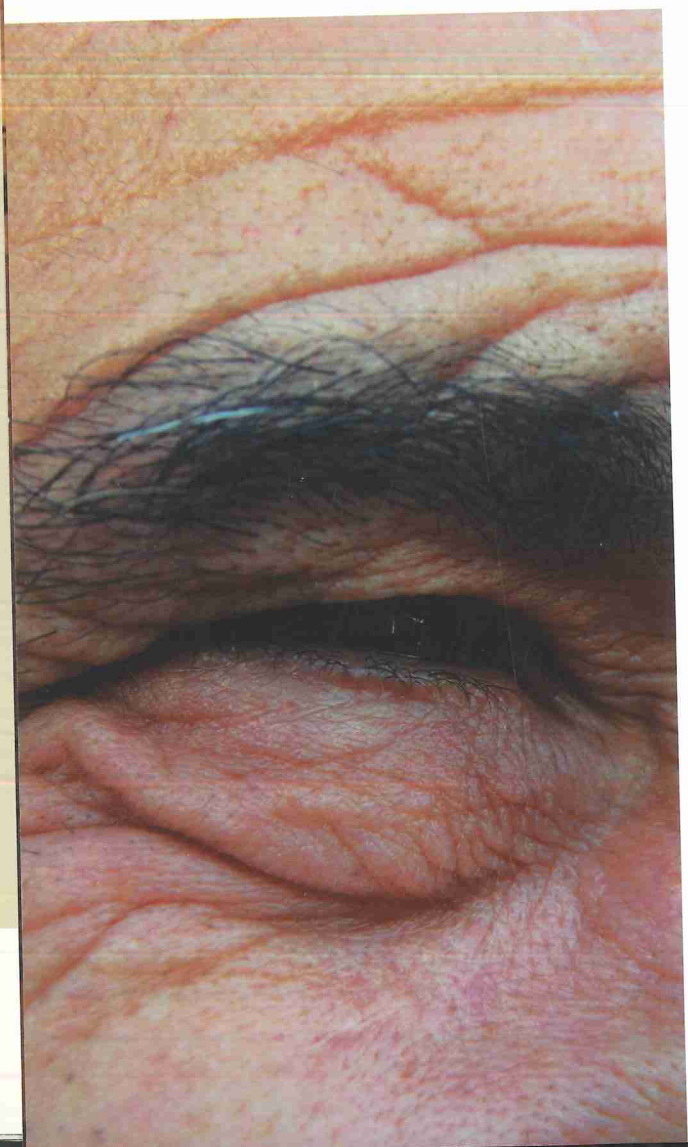


Fig. 17 - REGIÃO DE LEIRIA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO por concelhos (1864-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (1964; 1970a, 1981, 1991 e 2002a).





Mais recentemente (1991-2001), surge um novo factor de explicação demográfica: a imigração. A região e o país conhecem um fenómeno inédito, na dimensão com que acontece, na história da sua demografia – os fluxos de trabalhadores estrangeiros, originários tanto dos PALOP e do Brasil, como, sobretudo, de países do Leste europeu. O crescimento demográfico passa a ser causado muito mais pelo saldo migratório do que pelo saldo natural.

Vejam agora (Fig. 16), o ciclo demográfico mais longo, o qual inclui o número de habitantes estimado em função do *Numeramento* de 1527. Embora se registem apenas os resultados construídos a partir deste, decorrendo 337 anos até ao momento seguinte (1864), pode observar-se que a população da região terá crescido 480% nesses mais de três séculos, isto é, cerca de 1,4% por ano, em média. De 1864 até ao Censo de 2001 – um período de 137 anos – tal crescimento médio foi um pouco inferior, situando-se nos 1,2% anuais.

Como se constatou nas figuras antecedentes, a região superou ligeiramente, no Censo de 2001, o patamar de meio milhão de habitantes. Contudo, o contributo de cada um dos concelhos para este número apresenta diferenças de monta entre os mais populosos de entre eles e os de menor expressão demográfica.

Tais discrepâncias surgem bem visíveis na Fig. 17, em que se traça a evolução populacional nos 17 municípios que compõem o conjunto regional estudado, no período situado entre 1864 e 2001.

Do todo representado distingue-se, em 2001, a considerável distância dos demais, o concelho de Leiria, o qual quase atinge os 120.000 habitantes. Num intervalo situado entre os 30.000 e os 60.000 habitantes, encontram-se, por ordem decrescente, os concelhos de Pombal, Alcobaca, Caldas da Rainha, Ourém e Marinha Grande. Num lote de pequenos concelhos, todos com uma população inferior a 20.000 habitantes registam-se Nazaré, Batalha, Ansião, Bombarral, Óbidos, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra. Num escalão intermédio entre este grupo e o anterior, situam-se os concelhos de Peniche e de Porto de Mós.

Confrontem-se estes resultados, de natureza sincrónica, reportados ao momento censitário mais recente, com os números correspondentes para 1864. Essa análise diacrónica revela-se algo impressionante, não tanto por algumas trocas de posições relativas face à actualidade, mas, sobretudo, pela muito menor disparidade inter-concelhia que revela.

Comparando a situação de cada um dos actuais concelhos no período abrangido, detectou-se que cerca de metade dos municípios da região estagnaram ou mesmo regrediram demograficamente, em especial os situados no interior Norte do distrito de Leiria. Outro grupo, constituído pelos restantes concelhos, com excepção de Leiria, registou um crescimento populacional moderado ao longo do período avaliado. Neste lapso temporal de 137 anos, a capital de distrito protagonizou, isolada, um excepcional acréscimo de população, reforçando-se progressivamente (salvo durante a década de 60 devido ao surto emigratório que também aqui se fez sentir) como principal pólo regional de atracção populacional, tendo passado dos 32.252 para os 119.847 habitantes.

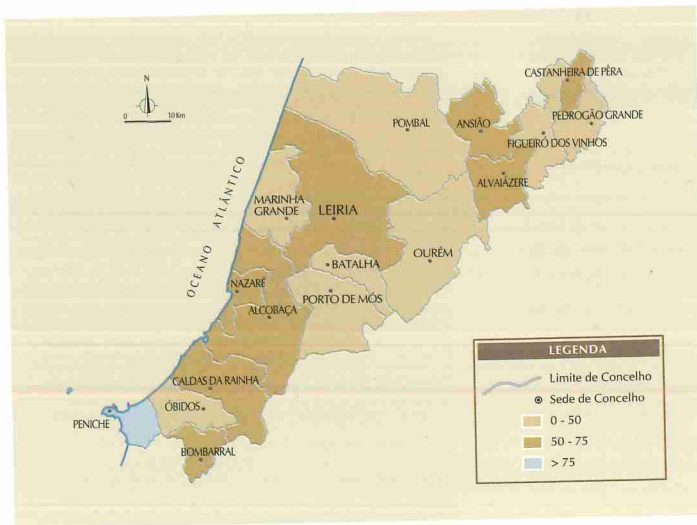
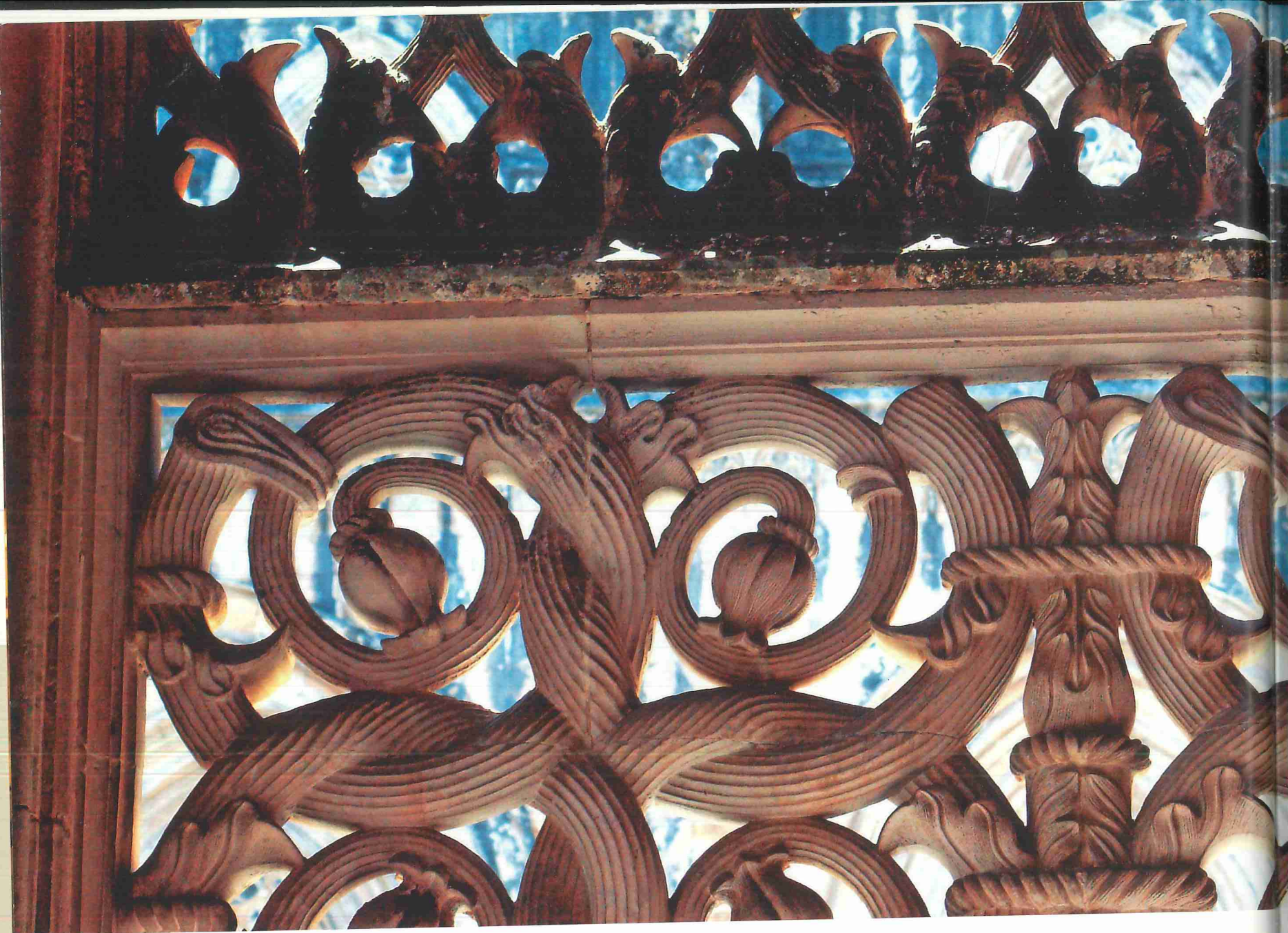


Fig. 18 - REGIÃO DE LEIRIA: DENSIDADE POPULACIONAL DA REGIÃO DE LEIRIA, por concelhos (1864)

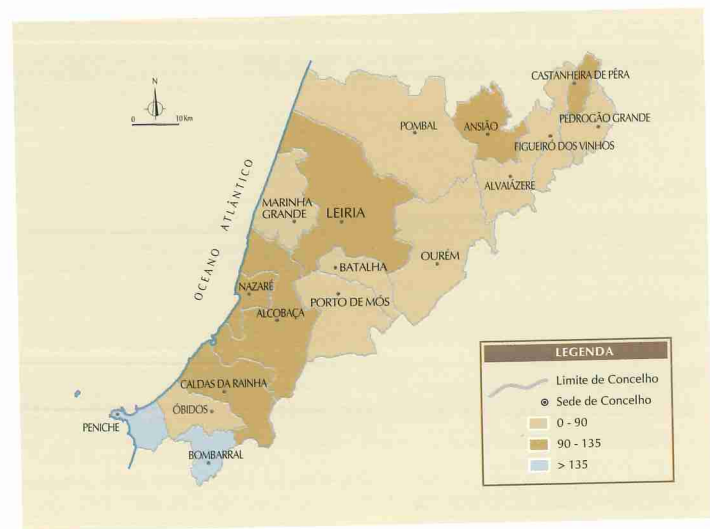


Fig. 19 - REGIÃO DE LEIRIA: DENSIDADE POPULACIONAL DA REGIÃO DE LEIRIA, por concelhos (1930)



Interessantes são, igualmente, os dados relativos à densidade populacional do espaço regional que é actualmente polarizado pela cidade de Leiria – vide Quadro 2, que traça a evolução deste indicador no decurso dos anos já atrás mencionados.

Do ponto de vista demográfico, verificou-se uma progressiva densificação do povoamento deste território, se bem que, em certos períodos, essa progressão tenha sido lenta, ocorrendo mesmo um exemplo de regressão nos anos 60, a cujas causas já aludimos anteriormente.

No entanto, este indicador é muito diverso quando desagregamos por concelho os números globais considerados, variando a densidade populacional de cada um deles, em 2001, entre os 34,2 hab./Km<sup>2</sup> (Pedrógão Grande) e os 351 hab./Km<sup>2</sup> (Peniche). Por outro lado, a evolução destes dados numa base concelhia (ANEXOS - Tabela III) patenteia, ainda, alterações significativas na posição relativa de cada concelho.

Nas Figs. 18 a 20 procura-se realçar essa evolução, com base nos dados relativos aos pontos inicial (1864), intermédio (1930) e final (2001) do período considerado, tendo em conta três grupos de concelhos: os que apresentam uma densidade populacional inferior à média no respectivo ano, aqueles que se situam na média ou ligeiramente acima desta (valores até 50% superiores à média) e, ainda, os que se encontram numa posição bastante acima da média (isto é, com densidades mais de 50% superiores a esta).

Assim, em 1864, apenas Peniche se encontra neste último agregado, posição que, aliás, mantém em qualquer dos momentos em causa. Em 1930, para além deste concelho, também o de Bombarral se situa em idêntico patamar, no qual é substituído por Leiria no recente recenseamento de 2001.

Ao invés, alguns dos concelhos da região figuram sempre na lista dos menos densamente povoados, em qualquer dos três censos considerados. Tal é o caso dos municípios de Figueiró dos Vinhos, Óbidos, Pedrógão Grande, Pombal, Ourém e Porto de Mós. Outros permanecem, sempre, no conjunto intermédio (Alcobaça, Caldas da Rainha e Nazaré).

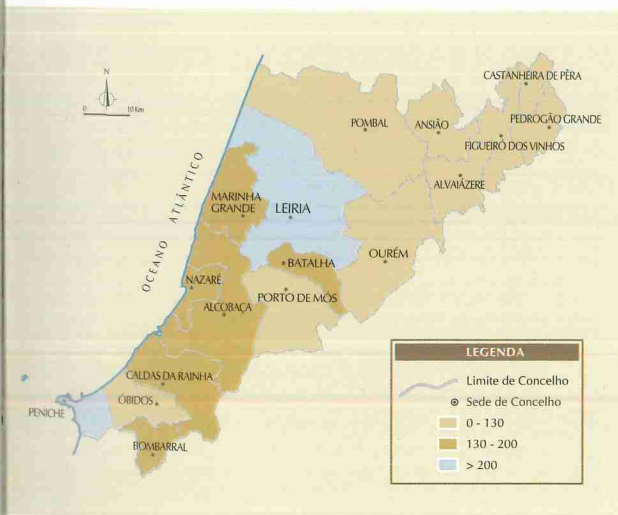
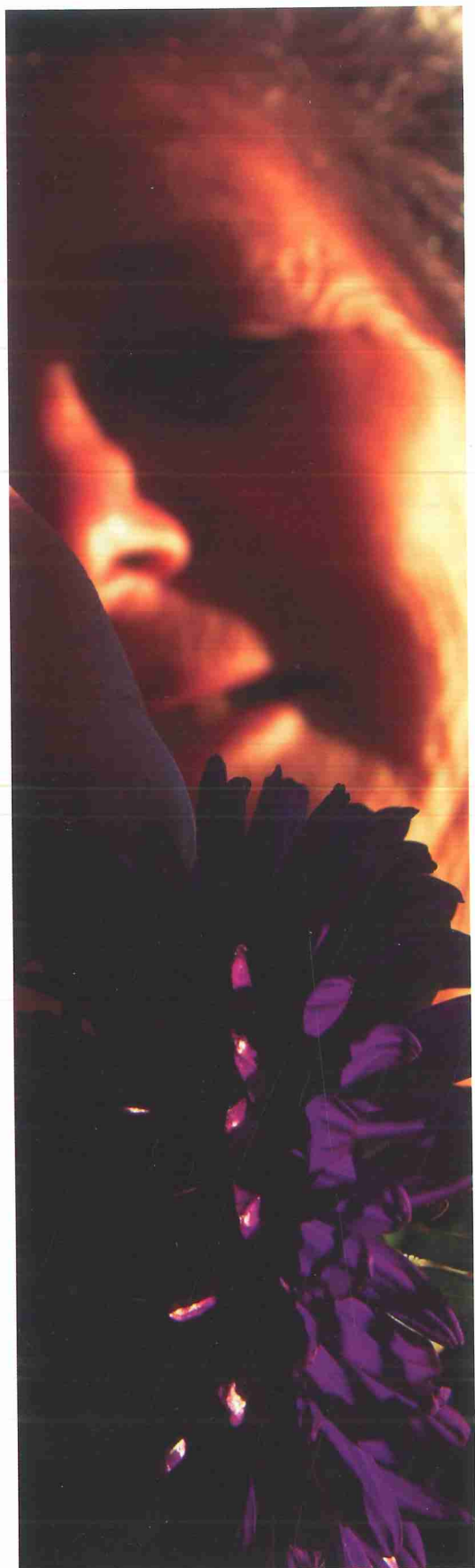


Fig. 20 - REGIÃO DE LEIRIA: DENSIDADE POPULACIONAL DA REGIÃO DE LEIRIA, por concelhos (2001)

ANOS	DENSIDADE (hab. / Km <sup>2</sup> )
1527	8,6
1864	49,8
1878	55,5
1890	61,9
1900	68,5
1911	76,5
1920	80,4
1930	87,9
1940	101,8
1950	113,0
1960	115,4
1970	107,2
1981	117,9
1991	119,1
2001	129,1

Quadro 2 - EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL DA REGIÃO (1527-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de GALEGO e DAVEAU (1986), INE (1964; 1970a, 1981, 1991 e 2002a) e Infoline do INE ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)).





Alguns, por sua vez, oscilam entre este e o anterior grupo, uns descendo em população, de 1864 para 1930 (Alvaiázere) ou de 1930 para 2001 (Ansião e Castanheira de Pêra) e outros aumentando-a, como aconteceu com a Marinha Grande (1930) ou com a Batalha (2001).

Procurando avaliar o peso proporcional da região face ao todo nacional, verificamos que, na actualidade, ela representa 4,9% da população total portuguesa (cfr. ANEXOS - Tabela II). Aliás, em termos diacrónicos, esse peso não tem variado substancialmente desde 1864, constatando-se que o mesmo se situa num intervalo entre os 4,5% apurados nesse ano e os 5,2% calculados para 1920 e 1950). Em tempos mais recuados (1527), porém, a percentagem da população da região não ultrapassava os 3% do número total de residentes no território continental português.

Uma outra vertente a ter em consideração na avaliação do comportamento demográfico da região diz respeito à análise das taxas de natalidade e de mortalidade, com base nas quais se obtém a taxa de crescimento natural (TCN) da população visada. Assim, para 2001, observe-se a Fig. 21, em que aquelas taxas estão graficamente representadas, salientando-se os concelhos cuja linha correspondente à taxa de mortalidade se afasta consideravelmente da respeitante à taxa de natalidade e que correspondem à maioria dos 17 concelhos abrangidos. Em sentido contrário, apenas os concelhos de Leiria,

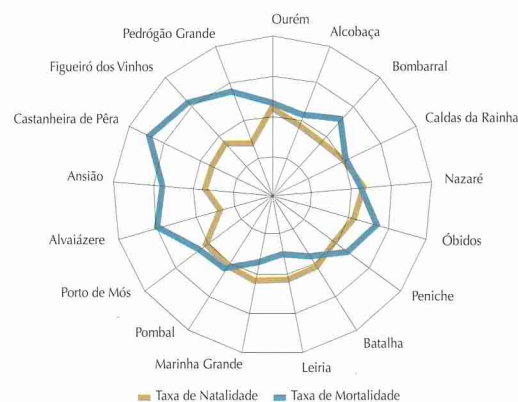


Fig. 21 - REGIÃO DE LEIRIA: TAXAS DE NATALIDADE E DE MORTALIDADE, por concelho (2001)

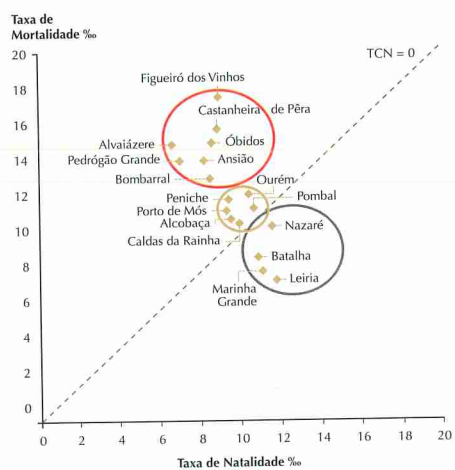
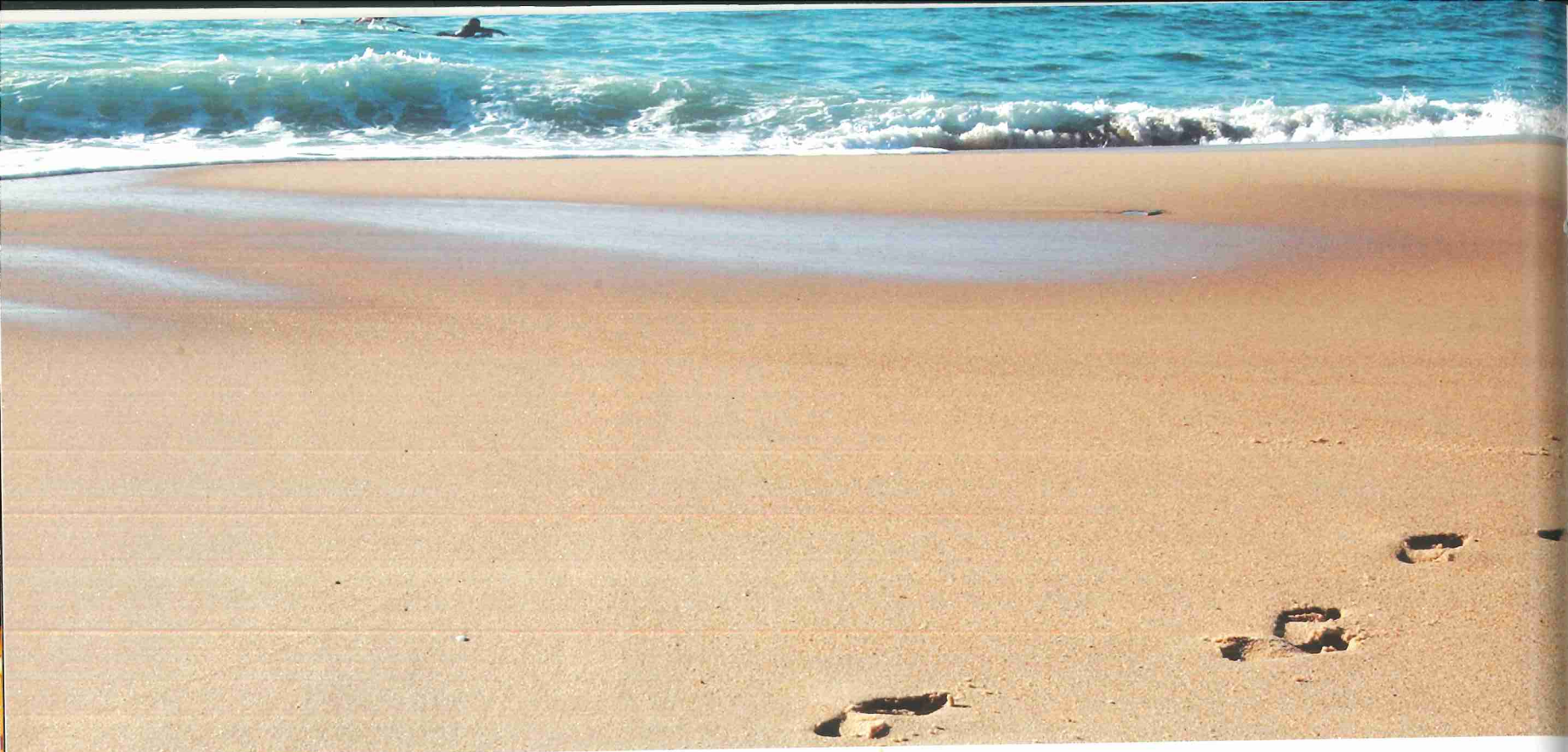


Fig. 22 - REGIÃO DE LEIRIA: TAXAS DE NATALIDADE E DE MORTALIDADE, por concelho (2001)  
 Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (2002b)

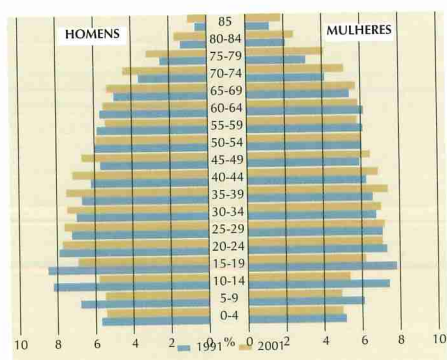


Fig. 23 - REGIÃO DE LEIRIA: PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO (1991 - 2001)  
 Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (1991 e 2002a)

Marinha Grande, Batalha e, tangencialmente, de Nazaré, evidenciam uma taxa de crescimento natural positiva.

Em todo o caso, a partir dos números do INE que serviram de base à construção da figura *supra*, podemos constatar que a amplitude da taxa de natalidade verificada nos diferentes concelhos se situa nos 4,8‰, pois aquela varia entre 6,9‰ (Alvaiázere) e os 11,7‰ (Nazaré). A taxa de mortalidade, por sua vez, varia entre os 7,7‰ (Leiria) e os 17,1‰ (Castanheira de Pêra) – com uma amplitude, portanto, de 9,4‰.

A taxa de crescimento natural, indicada para cada um dos concelhos nas estatísticas demográficas consultadas, é negativa no caso dos municípios de Castanheira de Pêra (- 8,6‰), Alvaiázere (- 8,1‰), Figueiró dos Vinhos (- 7,1‰), Pedrogão Grande (- 7,0‰), Ansião (- 5,4‰), Bombarral (- 3,9‰), para só mencionar as situações mais evidentes do ponto de vista deste indicador, que constitui um dos factores que contribui para o envelhecimento da população.

Apresentando de outra forma a mesma realidade (Fig. 22), é possível definir e representar três grupos de concelhos, em função das taxas de natalidade e de mortalidade calculadas para 2001.

Deste modo, agrupámos os concelhos em três conjuntos: o primeiro (delimitado pela linha vermelha) engloba aqueles em que o crescimento natural foi negativo em virtude de evidenciarem uma menor taxa de natalidade e, concomitantemente, uma mais elevada taxa de mortalidade – concelhos *em perda*.

Simetricamente, o segundo grupo reúne os que patenteiam maiores taxas de natalidade e menores taxas de mortalidade, onde se salientam, como já referido, as situações de Leiria e Marinha Grande, com crescimento natural positivo – concelhos mais *dinâmicos*. Numa posição intermédia, encontramos os concelhos cujos valores, embora negativos, se aproximam de uma taxa de crescimento natural nulo – concelhos quase *estacionários*.

A pirâmide de idades da região, que a seguir apresentamos (Fig. 23), traduz as circunstâncias a que acabámos de aludir, acentuando-se de 1991 (barras claras) para 2001 (barras escuras)

o fenómeno de duplo envelhecimento da população, em resultado da acção conjugada de uma natalidade cada vez mais baixa (classes etárias da base da pirâmide) e do aumento progressivo da esperança média de vida (classes etárias do topo da pirâmide).

A pirâmide de idades relativa a 2001 pode ser classificada como uma pirâmide *constritiva*, isto é, em que a proporção de adultos e idosos é muito superior ao das classes etárias juvenis, pelas razões já apontadas. Este quadro já existia em 1991, embora de modo menos vincado. Tanto num caso como noutro, o sexo feminino é, como acontece habitualmente, menos representado nas classes etárias mais baixas (como se sabe, nascem mais homens do que mulheres). Em contrapartida, as mulheres ganham maior expressão, progressivamente, a partir das classes de adultos, ultrapassando claramente o efectivo dos homens nos grupos etários mais idosos, uma vez que a esperança média de vida é sensivelmente mais elevada para as mulheres.

Analisemos agora as pirâmides etárias de cada concelho da região, para 1991 e 2001, o que nos permite verificar a evolução sofrida e a tendência que a mesma revela (Fig. 24). Em grande medida, os grupos que tínhamos delineado a propósito da Fig. 22 voltam a poder ser aqui invocados.

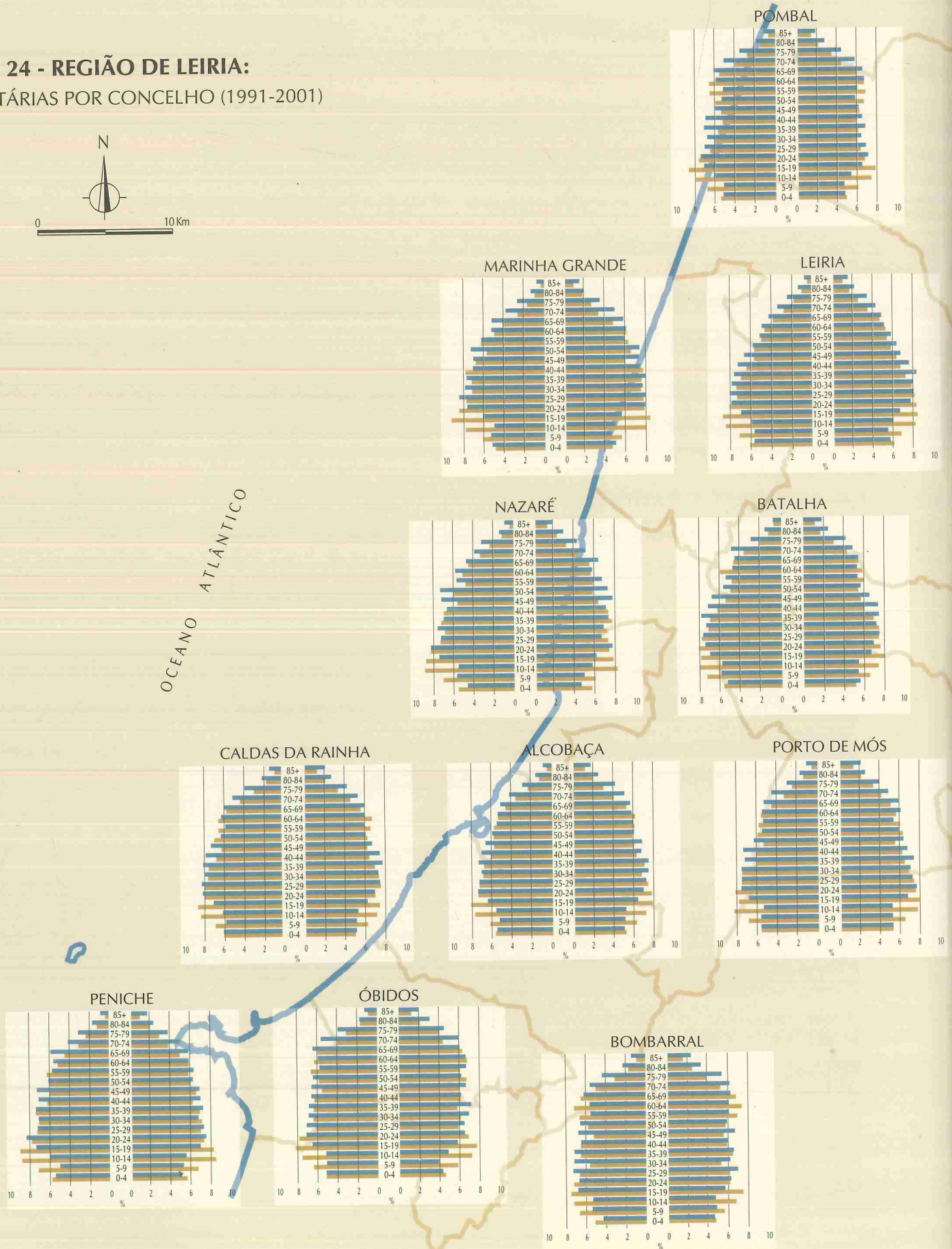
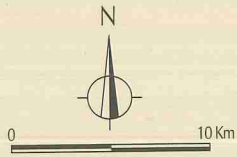
Começemos por Leiria e Marinha Grande, onde se denota algum equilíbrio, apesar de uma baixa natalidade, bem visível no encurtamento das classes etárias mais jovens. Em todo o caso, no segundo daqueles concelhos a classe dos 0-4 anos aumentou ligeiramente a sua percentagem de 1991 para 2001, aliás, o mesmo aconteceu, menos visivelmente, na Batalha (apenas para o sexo feminino) e Caldas da Rainha. Estes dois concelhos, juntamente com Alcobaça, Nazaré, Peniche e Porto de Mós, apresentam pirâmides etárias de perfil semelhante, o que os aproxima, em dinamismo, do eixo demográfico Leiria-Marinha Grande.

Já Pombal e Ourém, por sua vez, se aproximam do recorte do grupo com pirâmides etárias mais constritivas, no qual se incluem Alvaiázere, Ansião, Bombarral, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Óbidos e Pedrógão Grande. Este último caso merece uma menção especial pela quase inversão da pirâmide que patenteia, fenómeno que se reforçou na última década.

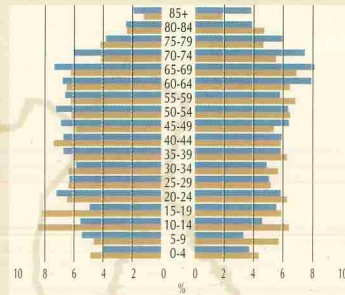
Em síntese, embora a realidade demográfica regional possa ser caracterizada, em geral, pelo envelhecimento populacional, a intensidade deste processo faz-se a diferentes velocidades, desde as situações aparentemente menos inquietantes, que se evidenciam nos principais centros urbanos, até aos casos algo dramáticos dos concelhos do Pinhal Interior Norte, com tendências de envelhecimento tão pronunciado e rápido que parecem vaticinar uma quase desertificação a longo prazo.



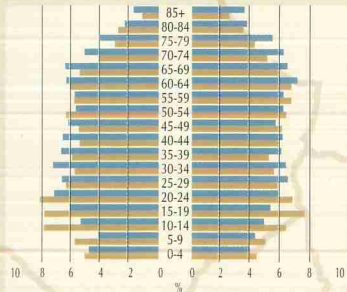
**FIG. 24 - REGIÃO DE LEIRIA:**  
 PIRÂMIDES ETÁRIAS POR CONCELHO (1991-2001)



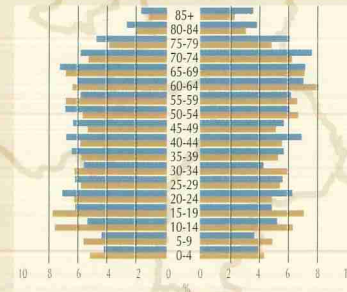
**CASTANHEIRA DE PÊRA**



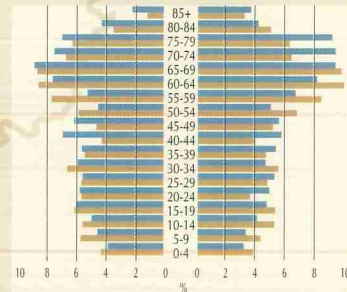
**ANSIÃO**



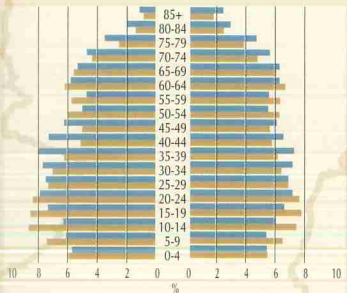
**FIGUEIRÓ DOS VINHOS**



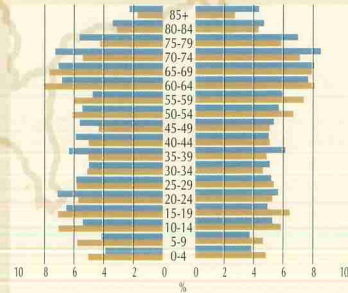
**PEDROGÃO GRANDE**



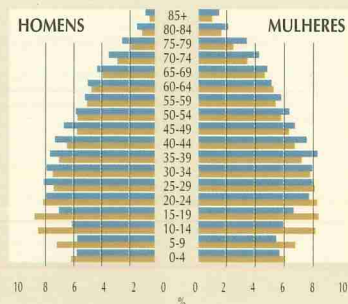
**OURÉM**



**ALVAIÁZERE**



**LEGENDA**



1991  
2001

Limite de Concelho



bing



PROMOÇÕES

MALAQUETA  
RESTAURANTE



Garrafeira  
PROMOÇÃO

alain manoukian



## DO ESPAÇO ÀS PESSOAS

### Estrutura sectorial da população activa: uma região em transformação acelerada

Utilizando os dados dos Censos de 1950 a 2001, relativos à população residente, empregada, por sector de actividade económica<sup>5</sup>, construímos os gráficos seguintes (Figs. 25 a 30), os quais nos ajudam a compreender as profundíssimas alterações ocorridas neste meio século quanto à estrutura da população activa da região.

De facto, a representação gráfica da estrutura populacional por sector de actividade económica quase fala por si, de tal modo são claros os números recolhidos e as enormes mudanças que estes traduzem. Atente-se, desde logo, na evolução verificada no sector primário: o peso relativo deste, aferida pela proporção da mão-de-obra nele integrada é actualmente mais de onze vezes menor do que o apurado para 1950. Tal constatação permite concluir que a sociedade de base rural que caracterizava a região até meados do século XX não é hoje mais do que uma reminiscência. Aliás, Leiria e a sua região eram, à época do censo citado, ainda mais dependentes da agricultura, pecuária, silvicultura, pesca, etc. do que o todo nacional, já que estas actividades empregavam a nível regional 63,9% da população activa, enquanto a nível do país não ia além de 49,1%.

Este progressivo abandono do sector primário, até atingir os escassos 5,7% apurados em 2001, fez-se em benefício, primeiro, do sector secundário e, mais tarde, do sector terciário. Com efeito, até 1981, as actividades terciárias oscilaram entre os 16,5% e os 22,1% e só nesse ano superaram o patamar dos 30%. Nessas três décadas foi a indústria transformadora, bem como as outras actividades do sector secundário, que recolheu a maioria da população que abandonava a agricultura, prolongando-se esse crescimento até ao início dos anos 90, em que atinge o seu valor máximo – 45,5%. Ainda actualmente, o sector secundário ocupa na região um lugar de destaque (43,3%), em comparação com os 35,1% que o sector detém, em geral, no país.

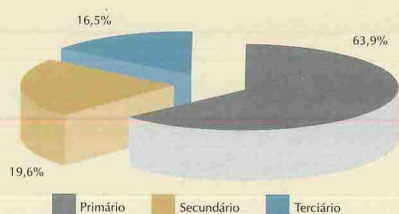


Fig. 25 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (1950)

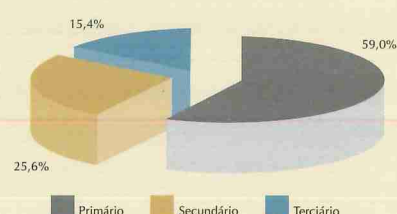


Fig. 26 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (1960)

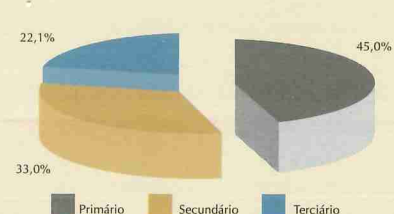


Fig. 27 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (1970)

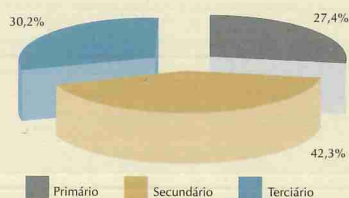


Fig. 28 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (1981)

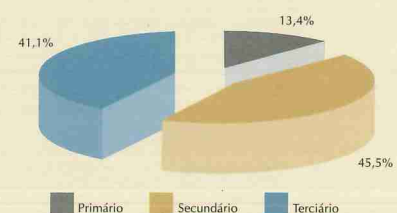


Fig. 29 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (1991)

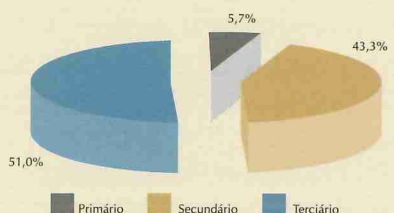


Fig. 30 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (2001)

<sup>5</sup> Anteriormente a 1950, não estão disponíveis os dados estatísticos relativos a este indicador desagregados a nível de concelho, mas somente por distritos; uma vez que pretendíamos obter uma visão regional (isto é, incluindo não apenas o distrito de Leiria, mas também o concelho de Ourém) optámos pelo tratamento da informação a partir daquele ano. Uma outra prevenção diz respeito aos resultados de 1970, aliás não publicados, em que as indústrias extractivas foram incluídas no sector secundário. É preciso salientar igualmente que a divisão da população activa por sectores de actividade não espelha, por vezes, a realidade bastante complexa da estrutura profissional das populações. Por exemplo, no que diz respeito ao sector terciário, nele se incluem desde profissões altamente especializadas até profissões mais indiferenciadas. No entanto, através desta classificação muito vulgarizada é possível construir um retrato interessante, atentos os objectivos definidos para o presente trabalho.

Quanto às actividades terciárias, é já durante toda a década de 90 que dão um *salto* decisivo, até se tornarem o sector com maior peso na economia regional, abarcando mais de metade da população activa, ainda assim bastante abaixo dos 59,9% verificados em termos nacionais. De qualquer modo, os sectogramas das Figs. 29 e 30, evidenciam um processo acelerado de terciarização (crescimento de 10 pontos percentuais no espaço de 10 anos), em virtude de uma acentuada redução do peso da agricultura, pecuária, silvicultura, pescas e indústrias extractivas, sector que neste período viu continuar a tendência de diminuição da proporção da mão-de-obra que nele trabalha (passando de 13,4% para 5,7%). Para tal fenómeno contribuiu também, em muito menor escala, uma ligeira quebra no peso relativo do sector secundário (- 2,2 pontos percentuais).

Interessante é, outrossim, a observação mais detalhada dos sectores de actividade, desagregando os dados numa base concelhia, da qual resultou a elaboração das Figs. 31 a 36 (ANEXOS). A análise diacrónica que estes gráficos proporcionam leva-nos a concluir, mais uma vez, que a região foi sujeita, tal como o país, a enormes metamorfoses socioeconómicas e não apenas globalmente considerada, mas também relativamente a cada um dos concelhos que a compõem.

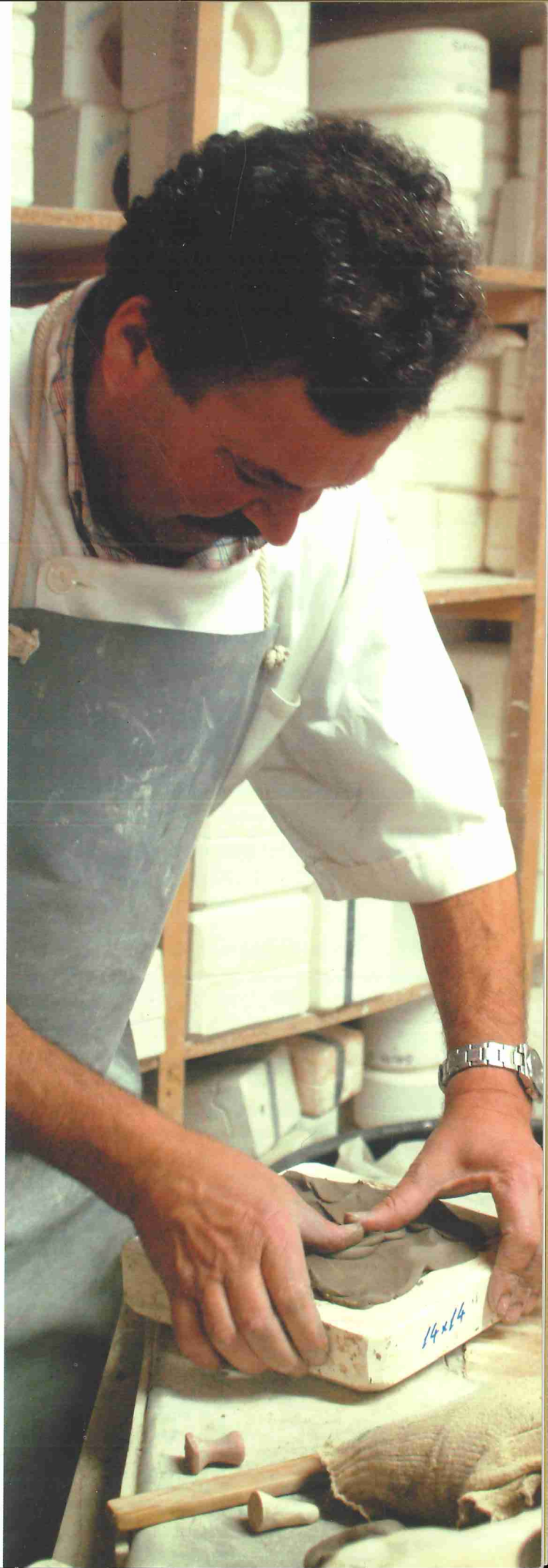
É certo que se registaram diferenças de ritmo e de intensidade, todavia o perfil da actividade económica mudou radicalmente nestes cinquenta anos e, de um modo mais veloz, na segunda metade deste período, como consequência, entre outros, do fenómeno da emigração (anos 60 e 70), da alteração do quadro político ocorrida em 1974, do retorno dos nacionais residentes nas antigas províncias ultramarinas (1974/1975) e da integração de Portugal na Europa comunitária (1986). Estes e outros *choques* fizeram-se sentir, em proporção diferenciada, nos 17 concelhos considerados, tendo resultado, em 2001, num retrato da região irreconhecível face à imagem registada em 1950.

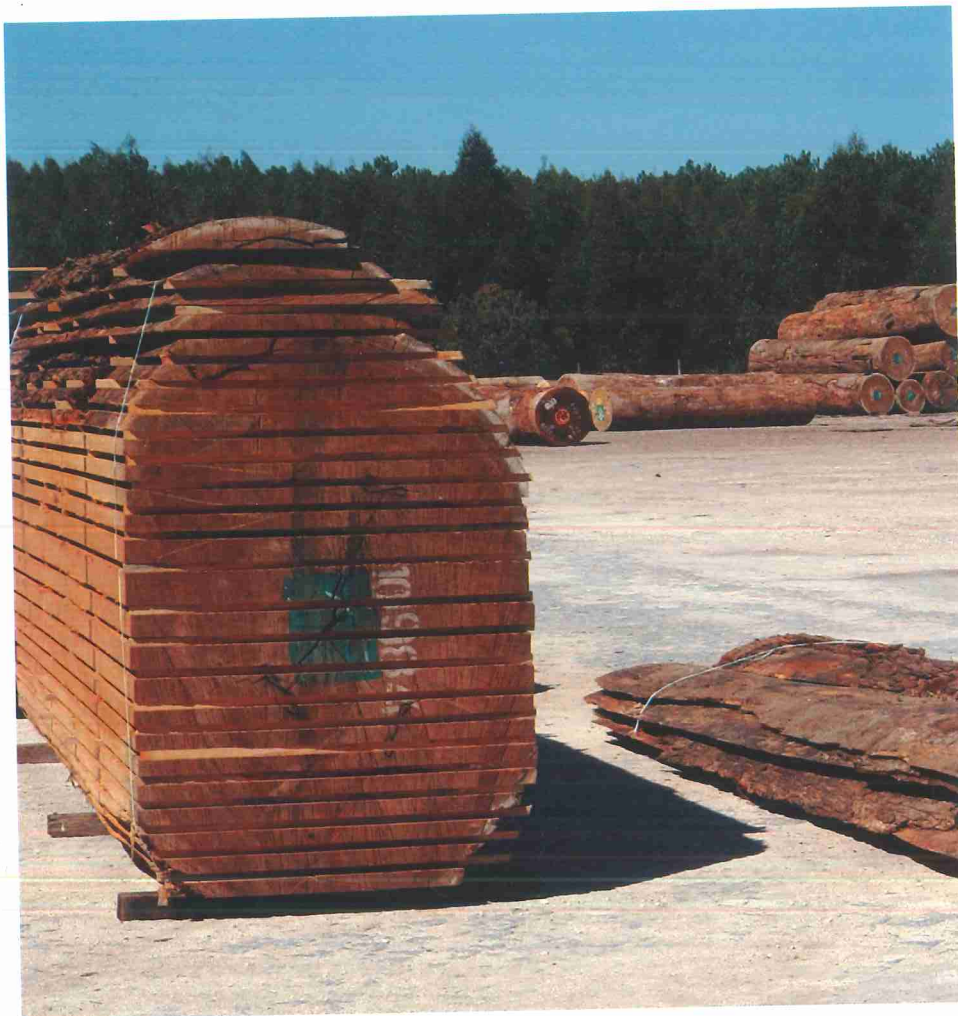
Vejam, então, esta última (ANEXOS - Fig. 31). Com excepção de Castanheira de Pêra e da Marinha Grande, centros industriais de lanifícios e de vidros, respectivamente, todos os demais concelhos da região tinham a sua população activa predominantemente no sector primário, sendo que a maioria destes eram municípios de natureza rural. Nalguns deles, aliás, cerca de 70%, ou mais, dos activos trabalhavam neste sector, como acontecia em Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Figueiró dos Vinhos, Óbidos, Pedrógão Grande, Pombal e Ourém. Em comunidades piscatórias (Nazaré e Peniche) estes valores rondavam os 60%. No caso de Óbidos e de Pombal a população no sector primário atingia mesmo os 80%!

Relativamente ao sector secundário, com excepção dos dois casos já referidos, apenas Alcobaça, Leiria e Porto de Mós superavam os 20% de activos neste sector. No que toca ao terciário, este sector era, tal como no anterior, pouco mais do que incipiente: apenas Caldas da Rainha, Leiria e Nazaré (à época já com alguma actividade no turismo) nele detinham mais de 1/5 da população.

Em 1960 (ANEXOS - Fig. 32), no essencial, mantém-se o retrato anteriormente esboçado, se bem que com uma ligeira diminuição do peso do sector primário. Castanheira de Pêra e Marinha Grande reforçam a sua posição de núcleos industriais, sendo de notar ainda o início de uma certa industrialização em concelhos como Alcobaça, Leiria, Porto de Mós e Ourém. No que diz respeito ao comércio e serviços apenas de destacar o concelho da Nazaré, que continua com a percentagem mais elevada neste sector, no contexto regional. De todo o modo, estamos a falar ainda de uma região marcadamente rural, em que muitos concelhos continuam a ostentar uma população activa no sector primário na casa dos 60%-70%.







É em 1970 que, ainda algo timidamente, a estrutura produtiva desta região começa a dar sinais de mudança (ANEXOS - Fig. 33), passando o sector secundário a ser maioritário não apenas nos dois concelhos industriais já referidos, mas também em Alcobaça, Leiria e Porto de Mós, acentuando-se, portanto, as tendências que os dados estatísticos de 1960 já vinham a indiciar nestes concelhos. Assim, o sector secundário leva já vantagem sobre os demais em cinco concelhos da região.

O sector terciário começa também a adquirir uma expressão de certo relevo nalguns municípios, atingindo ou aproximando-se nos 30% em Caldas da Rainha, Leiria e Nazaré. Neste último concelho, aliás, os três sectores apresentam nesta época uma posição de quase paridade entre si. Por outro lado, o comércio e serviços passa a ser o segundo sector mais importante em Bombarral, Figueiró dos Vinhos, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche (embora, em qualquer dos casos, a grande distância do sector primário) e Caldas da Rainha. Em Leiria, o terciário quase iguala o sector primário, que sofre nos anos 60 um decréscimo de 20 pontos percentuais. No entanto, o peso do sector primário, embora deixando de ser tão elevado em alguns concelhos, continua a ser determinante no emprego da mão-de-obra regional: em 11 concelhos a agricultura e demais actividades deste sector continuam a ocupar metade, ou mais, da respectiva população activa.

A verdadeira reviravolta na estrutura económica da porção do território nacional de que tratamos neste estudo surge nitidamente nos dados censitários de 1981 (ANEXOS - Fig. 34), em que esta área se afirma como uma região industrializada, com alguns dos seus principais concelhos a apresentarem um sector secundário que se revela maioritário, como acontece com Alcobaça, Ansião, Batalha, Castanheira de Pêra, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós e Ourém.

Os serviços, por sua vez, tornam-se o sector mais relevante em Caldas da Rainha e Nazaré, atingindo uma expressão superior a 20% em todos os concelhos e tornando-se o segundo, em percentagem, nos concelhos de Alcobaça, Batalha, Bombarral, Castanheira de Pêra, Leiria, Marinha Grande, Óbidos e Porto de Mós. Em Peniche o sector terciário iguala a indústria, mantendo-se o sector primário como



maioritário, em resultado da conjugação do peso das freguesias rurais com o da actividade da comunidade piscatória desse concelho. Ainda assim, o sector primário resiste, a poucos anos da aplicação a Portugal da PAC (Política Agrícola Comum), como o mais importante, para além do caso referido, nos concelhos de Alvaiázere, Bombarral, Figueiró dos Vinhos, Óbidos, Pedrógão Grande e Pombal.

As características do tecido económico da região, no que diz respeito à estrutura da população activa, tal como delineadas para 1981, acentuam-se no momento censitário seguinte (1991), no sentido da industrialização, da afirmação do sector terciário e de uma forte regressão das populações rurais e piscatórias (ANEXOS - Fig. 35). No último censo (2001), é o sector do comércio e dos serviços que se afirma em toda a linha, com uma certa estagnação (ou mesmo regressão, nalguns concelhos) do sector secundário, confinando-se o sector primário a menos de 10% da força laboral em 13 dos concelhos sob análise (ANEXOS - Fig. 36).

Comparemos esta figura com a anterior. Relativamente ao sector primário, a principal conclusão a retirar é a de que todos os concelhos, sem excepção, vêm reduzir a população que trabalha neste sector, o que é mais evidente nos municípios tradicionalmente agrícolas ou florestais (como por exemplo, Alvaiázere, Ansião, Bombarral, Óbidos, Pedrógão Grande, Ourém e Pombal), ou nas comunidades piscatórias (Peniche). Mesmo a Marinha Grande, onde o sector era já quase residual em 1991 (0,9%) passa, em 2001, para 0,7%. Assinale-se porém que em Bombarral, Figueiró dos Vinhos, Óbidos e Peniche ainda se registam, em 2001, valores percentuais entre os 10 e os 18%.

No que diz respeito ao sector secundário, há que salientar a existência de vários casos (sete) de regressão do emprego industrial no período em causa, em particular, no concelho de Marinha Grande e, mais claramente, no de Castanheira de Pêra. Ao invés, alguns dos concelhos referidos no parágrafo anterior, no que concerne à diminuição dos postos de trabalho no sector primário, têm no aumento da força de trabalho na indústria transformadora, construção, etc., a par da terciarização de que a seguir se dará nota, a compensação para tal decréscimo. Aliás, em 8 concelhos da região o sector secundário é o maioritário, sendo que outros tantos apresentam como tal o sector terciário, existindo um caso (Óbidos) em que os três sectores quase empatam, em termos percentuais.

Assim, Alvaiázere, Ansião, Bombarral, Peniche e Pombal parecem estar ainda a recuperar da fraca industrialização que habitualmente os caracterizava, ao contrário do que se passa com aqueles concelhos cuja indústria já tinha um peso mais relevante.

Num terceiro grupo, constituído pelo concelhos de Figueiró dos Vinhos, Nazaré, Óbidos, Ourém e Pedrógão Grande, não se registam oscilações dignas de menção entre 1991 e 2001, mantendo-se estacionária, *grosso modo*, a representatividade da força laboral do sector secundário.

Simetricamente, face ao que se tinha detectado a propósito do sector primário, no sector terciário regista-se, nesta década, um crescimento acentuado do número de empregados no sector, em todos os concelhos da região.

Em termos de acréscimo do peso relativo do sector terciário, certos concelhos, em resultado de fortes quedas nos dois outros sectores, merecem destaque, como é o caso de Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande, Alvaiázere e Óbidos, com valores de terciarização sensivelmente acima da média regional.

Refira-se que, na actualidade, os concelhos da região com maior peso do sector primário são os de Óbidos (17,8%) e Bombarral (17%), apresentando outros municípios ainda valores de dois dígitos – Peniche (13,1%) e Figueiró dos Vinhos (10,9%), todos com números bastante acima da média regional (5,7%).



No sector secundário, sobressaem os seguintes concelhos, que detêm mais de metade do emprego neste sector: Marinha Grande (56,5%), Porto de Mós (52,6%) e Alcobaça (50,2%).

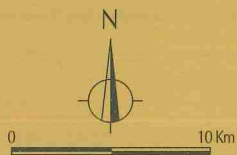
Como concelhos mais terciarizados, distinguem-se Pedrógão Grande (62,9%), Caldas da Rainha (58,8%), Leiria (55,6%), Nazaré (55,1%), Ourém (54,5%) e Peniche (53,8%). Na maioria destes casos, uma actividade turística já relevante ou mesmo intensa, bem como a presença de escolas do Instituto Politécnico de Leiria em três deles, justificarão, em parte, esta constatação.

Em suma, a região apresentou uma forte mobilidade intersectorial na década de 90, acompanhando as tendências globais registadas no país, com implicações claras ao nível sócio-económico e consolidando uma estrutura de sectores de actividade que se vinha a desenhar já anteriormente.



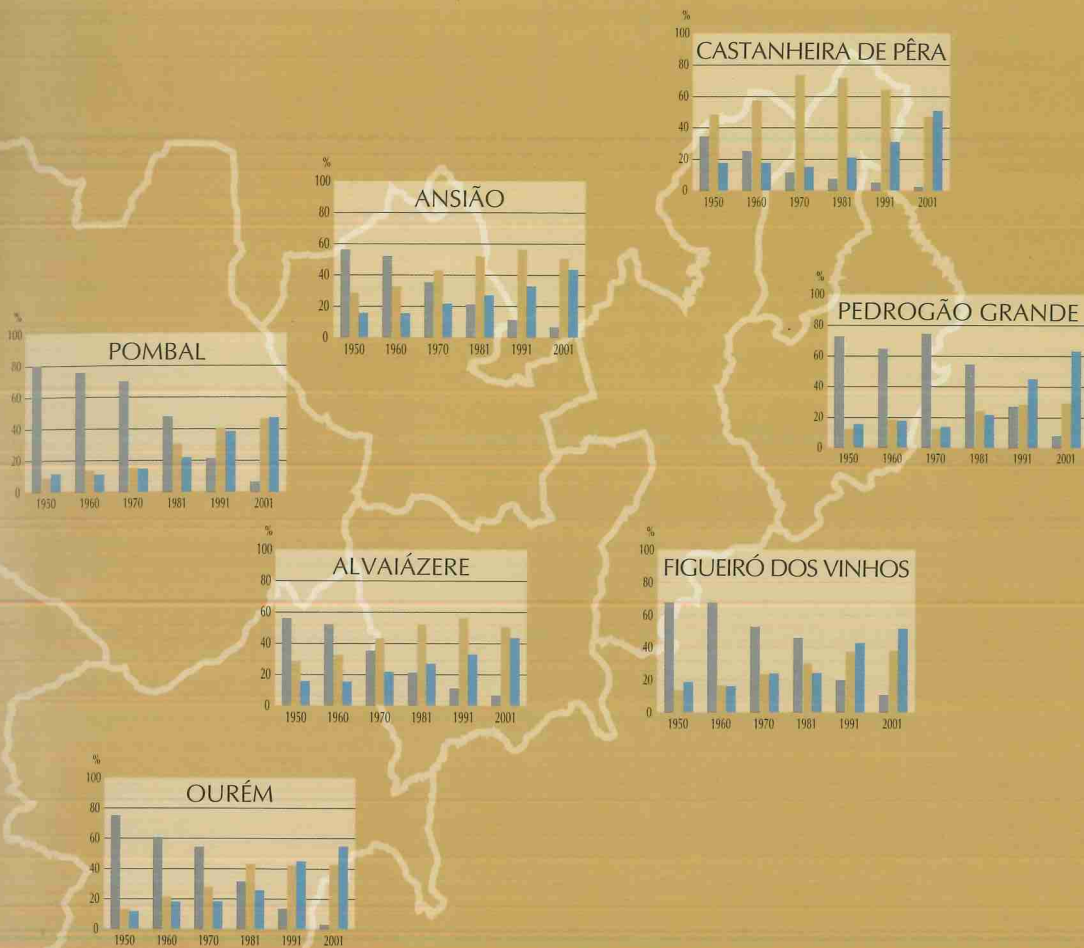
Apresentando agora os dados relativos a todo o período em causa (1950-2001), concelho a concelho, e inserindo-os no mapa da região (Fig. 37), mais facilmente se visualiza muito do que, neste ponto, temos vindo a referir, assim permitindo verificar a evolução da estrutura da população activa da região de Leiria, numa base concelhia. Detectam-se, deste modo, as singularidades do percurso específico de cada unidade municipal, bem como os aspectos comuns que algumas dessas unidades partilham, tanto em termos da evolução sofrida, como da direcção e da intensidade das mudanças ocorridas, em meio século, no que aos sectores de actividade económica diz respeito. Com efeito, as variações do peso de cada um destes, registadas neste período, evidenciam as particularidades das situações de partida (1950) e de chegada (2001), em termos do presente estudo, bem como as diversidades de tempo e de modo da evolução registada para cada concelho.

**FIG. 37 - REGIÃO DE LEIRIA:**  
 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA .  
 POR CONCELHO (1950-2001)







OCEANO ATLÂNTICO





**LEGENDA**

-  Limite de Concelho
-  Sector primário
-  Sector secundário
-  Sector terciário



# LEIRIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL

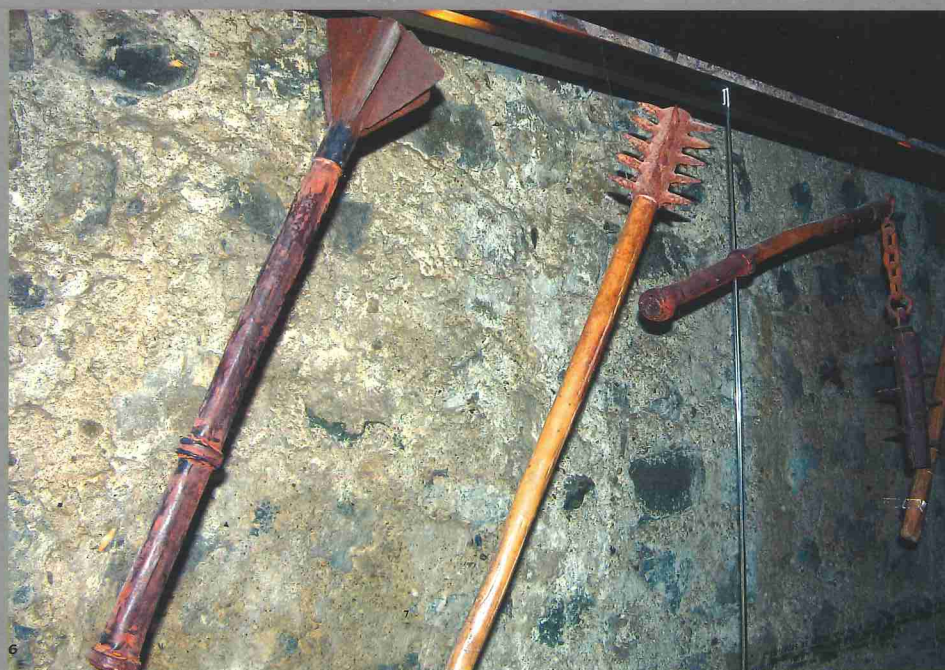
## Leiria e a Reconquista Cristã

A presença humana no território que constitui actualmente Portugal remonta aos tempos pré-históricos. Prova disso são as pinturas rupestres, as construções megalíticas e os vários achados encontrados, amiúde, em Portugal. Sucessivamente ocupado por diferentes povos, entre os quais os túrdulos, celtas, lusitanos, romanos e visigodos foi, no século VIII ocupado pelos muçulmanos que, em poucos anos, ocuparam praticamente toda a Península Ibérica. Contudo, duas pequenas zonas montanhosas, situadas no Norte da Península, resistiram estoicamente às suas investidas: a Norte, as Astúrias e, a Nordeste, os Pirinéus, cujas características naturais constituíam uma barreira que se revelou eficaz para proteger os cristãos que aí procuraram refúgio. Estes constituíram os dois núcleos de resistência cristã a partir dos quais se iniciou a Reconquista Cristã, cujo principal objectivo consistia em recuperar os territórios peninsulares cristãos perdidos para os invasores muçulmanos.

O avanço dos cristãos para Sul originou a formação dos reinos cristãos de Leão, Castela, Navarra, Aragão e o pequeno Condado da Catalunha. Serão estes que conduzirão o processo de Reconquista nos séculos seguintes. Aproveitando as fragilidades dos reinos muçulmanos, fruto de lutas internas, os cristãos avançam para Sul e, em 1064, Fernando Magno, rei de Leão, conquista definitivamente a cidade de Coimbra que se converte, durante quase um século, na fronteira Sul daquele que será o futuro Condado Portucalense.

O recrudescimento do poder muçulmano colocou um travão no avanço cristão, infligindo pesadas derrotas aos seus exércitos. Face à impossibilidade de, sozinhos, conterem as investidas inimigas, os reis cristãos peninsulares procuram ajuda exterior, solicitando aos outros reinos da *Respublica Christiana* auxílio para este empreendimento, uma vez que combatiam inimigos comuns. A *Respublica Christiana* responde aos apelos dos seus irmãos, enviando o auxílio na forma dos Cruzados, desviados do seu caminho em direcção à Terra Santa, para mais uma tentativa de libertar Jerusalém do jugo do infiel muçulmano – afinal o inimigo estava mais próximo e constituía uma ameaça real ao cristianismo na Europa.

Entre aqueles que responderam ao apelo peninsular encontrava-se Henrique de Borgonha, cruzado francês que, pelos serviços prestados a Afonso VI, rei de Leão, recebeu deste, em 1096, um território compreendido entre o rio Minho, a Norte, e o rio Côa, a Este e, a Sul, desde o rio Mondego à Serra da Estrela, sendo que a Oeste o Oceano Atlântico estabelecia a fronteira. Este território constituía o Condado Portucalense, o berço do futuro reino de Portugal.



Assim, foi à volta de uma pequena cidade do Noroeste, *Portucale*, junto à foz do Douro, na sua margem direita, que se aglutinou o corpo político a partir do qual se formará o Estado português. Esta cidade, *Portucale*, foi a primeira sede de governação do Condado, e um importante ponto de apoio na defesa das fronteiras cristãs. O seu território foi progressivamente incrementado com a conquista das cidades de Braga, Lamego, Viseu e, mais tarde, de Coimbra<sup>1</sup>.

Ainda em finais do século XI, Afonso VI de Leão deslocou a frente da Reconquista do Mondego para o Tejo mas a poderosa reacção almorávida gorou os seus esforços, sendo obrigado a abandonar os territórios recentemente conquistados.

A morte do Conde D. Henrique promoveu a ascensão da sua viúva, D. Teresa, ao governo do Condado devido à menoridade do seu filho Afonso Henriques, o seu herdeiro natural. A nova governante entrou num perigoso jogo de alianças políticas com nobres da Galiza, o que muito desagradou à nobreza portugalense ciosa da sua autonomia face ao reino vizinho. Receosos com a cada vez maior proximidade entre D. Teresa e a nobreza galega, os infanções portugalenses encontraram no jovem Infante Afonso Henriques o herdeiro natural de seu pai e garante da sua autonomia, apoiando-o, ou apoiando-se nele, na sua luta contra aquela que regia os destinos do Condado e os seus duvidosos apoiantes. Desta luta saiu vitorioso Afonso Henriques e a nobreza portugalense que, na Batalha de São Mamede, em 1128, a primeira tarde portuguesa nas palavras do historiador José Mattoso, infligiram uma pesada derrota aos apoiantes de D. Teresa.

Afonso Henriques assumiu o governo do Condado, passando a travar uma luta em duas frentes pois, ao mesmo tempo que tentava consolidar a autonomia do Condado que herdou face a Leão e Castela, procurava alargar os limites do seu território ao avançar com a Reconquista para Sul. Para alcançar o primeiro objectivo, procedeu à invasão da Galiza mas, as investidas muçulmanas a Sul obrigaram-no a desistir de tais pretensões, dirigindo os seus esforços para a contenção dessas investidas<sup>2</sup>.

Nesta altura, a faixa Mondego-Serra da Estrela constituía um limite natural e, simultaneamente civilizacional, representando uma longa pausa no avanço da Reconquista. Estes limites meridionais foram herdados por Afonso Henriques, constituindo, além de uma barreira defensiva, um importante apoio na frente de batalha, que se deslocará, sob a sua égide, vitoriosamente para Sul.

Ocupada definitivamente em 1064, Coimbra constituiu, durante muito tempo a fronteira Sul das terras cristãs. Apesar das esporádicas conquistas nas margens do Tejo, perdidas pouco tempo depois, os muçulmanos continuavam a assolar a região do Mondego, ameaçando constantemente Coimbra, afugentando a população, chegando mesmo a cercar a cidade no ano de 1117 que, embora tenha resistido heroicamente, sofreu muitos estragos nos seus arredores.

Face à insegurança causada pelas investidas muçulmanas, tornava-se imperativo assegurar a estabilidade a Norte do Mondego. A consciência desta necessidade terá como consequência imediata a adopção de uma estratégia defensiva que consistia na ocupação da região situada entre o Mondego e o Tejo. Desta forma deslocar-se-ia a fronteira Sul do Condado Portugalense, resultando num aumento do território ao mesmo tempo que se assegurava a estabilidade e a segurança de Coimbra, cidade para a qual Afonso Henriques havia mudado a sede da sua governação ao fixar aí a corte e a sua própria residência<sup>3</sup>.

De facto, até 1135, data da conquista e fundação do castelo de Leiria, assim como de esporádicas e infrutíferas incursões em territórios muçulmanos, não houve nenhuma tentativa importante de Afonso Henriques para aumentar os territórios a Sul, uma vez que se encontrava ocupado em campanhas a Norte, na Galiza, de forma a alargar aí os seus domínios e consolidar a sua autonomia, tentando, desta forma, alcançar a tão desejada independência do Condado. No interior, como referimos anteriormente, a Cordilheira Central constituía, por si só, uma barreira natural praticamente inexpugnável, necessitando de menores defesas artificiais.

Contudo, as constantes ameaças muçulmanas a Coimbra fizeram com que Afonso Henriques dirigisse as suas atenções para a fronteira Sul, uma vez que era aquela que maiores preocupações lhe causava. Era vital para a segurança do Condado a defesa dos campos do Mondego.

A Sul do Mondego, a Reconquista processou-se de forma diferente da verificada no Noroeste. Com efeito, a Sul, a presença muçulmana foi mais intensa e duradoura, pelo que a sua influência sobreviveu ao fim do seu domínio. Nestes territórios, a sul do Mondego, assolados por 150 anos de lutas, não havia a densa população rural do Norte do Vouga. Os territórios do Centro e do Sul não conheceram os longos períodos de acalmia que ao Norte do Mondego separaram as principais actividades militares, favorecendo a estabilidade da vida rural<sup>4</sup>. Além do fluxo e refluxo das armas cristãs, as populações a Sul do Mondego sofreram com as lutas armadas entre os senhores muçulmanos que, durante os dois períodos dos reinos de Taifas, estalavam ao menor pretexto. As invasões dos Almorávidas e dos Almóadas foram penosas para a maneira de viver dos cristãos quer pelo seu fanatismo e intolerância, quer pela sua falta de respeito para com a sua fé e costumes. Assoladas pela guerra, "entaladas" entre os dois exércitos beligerantes, as populações abandonaram as suas terras, originando vastas áreas de "terra de ninguém" que, sem dono ou senhor, foram palcos de intensas batalhas. Estas terras, depois de conquistadas foram doadas à Igreja, aos nobres ou, para promover o seu povoamento, foram criados concelhos, os quais, se de iniciativa régia, estavam mais protegidos dos constantes abusos senhoriais.

<sup>1</sup> Orlando Ribeiro, "A formação de Portugal", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, direcção de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1992.

<sup>2</sup> *Idem*.

<sup>3</sup> José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

<sup>4</sup> Orlando Ribeiro, *Ob. cit.*



No centro da Estremadura, Santarém, Óbidos, Torres Vedras, Alenquer, Lisboa e Sintra constituíam os principais centros administrativos muçulmanos, logo, cidades que era imperativo conquistar para debelar a ameaça que constituíam para as terras cristãs já conquistadas.

A Sul do Mondego, a defesa do Condado mantinha-se em torno de castelos isolados como os de Penacova, Soure, Arouca, Miranda do Corvo, Penela e Ladeia, constituindo a zona compreendida entre Leiria e Ceres o limite flutuante em busca de um território mais extenso<sup>5</sup>.

A primeira atitude ofensiva de Afonso Henriques para com os muçulmanos foi a conquista e fundação de um castelo em Leiria, em 1135, cuja função consistia em servir de ponte de apoio avançado da posição estratégica do castelo de Soure que o Infante doara alguns anos antes aos Templários. Este castelo constituía, até à conquista de Leiria, a mais importante defesa da cidade de Coimbra das incursões sarracenas vindas do Sul, particularmente de Santarém e que avançavam em direcção a Coimbra, através da região de Ladeia, situada entre Penela e Soure, a Este da Serra da Lousã<sup>6</sup>.

D. Afonso Henriques ordenou a ocupação desta zona, protegendo simultaneamente as comunidades da região. Inserido nesta estratégia, simultaneamente defensiva e ofensiva, mandou construir, em 1142, o castelo do Germanelo, junto ao Rabaçal e ainda, provavelmente na mesma época, os de Alvorge e Ansião. Estas operações estrategicamente articuladas asseguravam a defesa de Coimbra, permitindo aos habitantes dessas áreas cultivar as terras do seu termo, trabalhar com mais segurança, garantindo o abastecimento de géneros à cidade, ao mesmo tempo que faziam diminuir a dependência da região relativamente ao Norte e, em particular, em relação à região de Entre Douro e Minho, no que concerne ao abastecimento de produtos agrícolas e à criação de excedentes demográficos.

Contudo, e como referimos anteriormente, as operações lideradas por Afonso Henriques e pelos seus cavaleiros não eram somente defensivas. A edificação do castelo de Leiria, segundo fontes da época, nomeadamente a *Crónica de Afonso Imperador*, tinha como objectivo constituir também uma frente de ataque para Sul, em direcção às cidades muçulmanas de Santarém, Lisboa e Sintra. As operações cristãs em território inimigo sucediam-se, originando uma reacção muçulmana, em 1140, quando, aparentemente, o castelo de Leiria foi arrasado<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> José Mattoso, *Ob. cit.*

<sup>6</sup> *Idem.*

<sup>7</sup> *Idem.*



Aquando da chegada das hostes de Afonso Henriques, a região de Leiria era, segundo as fontes da época, os anais crúzios do século XII, um *locus vastæ solitudinis* (uma terra desabitada, sem gente e sem senhor), ou seja, um local ermo, desabitado e bravio, constituído por densos bosques, dotado de solos férteis, resultantes de séculos de não aproveitamento humano. Esta “terra de ninguém” era um local privilegiado para as inúmeras contendas da época entre os dois exércitos inimigos<sup>8</sup>.

A conquista e a fundação de Leiria constituíram uma intromissão numa zona neutra, sendo apresentadas pelas fontes cristãs como essenciais para a defesa dos campos de Coimbra. A ocupação de uma terra deserta e sem senhor era legítima a um senhor cristão, cujo interesse se conjugava com os interesses dos poderosos e influentes Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra. Este projecto comum tinha ainda como objectivo encontrar saída para uma população crescente. Assim, a ocupação da terra leiriense, que de fronteira passa a território, servia perfeitamente essa conjugação de interesses. Outra solução foi a conquista da “terra de pagãos”, com a tomada de cidades muçulmanas como Santarém e Lisboa, em 1147<sup>9</sup>.

O castelo de Soure, guarda-avanzado da cidade de Coimbra, tinha a missão de defesa, pelo Oeste, dos campos do Mondego. Contudo, não teria, na altura, uma missão ofensiva quer pelo facto do número de tropas aí presentes ser manifestamente insuficiente para desgastar a vitalidade muçulmana, quer pelo facto de Santarém, considerada o principal centro das razias contra Coimbra, se situar a uma distância bastante considerável para possibilitar um ataque eficaz da pouco numerosa cavalaria cristã. Era necessário encontrar um outro ponto, mais central e perto de Santarém, para permitir uma eficaz investida sobre a cidade. Leiria, pelos motivos aduzidos, servia perfeitamente esse papel estratégico.

Os campos de Coimbra, apesar da fortaleza avançada de Soure, situada no vértice do triângulo formado com as de Miranda do Corvo e de Montemor, continuavam a ser o alvo directo das arremetidas sarracenas, revelando a sua impotência militar para afastar os inimigos que, desta forma, enfraqueciam o Condado.

O castelo de Leiria servia perfeitamente a estratégia de Afonso Henriques pois constituía um escudo contra essas incursões, mas também servia como um poderoso posto avançado e sentinela vigilante sobre a base de operações a adquirir, ou melhor, a conquistar – a base do Tejo. Parece claro esse duplo objectivo da edificação do castelo de Leiria: de defesa por um lado e, de centro de ataque contra os muçulmanos, por outro. O processo de ocupação do território conquistado consistia na edificação de fortalezas, castelos e de complexos defensivos menores, que assegurassem a posse efectiva do território.

<sup>8</sup> Saúl António Gomes, “Sobre a fundação undecentista de Leiria”, in *Actas do Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1991.

<sup>9</sup> *Idem*.

Ao observarmos os perfis das defesas de Leiria, Ourém, Porto de Mós e Pombal, fortalezas que faziam parte dessa linha de defesa de Coimbra, no sentido Norte/Sul, constatamos uma hierarquização favorável a Leiria como centro mais importante num contexto militar e de povoamento. Leiria possuía uma maior proximidade do rio, fundamental para o abastecimento de água à fortaleza, desempenhando ainda um importante papel de auxiliar defensivo, dificultando as tentativas de ataque a partir do Norte para atingir as suas muralhas, o que não acontecia com os complexos acima referidos, que se situavam entre os 1500 metros e os 500 metros de distância das fortalezas<sup>10</sup>.

O castelo de Leiria contrastava com os campos ribeirinhos do Lis, onde predominavam as várzeas. Dominava ainda no confronto com as 7 colinas envolventes, menores em altitude que o morro da fortaleza, adquirindo assim um valor estratégico que os cristão não podiam e não queriam ignorar. A construção militar do século XII aliava os interesses da estratégia defensiva às disponibilidades locais quer orográficas, quer de matérias-primas para proceder à edificação e manutenção da fortaleza.

Leiria, Ourém, Pombal e Porto de Mós eram núcleos de defesa activa e não de ataque (embora Leiria, desempenhasse as duas funções). As fortalezas de Leiria, Ourém e Porto de Mós constituíam uma trilogia unitária, representando um investimento régio muito significativo, exigindo também uma rigorosa administração. Estes castelos traduziam também as bases físicas da autoridade régia ou dos seus delegados, sendo simultaneamente lugares de protecção em caso de ameaças exteriores. Os castelos de Porto de Mós e Ourém, a Sudeste e a Leste do de Leiria, terão sido, inicialmente, simples atalaias, postos avançados de vigia, construídos propositadamente para permitirem uma melhor defesa do povoamento e da exploração agrícola do território leiriense. Algumas destas fortalezas tornar-se-iam, posteriormente, em locais preferenciais de habitação senhorial, de acordo com a evolução do pequeno grupo do poder que de sociedade militar se transformava, progressivamente, em corpo governativo e administrante<sup>11</sup>.

Conquistado o território e erigido o castelo, Afonso Henriques nomeou para seu Alcaide Paio Guterres, destacado fidalgo portugalense, o que revela a importância militar atribuída à fortaleza. Deste castelo partiram inúmeras incursões em território inimigo que, progressivamente, desgastaram Santarém.



<sup>10</sup> Saúl António Gomes, *Ob. cit.*.

<sup>11</sup> *Idem.*



Em 1137, dois anos após a sua conquista, Leiria sofreu um ataque. Este aconteceu após uma pesada derrota cristã perto de Tomar, tendo causado danos significativos na região. Contudo, o castelo defendido pelo Alcaide Paio Guterres e pelos seus homens resistiu à investida. Todavia, o mesmo não aconteceu no ataque de 1140: a zona muralhada sofreu bastantes danos e o valoroso alcaide foi capturado e executado, juntamente com cerca de 250 cavaleiros que defendiam o castelo. Em 1144, o castelo é alvo de um novo ataque inimigo que deixa um rasto de destruição pelo seu caminho. O castelo foi tomado, tendo sido prontamente socorrido por Afonso Henriques, uma vez que esse ataque alcançou Soure, comprometendo a segurança de Coimbra. A conquista de Santarém convertia-se cada vez mais numa necessidade imediata, de forma a suster as investidas inimigas.

Santarém foi conquistada em 1147 seguida da conquista de Lisboa e Sintra. A partir desse momento, Leiria perde parte da sua função estratégica e embora, no decurso do século, a região compreendida entre o Mondego e o Tejo voltasse a sofrer ataques muçulmanos, Leiria tinha alcançado a estabilidade necessária para se poder desenvolver.

Aproveitando uma situação favorável, as conquistas prosseguiram rapidamente para além do Tejo: Alcácer do Sal caiu à quarta tentativa (1159), sendo no ano seguinte ocupadas duas importantes cidades do Alentejo, Évora e Beja. Os Almóadas, muçulmanos que vieram em auxílio dos seus irmãos da Península Ibérica, trouxeram com eles um renascimento do poder muçulmano na Península, pelo que a Reconquista Cristã sofreu vários reveses: todas as terras recém-conquistadas a Sul do Tejo (excepto Évora, que ficou isolada) foram perdidas. Nesta investida muçulmana, Santarém sofreu um cerco e Torres Novas foi tomada, chegando a ameaça ao castelo dos Templários, em Tomar, ao mesmo tempo que os sarracenos se estabeleciam em Almada, frente a Lisboa (1190).

No início do século XIII, com o declínio do Império Almóada, as principais terras do Alentejo caíram sucessivamente em poder dos portugueses e, em 1238, iniciou-se a conquista do Algarve Oriental, a partir da margem do Guadiana. Em 1249, a Reconquista ficou completa com a tomada da última praça muçulmana do Algarve por D. Afonso III.

A Reconquista, num impasse durante muitos séculos, desenvolveu-se rapidamente entre as primeiras acções militares de Afonso Henriques e a ocupação das últimas povoações do Algarve, já no reinado de D. Afonso III. Durante este período, houve pouca entreaajuda entre Portugal e os outros reinos cristãos da Península Ibérica; pelo contrário, as terras de além-Guadiana e do Algarve foram quase sempre motivos de discórdia entre os dois Estados, conflitos que eram resolvidos através do recurso à força das armas.

Assim, as principais fases da Reconquista Cristã duraram um século e meio até à consolidação do domínio no Douro, dois séculos do Douro ao Mondego, oitenta anos do Mondego ao Tejo e, um século do Tejo ao Alentejo e Algarve. Em 114 anos de independência e, durante os cinco primeiros reinados, incorporaram-se no território nacional quase dois terços da sua extensão total<sup>12</sup>.



<sup>12</sup> Orlando Ribeiro, *Ob. cit.*



# LEIRIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL

## O Povoamento

Leiria é fruto da Reconquista Cristã do século XII, consolidando as suas estruturas nos séculos seguintes, embora a presença humana na região remonte ao período pré-histórico, durante o qual o homem habitou a bacia hidrográfica do Rio Lis. Do período clássico restam vestígios da presença romana, patente nas notícias sobre *Collippo*. Essa presença romana parece ter-se estruturado com base na dispersão das *villæ*, assentes na exploração agrícola, que não terão sobrevivido ao impacto das Invasões Bárbaras no século V. Assim, parece claro que não existia um núcleo urbano com força suficiente para aglutinar e promover a continuidade do modelo de povoamento e exploração rural que permitisse a sua sobrevivência aos novos invasores, ideia que é reforçada pela ausência de fontes quer cristãs, quer muçulmanas que o confirmem. A presença muçulmana em Leiria quase não deixou vestígios, levando a supor que durante a sua permanência na Península Ibérica não constituiu aí nenhum núcleo de povoamento, o que é demonstrativo da sua incapacidade humana e demográfica para se fixar por todo o território peninsular. Assim, não é de estranhar que, no século XII, esta região fosse descrita como uma "terra de ninguém"<sup>13</sup>.

A existência de um povoamento estruturado em Leiria só aconteceu com a sua conquista e com a já referida edificação do castelo. Um texto historiográfico de Santa Cruz de Coimbra, redigido por volta de 1185, a *Chronica Gothorum*, refere que quer a construção do castelo, quer o povoamento de Leiria resultaram de uma decisão pessoal do rei. À nova povoação deu-se o nome de *Leirena*, nome que aparece amiúde na documentação medieval, embora a origem do topónimo levante ainda muitas dúvidas.

Com a crescente segurança na região, deu-se um rápido desenvolvimento dos espaços, primeiro intra-muralhas e depois a consequente fixação da população em zonas não muralhadas, procurando a proximidade dos rossios. Leiria recebeu a sua primeira Carta de Foral em 1142, dada por Afonso Henriques, fruto do desenvolvimento da povoação ao mesmo tempo que fomentava o crescimento do povoado. Ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Afonso Henriques concedeu a jurisdição espiritual e eclesiástica da igreja de Santa Maria da Pena (a primeira igreja a ser edificada em Leiria), assim como de todas aquelas que fossem construídas no seu termo.

Com a estabilidade alcançada após a conquista de Santarém, a população, já no reinado de D. Sancho I, abandona o espaço intra-muralhas, estendendo-se em direcção ao rio, para Poente, fixando-se, preferencialmente, junto a igrejas, sinal da forte religiosidade da época. O aglomerado urbano foi crescendo, concentrando-se junto a edifícios com funções religiosas, constituindo cinco importantes



<sup>13</sup> Saúl António Gomes, "Sobre a fundação undecentista de Leiria", in *Actas do Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1991.

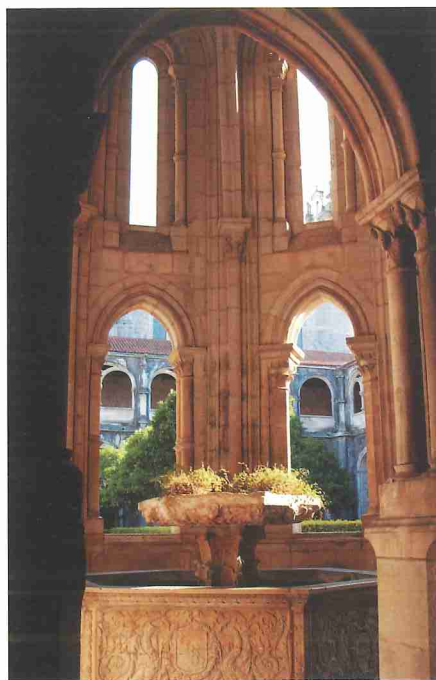
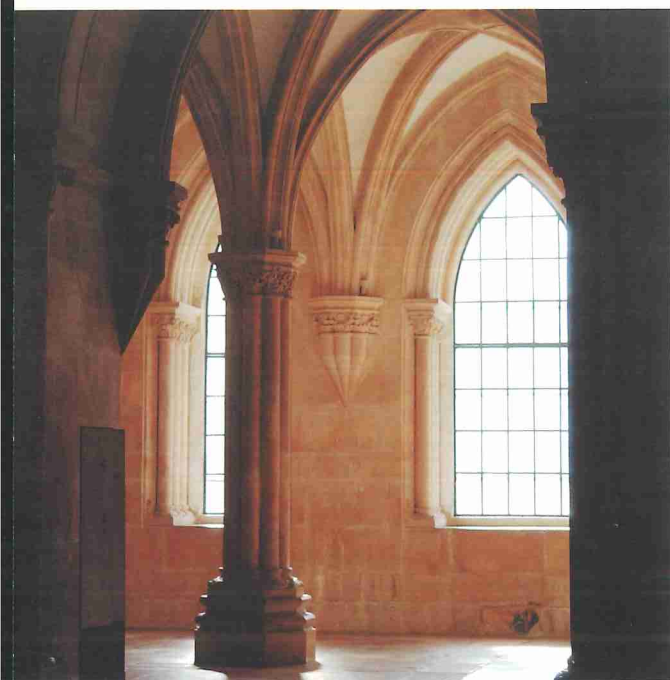
núcleos populacionais: junto às igrejas e paróquias de Santa Maria da Pena e de São Pedro, no espaço intra-muralhas, e às de São Martinho, Santo Estevão e Santiago, fora do espaço muralhado<sup>14</sup>. Em 1195, D. Sancho I concedeu novo foral a Leiria, demonstrando o rápido crescimento demográfico da vila que, até ao século XVIII, cresceu confinada à margem esquerda do rio Lis, condicionada pelo seu leito e pelas inundações por este provocadas. A malha urbana tornou-se mais densa a Sul do Castelo, junto ao denominado “cotovelo do Lis”. Nessa zona, particularmente junto à igreja de São Martinho, irão desenvolver-se as actividades comerciais. Esta evidenciava-se no plano urbano pela posição privilegiada que ocupava numa época em que as transacções comerciais eram a principal razão da existência dos aglomerados urbanos.

A vila medieval cresceu encostada ao morro que sustentava o castelo e as suas ruas abriram-se em dédalo, para Sul, sendo que a exposição solar constituiu um dos principais factores da preferência dos leirienses para a sua fixação.

Em virtude do crescimento da vila, verificado nos inícios do século XVI, D. João III eleva Leiria à categoria de cidade a 13 de Junho de 1545. Sensivelmente na mesma altura, Leiria foi elevada a sede de Bispado, o que produziu algumas alterações na malha urbana da nova cidade, nomeadamente na abertura de novas ruas em direcção à nova Sé Catedral, concluída por volta de 1574. A agora cidade organizava-se preferencialmente em torno da Praça de São Martinho que, mediante um contrato entre a Câmara e o Bispo de Leiria, havia sido construída no lugar até então ocupado pela Igreja de São Martinho. Além das funções comerciais, a referida praça assumia também as funções de sede do governo do concelho, onde se situava o Pelourinho, a Casa da Câmara e a Cadeia<sup>15</sup>.

Merece ainda particular relevo o facto de Leiria ter sido, segundo alguns autores, pioneira da introdução da *Arte de Imprimissão* em Portugal. Tal hipótese é defendida pelo facto de já existirem moinhos na vila, nos quais se fabricava o papel. Estes teriam sido introduzidos em Leiria em 1411, por um Alvará concedido a um leiriense por D. João I. Contudo, independentemente de Leiria ter sido ou não pioneira na introdução desta arte e dos moinhos de papel em Portugal, é consensual que, se não teve a primazia, foi pelo menos das primeiras cidades do reino a introduzir tão revolucionária invenção<sup>16</sup>.

Relativamente ao espaço em estudo, a região de Leiria, o seu povoamento também se tornou possível após a conquista de Santarém. À medida que a Reconquista avançava para Sul, os reis iam concedendo Cartas de Foral, instituindo novos concelhos com o objectivo de fomentar o povoamento de terras que até então tinham estado sob o domínio muçulmano. Entre as povoações agraciadas com Carta de Foral nos primeiros anos da monarquia portuguesa encontram-se, entre outras, Pombal, Castanheira de Pêra, Penela, Alvaiázere, Alcobça, Redinha, Ourém e Figueiró dos Vinhos.



<sup>14</sup> Ana Paula Margarido, Leiria, *História e morfologia urbana*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1988.

<sup>15</sup> *Idem*.

<sup>16</sup> João Cabral, *Anais do Município de Leiria*, vol. 1, 2ª ed., Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1993.



Tendo perdido a sua função militar, a região caiu sob o domínio das ordens religiosas que, progressivamente, alargaram os seus domínios. Estas terão um papel de primordial importância na promoção das actividades económicas e do povoamento da região, particularmente a Ordem de Cister, em Alcobça, com os seus vastos Coutos.

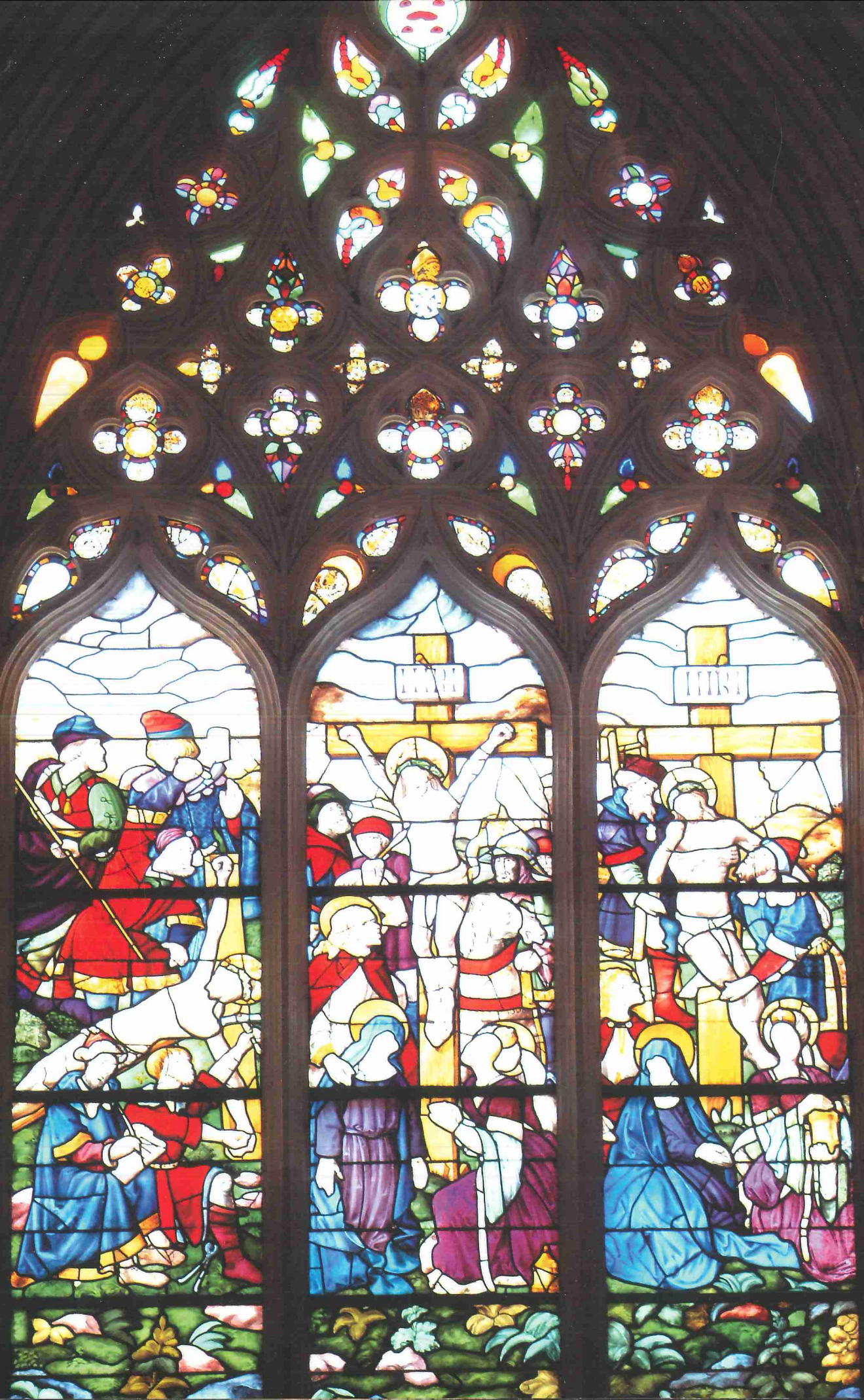
Alcobça terá nascido de um juramento de Afonso Henriques aquando da tomada de Santarém – no caso de vencer a batalha, jurou mandar erguer um grande mosteiro que englobasse as terras compreendidas entre a Serra de Albardos e o mar. D. Afonso Henriques venceu e cumpriu o seu juramento. Alcobça nasceu em 1153, por carta de doação e de couto a favor dos monges de São Bernardo, surgindo uma nova realidade política e económica em Portugal: o Mosteiro de Alcobça irá converter-se na “capital do império cisterciense” no reino de Portugal.

O novo mosteiro recebeu grandes doações até finais do século XII, além de alguns privilégios como a isenção de pagamento de portagens na compra e venda de produtos em todo o reino (1157) e, entre outras, a mercê da propriedade régia entre os castelos de Leiria e de Óbidos. D. Sancho II, no seu testamento, doou-lhe as vilas de Porto de Mós e de Cornaga, assim como de Porto de Salir. Os bens do mosteiro estendiam-se um pouco por todo o reino, fruto das constantes doações de que era alvo. O seu domínio abrangia toda a região compreendida entre São Pedro de Moel e a Lourinhã, e entre a Serra dos Candeeiros e Rio Maior.

Com uma área superior a 60 000 hectares, os Coutos de Alcobça englobavam 14 vilas (Porto de Mós, Aljubarrota, Maiorga e Vestiaria, entre outras) e quatro portos de mar (Salir, Pederneira, Cós e Alfeizerão), onde os monges exerciam a sua autoridade, cobravam impostos e detinham o monopólio da vida económica. Os Coutos de Alcobça constituíam o maior latifúndio da região de Leiria, sendo das terras mais produtivas de todo o reino. Nas famosas granjas de Alcobça cultivavam-se cereais, frutos, linho, azeite, sendo uma espécie de escola para as actividades agrícolas e para as indústrias anexas. Nelas, além de trabalharem monges, laboravam também agricultores, pastores, oleiros, ferreiros e, entre outros, pastores. Nos Coutos explorava-se também o sal (Salir), sendo os mesmos servidos pelos quatro portos acima referidos que, por sua vez, proporcionavam a prática da actividade piscatória<sup>17</sup>.

Aos colonos que se pretendiam fixar nos coutos, o mosteiro concedia forais ou cartas de povoação. Alcobça foi, talvez, a maior oficina do reino, ao valorizar a terra e ao incrementar o povoamento. Embora dedicassem grande parte do seu tempo à administração das suas propriedades, os monges não descuravam os seus deveres de religiosos, nem o seu papel de cultores das letras. O mosteiro destacava-se pela sua importante biblioteca, com algumas centenas de Códices e pelo seu *Scriptorium*, onde laboriosos monges copistas cumpriam o seu dever de guardiães da memória e da erudição do passado e, simultaneamente, de redactores dos tempos presentes.

<sup>17</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, 4ª ed., Editorial Verbo, s.l., 1990.



## LEIRIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL

### O Papel da região na construção do Estado Português Alguns acontecimentos marcantes da sua história

D. Sancho II travou vários combates quer com os prelados, quer com o seu próprio irmão, o Conde de Bolonha, futuro Afonso III, com o qual se envolveu numa guerra civil pelo trono de Portugal. Os vários concelhos da região adoptaram posições diferentes perante este conflito. O concelho de Leiria tomou partido contra D. Sancho II, ou seja, a favor do Conde de Bolonha, enquanto que o concelho de Óbidos permaneceu fiel ao seu legítimo rei, D. Sancho II, inaugurando uma "tradição" que se manteve ao longo da sua história, só entregando a vila após a morte daquele que consideravam o seu rei, apesar de Afonso III ter já assumido, na prática, o governo do reino. Contrariamente ao que seria de esperar, D. Afonso III não retaliou ou prejudicou os obidenses: pelo contrário, recompensou-os pela sua lealdade para com o seu rei legítimo, atribuindo-lhe o título de "Sempre Leal" que se juntou ao "Nobre" que já possuía, passando a ostentar o título de "Nobre e Sempre Leal" vila de Óbidos.

Em 1254, D. Afonso III, o Bolonhês, convocou as Cortes que reuniram em Leiria – as Cortes de Leiria de 1254, como ficaram conhecidas para a posteridade –, nas quais tomaram parte, pela primeira vez, os procuradores dos concelhos uma vez que, até essa data, apenas tinham assento nas Cortes os membros da nobreza e do clero, enquanto consultores do rei em matéria de governação.

As Cortes de Leiria foram convocadas dentro de um novo espírito, com o reino já formado e com um rei que promovia o municipalismo, procurando ter a seu lado os homens do comércio. D. Afonso III propôs-se a tratar o "estado do reino", juntando pela primeira vez as três ordens sociais, de forma a decidir o que fosse conveniente para o reino. Nelas foram tomadas várias medidas como a concessão do Foral de Beja e a confirmação do segundo Foral da Guarda, a resolução dos agravos da Sé do Porto, de Santarém e do Mosteiro de Alcobaça, alguns diplomas para o concelho de Lisboa, de Guimarães e para o Mosteiro do Bouro, assim como da fixação do novo tributo de moeda para evitar as consequências que uma possível quebra poderia ter<sup>18</sup>.



<sup>18</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, 4ª ed., Editorial Verbo, s.l., 1990.



A importância das Cortes de Leiria resulta da participação activa dos concelhos que começaram a ganhar consciência da autonomia municipal face aos privilégios do clero e da nobreza. A coroa aproveitou a força política do povo para aumentar a sua autoridade, numa aliança tácita que iria funcionar até ao século XV. As Cortes de Leiria de 1254 representaram a primeira tentativa de um equilíbrio de poderes que realçou a voz dos concelhos. A partir daí os corpos regionais passaram a ter assento nas Cortes e, desta forma, na governação do reino.

Cerca de um século mais tarde, em 1372, D. Fernando reuniu as Cortes em Leiria para discutir a quebra da moeda, exigida pelo facto do rei andar envolvido em guerras com Castela e necessitar de moeda para as despesas. Em Novembro de 1376, o mesmo monarca convocou novamente as Cortes para a mesma vila com o objectivo de tratar da sucessão da coroa a favor da sua filha D. Beatriz.

No reinado de D. Duarte, em 1438, reuniram-se também as Cortes em Leiria mas estas terminaram em Santarém. O objectivo era estudar a possibilidade de se negociar a libertação de D. Fernando, o Infante Santo, irmão do rei, preso em Fez. Em 1580, no início do reinado de Filipe I foram convocadas Cortes para Leiria mas, não considerando a cidade suficientemente segura, o rei espanhol transferiu a reunião para Santarém<sup>19</sup>.

Destaca-se ainda o facto de D. Dinis e da sua esposa serem presença frequente na região, com algumas temporadas passadas quer no castelo de Leiria, quer no castelo de Óbidos, deixando a sua marca nestas localidades, particularmente em Leiria, onde procederam a obras no castelo (nomeadamente na Torre de Menagem, mandada construir por D. Dinis), no assoreamento de pântanos, na reorganização do Pinhal de Leiria, sendo a sua presença assinalada nas numerosas lendas que povoam o imaginário de algumas localidades da região.

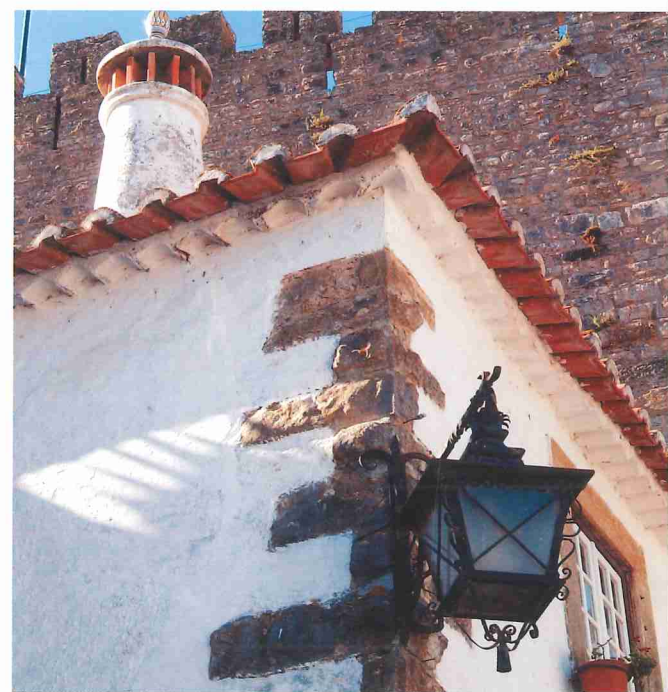


<sup>19</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *Ob. cit.*



A fidelidade de Leiria seria novamente colocada em causa aquando da guerra que eclodiu entre pai e filho, isto é, entre D. Dinis e o seu filho, o príncipe herdeiro D. Afonso, futuro Afonso IV. Entre as causas deste confronto destacam-se as relações privilegiadas que o rei tinha com um filho bastardo, também de nome Afonso, a quem o príncipe herdeiro via como uma ameaça à sua ascensão ao trono. Assim, em 1321, o príncipe herdeiro partiu de Coimbra em direcção a Leiria, onde as suas tropas e os seus partidários locais provocaram vários desacatos. D. Dinis tomou o castelo e castigou exemplarmente os fidalgos leirienses que apoiaram o seu filho nessa intentona, condenando-os à morte e apropriando-se dos seus bens. Entretanto, a rainha D. Isabel desempenhava um papel fundamental no apaziguamento dos dois beligerantes, restabelecendo a paz entre ambos, o que aconteceu pouco antes da morte do rei.

Esta não foi, contudo, a última vez que a fidelidade e lealdade de Leiria seriam colocadas à prova. Durante a crise de 1383-85, Portugal dividiu-se no reconhecimento do novo rei, face aos pretendentes que se apresentavam, destacando-se, entre eles, D. João, rei de Castela, casado com D. Beatriz, filha do falecido monarca e D. João, Mestre de Avis, filho bastardo do rei D. Pedro I. O reino dividiu-se e a sociedade fragmentou-se. Leiria tomou o partido do monarca castelhano aquando da sua entrada em Portugal, acompanhado pelo seu poderoso exército para defender os seus direitos: numa primeira tentativa cercou Lisboa mas, uma epidemia obrigou-o a regressar a Castela. Em 1385, numa nova investida, D. João de Castela entrou por Ribacoa, conquistou Almeida,



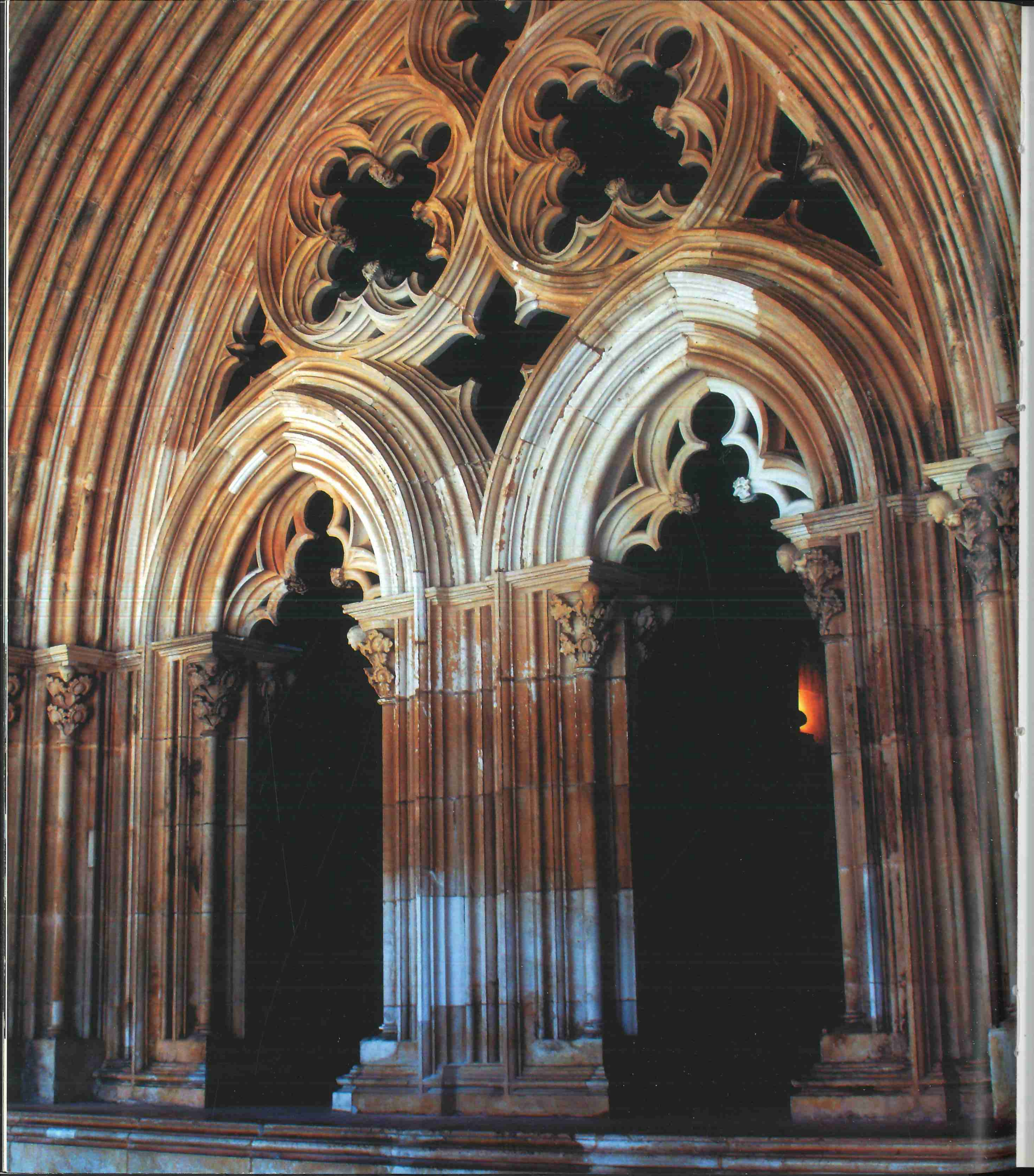
marchando sobre Lisboa em direcção à Foz do Tejo. Ao longo do caminho, o exército castelhano cometeu inúmeras crueldades sobre as populações. Na vila de Soure deparou-se com o exército comandado pelo Condestável Nuno Álvares Pereira, que fora ao seu encontro para evitar a destruição do reino através de negociações entre as duas partes. Essas negociações implicavam o reconhecimento do rei castelhano como rei de Portugal, pelo que as conversações saíram goradas.

A 10 de Agosto, os castelhanos chegaram a Pombal, entrando em Leiria no dia seguinte. Para defender a linha do Tejo, logo Lisboa, o exército português fixara-se na região de Abrantes





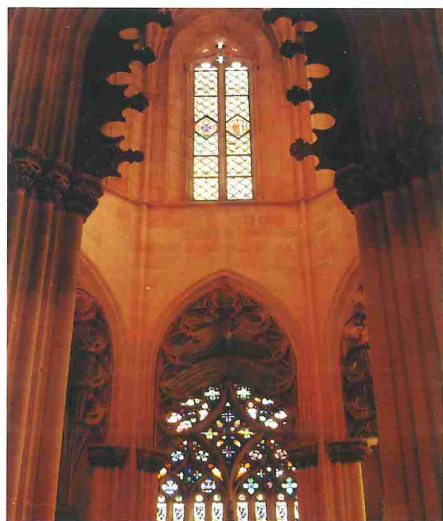
e Tomar. Era imperativo barrar o caminho aos castelhanos para estes não conquistarem Lisboa e, a partir daí, dominarem Portugal. Era flagrante a desigualdade numérica entre os dois exércitos, com a superioridade a pender para os castelhanos, embora as fontes e os autores se mostrem divergentes quanto ao número de efectivos de cada lado. De Tomar, os portugueses dirigiram-se para Ourém, estando em Porto de Mós no dia seguinte. No dia 14, para impedir a passagem do exército inimigo, as tropas portuguesas colocaram-se numa colina entre duas ribeiras aferentes ao rio Lena, numa estratégia defensiva inovadora, delineada pelo Condestável – o sistema do quadrado –, para tirar vantagem do papel defensivo da infantaria. A estratégia inovadora alcançou os seus objectivos com a esmagadora



vitória portuguesa<sup>20</sup>. Nesse dia assegurou-se a independência nacional e, por tal feito, não surpreende ninguém que Aljubarrota tenha permanecido, ao longo dos séculos, como um marco decisivo da História Portuguesa, povoando ainda o imaginário colectivo ao mesmo tempo que preenche o ego de um povo nem sempre habituado a vencer.

A vitória na Batalha de Aljubarrota será sempre recordada através do Mosteiro construído em sua memória. Este é o resultado de um voto feito por D. João I aquando da batalha. O rei cumpriu o seu voto, dando origem ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, um dos mais belos exemplares do gótico em Portugal, mais tarde acrescentado com elementos manuelinos. A sua edificação iniciou-se em 1388, sendo a obra o resultado do trabalho de mestres portugueses e ingleses que trabalharam na sua construção. O trabalho dos últimos está patente na fachada principal da igreja que denota claras influências inglesas.

Além da beleza arquitectónica do edifício, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória vale também pelo seu simbolismo histórico, não apenas porque celebra a batalha decisiva para a independência do reino mas, também, porque se transformou no primeiro panteão da dinastia de Avis assim como, mais tarde, o Mosteiro de Santa Maria de Belém desempenhará essa função no reinado de D. Manuel I. O volume dessa massa arquitectónica faz desse conjunto a expressão histórica de um povo que tinha acabado de alicerçar uma página da sua história e de um rei que pretendia mostrar a grandeza e a legitimidade do seu reinado e da dinastia por ele fundada.



<sup>20</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *Ob. cit.*.



A  
CUILHERME  
STEPHENS  
O  
PESSOAL  
DA  
NACIONAL  
FABRICA  
DE VIDROS  
1941

# LEIRIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL

## O Processo de Industrialização no século XVIII

Se a primeira metade do século XVIII se regeu sob a égide do ouro, a segunda metade do mesmo está indubitavelmente ligada à figura do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, e à sua política de fomento do comércio e da indústria.

O Marquês de Pombal não foi, e não é, um homem de consensos. Amado ou odiado, a sua importância na História Portuguesa é inquestionável. Homem viajado e conhecedor da realidade europeia tentou recuperar o reino de uma grave crise económica que este atravessava. O Terramoto de Lisboa de 1755 e as medidas por ele tomadas para reconstruir a cidade e enfrentar a difícil situação demonstram o seu pragmatismo. Entretanto, toma medidas muito duras no sentido de controlar a sociedade, particularmente a nobreza e os jesuítas, a quem envolve na, por alguns considerada hipotética, tentativa de regicídio: aterroriza os primeiros, ao implicar e mandar executar algumas das mais importantes famílias portuguesas que considerava estarem envolvidas e, em 1759, expulsa os segundos, que considerava responsáveis pelo atraso português. A sociedade estava, desta forma, controlada.

Contudo, com a diminuição das remessas do ouro do Brasil e com a crise verificada na produção e exportação de produtos coloniais, Portugal, cuja economia assentava essencialmente em produtos nacionais como o vinho, sal, frutas e azeite, e em produtos coloniais como tabaco, açúcar, madeiras, cacau e escravos, entrou numa profunda crise. A balança comercial era desfavorável, importando-se trigo e outros cereais, manufacturas e géneros alimentícios, entre outros, que eram trocados pelos produtos nacionais. O que faltava era pago em ouro. Claro que, quando este começou a diminuir perdeu-se o precário equilíbrio da balança comercial, ao mesmo tempo que, devido a vários condicionalismos, as exportações também diminuíram, enfrentando a concorrência de produtos de outros países. Perante isto, restava ao Marquês duas alternativas: a dependência ou o aumento da produção interna para suprir as necessidades do reino. A política pombalina, a partir de 1762, está intimamente relacionada com estes problemas económicos<sup>21</sup>.

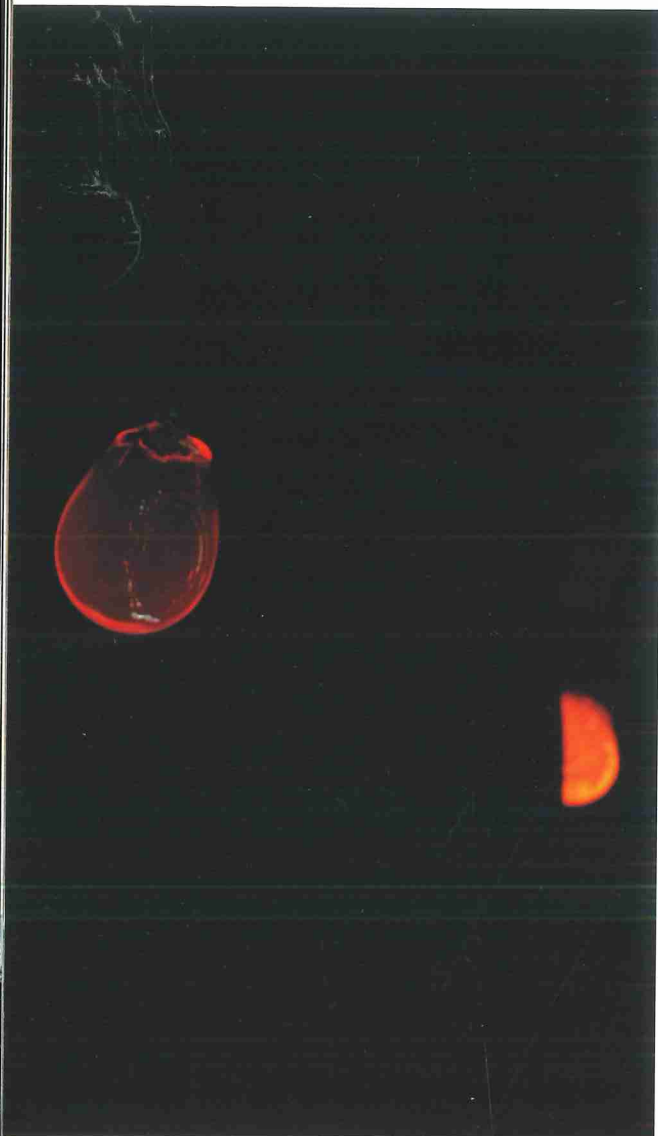
O reinado de D. José decorreu sob o signo do mercantilismo, uma política que tinha como objectivo activar as manufacturas sob o controle ou protecção do Estado. Visava criar condições para o fomento industrial e comercial com vista a diminuir o recurso ao mercado externo, principal causa da sangria do Tesouro.

Para valorizar o país era necessário efectuar um progresso técnico. Este assentava quer na posse de matérias-primas, quer no recurso a mão-de-obra especializada portuguesa. Desta forma, acabaria a dependência da economia portuguesa para com a Inglaterra e a França, através do fortalecimento da moeda portuguesa e a abertura do mercado de trabalho à população inactiva.

O incremento da indústria implicava a existência de um sistema comercial eficiente, capaz de escoar os bens e evitar a ruptura quer pelo excesso de produção, quer pelo mau escoamento dos produtos. O pensamento económico pombalino dedicou mais atenção e apoio ao comércio e à indústria do que à agricultura, onde a sua intervenção ficou aquém das expectativas. Foi neste aspecto que residiu a maior fragilidade do sistema económico pombalino quando na Europa se impunham e desenvolviam as correntes fisiocratas.



<sup>21</sup> Jorge Borges de Macedo, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, 2ª ed., Ed. Moraes, Lisboa, 1982.



Estas consagravam a agricultura como a principal fonte de riqueza e sustento das populações. Em Portugal, embora existissem alguns defensores do fisiocratismo, este não encontrou eco junto do poderoso Ministro do Reino, que se decidiu, indubitavelmente, pelo mercantilismo, embora não tenha descurado totalmente os problemas agrícolas, os quais remeteu para um lugar secundário.

A sua concepção de Estado foi arquitectada num quadro euro-ultramarino, na integração económica dos domínios de além-mar e da Metrópole. A nossa agricultura, com excepção do azeite e do vinho, desempenhava um papel de pouco relevo nesse circuito, onde o ouro, os diamantes e as matérias-primas se destinavam à elaboração e maior distribuição de bens de consumo.

O governo pombalino reconheceu as vantagens de investir em novas fábricas, tendo como objectivo o desenvolvimento da indústria têxtil no reino, uma área na qual Portugal tinha graves carências, recorrendo sistematicamente à sua importação, particularmente de Inglaterra. O Marquês de Pombal aproveitou as indústrias existentes, dispersas e artesanais, promovendo a abertura e o reforço das fábricas, concedendo privilégios, subsídios e isenções quer na importação de matérias-primas, quer na exportação de tecidos<sup>22</sup>.

Além da fábrica da Covilhã, outras manufacturas foram criadas pois era uma indústria rendosa e, embora tivesse os seus principais centros de produção nas Beiras, a sua irradiação foi a nível nacional. A Região Centro também foi contemplada com esta política de fomento industrial pombalina. A indústria têxtil encontrava-se representada em Tomar e Alcobaça, embora nunca alcançasse a projecção das manufacturas radicadas no interior. A fábrica de Tomar, além de tecidos de seda, produzia também de linho e a de Alcobaça produzia tecidos de algodão e de linho.

Contudo, merece especial destaque, pela sua importância histórica e projecção nacional, a implantação da indústria vidreira quando, por volta de 1748, foi transferida a Fábrica de Vidros de Coima para a Marinha Grande. Para a instalação e desenvolvimento de uma indústria vidreira, impunha-se que o local cumprisse várias condições, as quais a Marinha Grande cumpria integralmente: tinha abundância de madeira, fornecida pela proximidade do Pinhal d'El-Rei, dispunha de matéria-prima próxima e situava-se perto de vias de comunicação que facilitavam o transporte do vidro e das matérias-primas necessárias.

O local escolhido foi uma pequena freguesia do termo de Leiria, a futura Marinha Grande que, segundo as *Memórias Paroquiais de 1758*, tinha menos de 1000 habitantes. A fixação da indústria, o seu desenvolvimento e a fixação de operários nacionais e estrangeiros, e das suas famílias levou, a que 40 anos depois, em 1798, esta contasse já com 402 fogos, quase duplicando a sua população<sup>23</sup>.

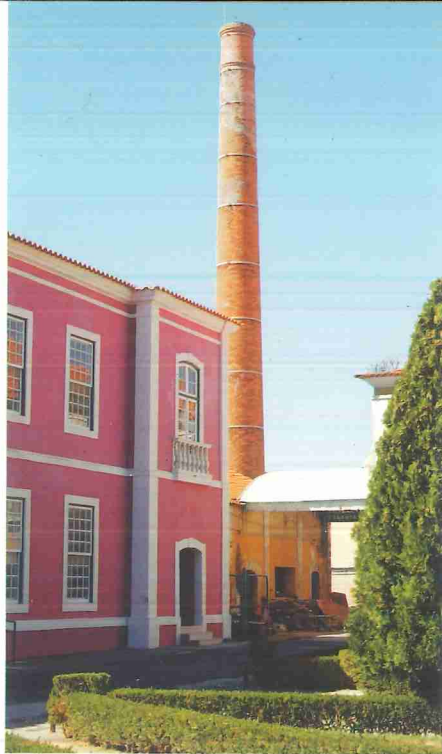
Em 1769, por alvará de 7 de Julho, o Marquês de Pombal entrega a administração da fábrica a Guilherme Stephens, um comerciante inglês estabelecido em Lisboa desde 1750. Este, em 1756, havia solicitado autorização para montar uma fábrica de cal. É incontestável que este comerciante tinha sentido de oportunidade uma vez que, com o Terramoto de 1755 e a conseqüente reconstrução de Lisboa, a cidade necessitaria de grandes quantidades de cal. Contudo, e apesar da cal ser indispensável para as obras a efectuar, a sua gestão não foi feliz, deixando Stephens arruinado, logo em 1761.

Apesar deste desaire, Stephens encontrou em Sebastião José de Carvalho e Melo um aliado e amigo que, em 1769 respondeu favoravelmente ao seu pedido, confiando-lhe a Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. Esta indústria era essencial para o reino pois havia grande carência de vidros e de vidraças para janelas, de forma a satisfazerem as exigências dos prédios que se iam construindo em Lisboa.

A Real Fábrica foi a indústria lançada pelo Marquês de Pombal que mais êxito alcançou. Durante a gerência dos Stephens, primeiro de Guilherme Stephens e, após a sua morte, do seu irmão Diogo Stephens, a fábrica prosperou, dotando Portugal de vidro cristalino, sendo também a grande escola dos operários vidreiros portugueses,

<sup>22</sup> Jorge Borges de Macedo, *Ob. cit.*

<sup>23</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI, 2ª ed., Editorial Verbo, s.l., 1990.



inaugurando uma tradição que se manteve até aos nossos dias. Quando pensamos em vidro ou cristal, lembramo-nos imediatamente da Marinha Grande e da sua indústria vidreira. Em 1773, a fábrica empregava mais de 300 pessoas. Stephens procurou garantir que os seus operários tivessem condições para trabalhar, dotando a fábrica e os seus arredores com açougues, tabernas e estalagens, entre outras comodidades.

Até ao final do século XVIII, sob a direcção dos Stephens, a fábrica conheceu um período áureo. A produção de vidro e de vidraças cresceu, exportando para todo o reino. Contudo, esse sucesso era garantido pela protecção que lhe era dada pelo governo, uma situação que se manteve durante o reinado seguinte, de D. Maria I, sinal de reconhecimento do seu valor e importância para a economia nacional.

Outra indústria, com particular destaque na região em estudo, resultou também da política pombalina, a indústria de chapéus, que teve como centro a vila de Pombal. A moda mandava usar chapéus, pelo que muito dinheiro se consumia na sua importação. A política mercantilista mandava que se evitassem as importações através do fomento de indústrias que produzissem esses produtos. Assim, a Real Fábrica de Chapéus, situada na vila de Pombal, procurava suprir esse gasto desnecessário. Esta fábrica estava anexa à Fábrica de Sedas existente na mesma vila, gozando de todos os seus inúmeros privilégios, nomeadamente da isenção do pagamento de direitos de entrada e de



saída das suas manufacturas. Tal originou grandes reclamações por parte das outras fábricas de chapéus, pelo que a regalia foi aplicada a todos os chapéus manufacturados no reino<sup>24</sup>.

Para evitar o espectro de ruína que pairava sobre estas indústrias, já que aumentavam as importações de chapéus devido à sua maior qualidade, enquanto que os chapéus portugueses não se escoavam, o Marquês de Pombal lançou as pragmáticas, uma medida extrema que consistia na proibição da importação de chapéus, enquanto a produção portuguesa satisfizesse as necessidades do mercado. Merece ainda referência a existência, em 1770, de algumas saboarias em Alcobaça e Pombal, integradas na Coroa Real. A presença da política económica pombalina em Leiria é ainda atestada pela instalação de uma fábrica de grude, entregue ao empresário António Henriques de Gouveia.

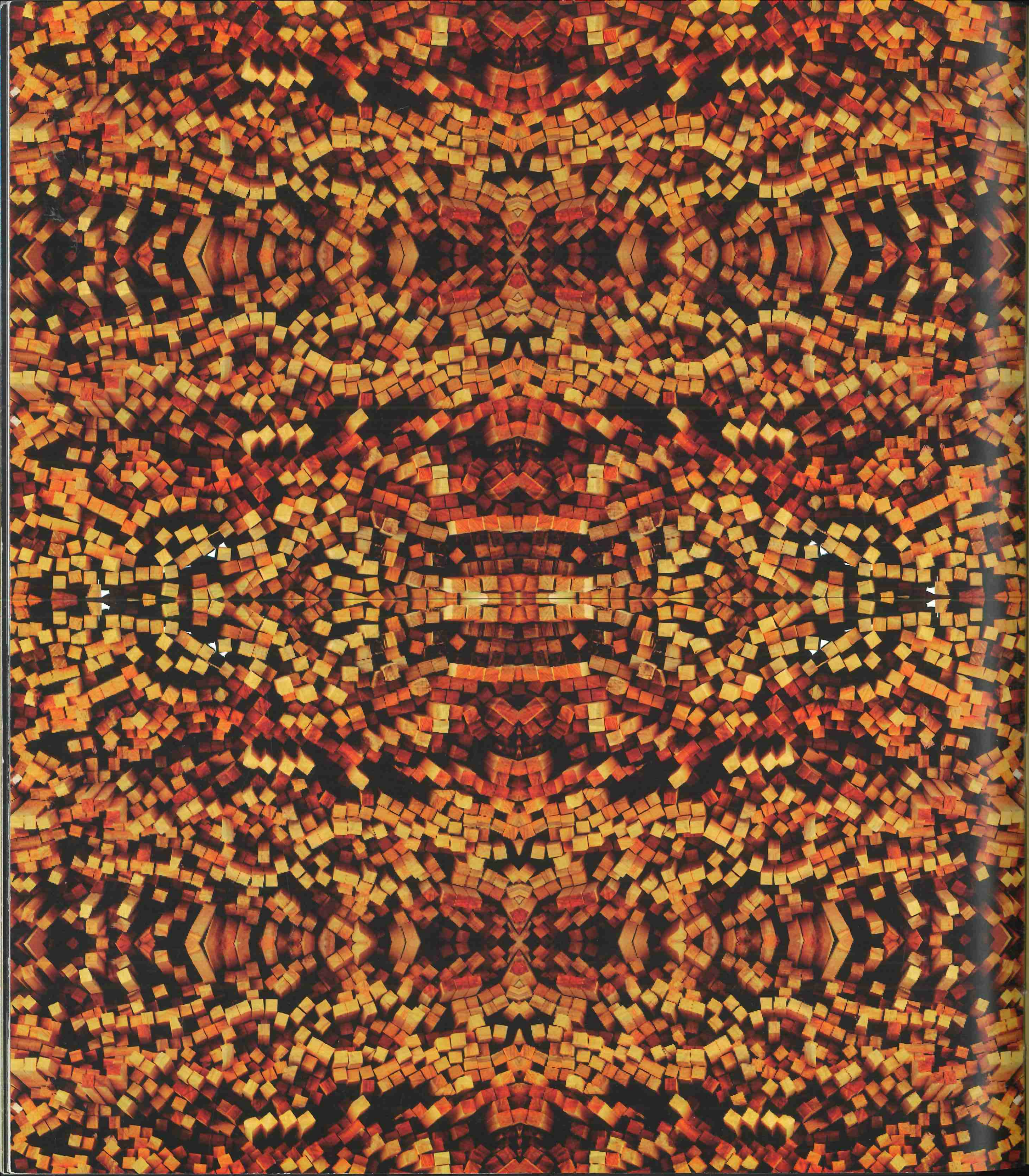
Em 1777, aquando da subida ao poder de D. Maria I, o Marquês de Pombal é afastado do seu cargo e remetido ao exílio, passando o resto dos seus dias em Pombal, na Quinta da Gramela. Contudo, sem ele Portugal não seria certamente o mesmo. A sua marca ficará para sempre registada na nossa memória colectiva, independentemente do que dele foi escrito quer pelos seus detractores, quer pelos seus admiradores. Na região de Leiria, as cidades de Pombal e da Marinha Grande ficarão eternamente associadas à sua memória.

Em 1788, no reinado de D. Maria I, e segundo o mapa das fábricas do reino elaborado por Pina Manique, existiam várias na área em estudo. Em laboração continuava a Real Fábrica de Chapéus, na vila de Pombal, assim como as fábricas de algodão e linha em Tomar e Alcobaça, de tecidos de algodão, em Leiria e Alcobaça, tendo esta última também uma fábrica de tecidos de linho.

Durante a primeira fase do reinado de D. Maria I temos ainda registo do funcionamento de mais algumas manufacturas na região: uma fábrica de adiantar vidros e a Real Fábrica de Vidros na Marinha Grande, esta última ainda sob a direcção dos Stephens, e uma fábrica de seda, a funcionar na vila de Pombal.

Destacou-se também na região a actividade mineira. Havia abundância de mármore de várias qualidades: "excelentes" em Leiria, preto, com arsénico puro que tomava bom polimento em Porto de Mós, e de qualidades inferiores, em Monte Redondo, no concelho de Leiria e também, em Ansião. Continuava a extracção de ferro nas minas de Porto de Mós, Tomar e Figueiró dos Vinhos.

<sup>24</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *Ob. cit.*



# A IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA (SÉCULOS XIX-XX)

## A estruturação da economia

### Os recursos naturais

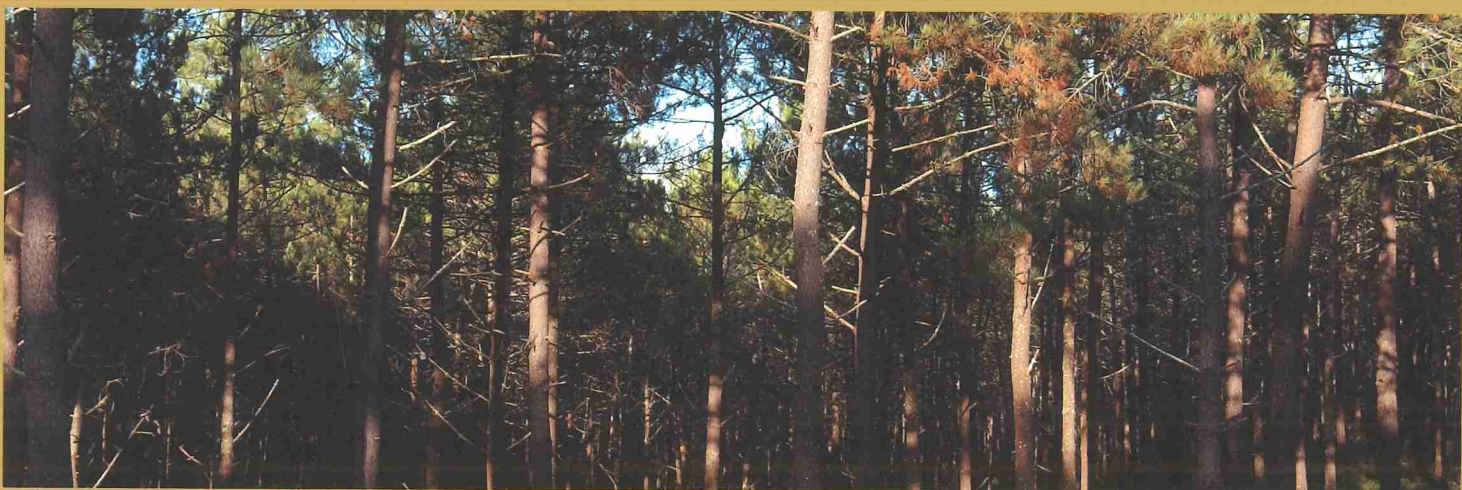
No actual espaço económico nacional, a região de Leiria é reconhecida como um centro pleno de potencialidades, onde os níveis de produção e de comercialização são assinaláveis. A evolução da economia portuguesa, decorrente do período pós segundo conflito mundial, surtiu aqui os seus efeitos mais positivos com a entrada da década de 1960. Desenvolveu-se o comércio, reforçaram-se alguns sectores industriais, adaptaram-se outros às novas necessidades do mercado.

Pode dizer-se que é uma área onde a água e as madeiras marcaram presença constante, ao longo dos séculos, num cenário de clima pouco rigoroso. Enquanto que os cursos de água não se apresentavam com grande caudal, com excepção, em alguns períodos, do rio Liz, as madeiras ocupavam uma faixa muito significativa, com o domínio do pinheiro.

Repetindo as palavras de D. António da Costa de Sousa Macedo, que foi Secretário-geral do Distrito de Leiria, escritas em 1855, aqui “está colocada a capital dos pinhais, o monumento da agricultura”<sup>1</sup>. Para além da extracção de madeiras para diferentes fins, dos seus produtos resinosos extraia-se pez e alcatrão. A construção naval e civil tinham aqui uma excelente base de abastecimento.

Havia todo um conjunto de profissões desempenhadas à volta do pinhal, tais como a de serradores, a de carreiros, a de jornaleiros, a de carrasqueiros, a de pegueiros, a de resineiros e a de carvoeiros. Proporcionou uma fonte de combustível que desencadeou a implantação de numerosas indústrias. O pinhal funcionou, assim, como um agente impulsionador da industrialização leiriense. Já no final dos anos de 1940, um roteiro turístico do Distrito de Leiria demonstrava que as suas potencialidades atravessavam períodos completamente distintos. Era, então, referida a importância das lenhas do pinhal como substituto do carvão de pedra, principalmente em período de guerra<sup>2</sup>.

Pequenos rios e ribeiros alimentavam, desde tempos antigos, as mós que transformavam a produção cerealífera em base da alimentação local. Leiria, para além dos moinhos de propriedade laica que bordejavam as margens do Liz, acolhera desde cedo os que eram pertença do Mosteiro de Alcobaça<sup>3</sup>. Nestes mesmos cursos de água havia ainda espaço para a edificação de pequenas construções, onde funcionavam indústrias que dela dependiam. Era o caso do fabrico do papel.



<sup>1</sup> D. António Sousa Macedo, *Estatística do Distrito de Leiria*, 1855, p.33. Este autor elaborou “o primeiro trabalho estatístico que se fez em Portugal fundado em bases científicas”, segundo a opinião expressa no *Portugal Pittoresco*.

<sup>2</sup> Cfr. Pedro Muralha, *Roteiro Turístico do Distrito de Leiria*, s.d.

<sup>3</sup> Cfr. Pedro F. Gomes Barbosa, “O Mosteiro de Alcobaça e os Moinhos de Leiria, no século XII”, *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Câmara Municipal de Leiria, 1991, p. 402-409. Este mesmo autor alargou esta informação numa obra de maior vulto (*Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central*, col. “História Medieval”, nº 6, I.N.I.C., Lisboa, 1992).

Como lembra A. Teodoro de Matos, o rio Liz apresentava condições de navegabilidade que foi perdendo, gradualmente, ao longo de Oitocentos. Por ele “saíam as madeiras do Pinhal de Leiria até ao porto da Vieira, de onde seguiam depois os seus destinos”<sup>4</sup>. Não tem sido tão unanimemente aceite a riqueza do subsolo leiriense, como foi reconhecido o valor da sua mancha florestal. No início do século XX, ao concluir um estudo sobre a constituição geológica da zona, Tito Larcher registou e analisou algumas das minas e pedreiras existentes. Opinou, então: “É fraca a região em minerais e pedreiras”<sup>5</sup>. De facto a história fizera remontar à ocupação romana, nomeadamente de Collipo, a exploração de ferro e de carvão. História e tradição reproduziram um discurso valorativo que, frequentemente, pintou a realidade com cores muito vivas. Em 1884, a descrição feita sobre a cidade de Leiria incluía uma informação que nos interessa reter. Dizia assim: “No seu termo existem grandes minas de ferro, minas de carvão fóssil, pedreiras e óptimos mármore, pedra calcária e excelente argila para a industria cerâmica”<sup>6</sup>. Esta opinião baseava-se em notícias, mais ou menos, sensacionalistas de descobertas que por aqui iam sendo feitas. Anos antes, em 1855, a revista *O Panorama* incluía um artigo sobre minas de ferro e carvão de pedra, em Portugal<sup>7</sup>. Aí se escrevera: “Entre Porto de Mós e Leiria acabam de descobrir-se algumas minas de ferro e de carvão de pedra que, segundo as informações dos peritos, são importantíssimas [...]”

A construção do caminho-de-ferro tornar-se-á assim muito mais económica, havendo no reino o ferro para os carris e o carvão para o consumo das máquinas locomotoras. Assevera-se que o carvão e o ferro destas minas são da melhor qualidade.”

Mas a ideia de existirem importantes jazidas na região estava desacreditada, em finais do século XIX e inícios do XX. Em 1901 podia ler-se na imprensa local: “[...] a suposta mina de carvão do Pinhal de Leiria não dá resultado algum, como o não têm dado outras”. Para além disso, era posto em causa um elevado número de mão-de-obra rural, agora votada ao desemprego pela desactivação de grande quantidade de minas. Em termos práticos, podemos concluir que areias siliciosas, caulino, barros, argila e ocre eram as dádivas reais com que o subsolo da área económica de Leiria contribuiu para algumas das indústrias aqui implantadas, como a do vidro, a da cerâmica, a do cimento e a dos adubos.

As numerosas pedreiras existentes em todo o distrito permitiam a extracção de uma outra riqueza natural. Em 1855, D. António de Sousa Macedo contabilizou um total distrital de 85 pedreiras, das quais 66 (77,6%) se localizavam no espaço da região de Leiria.

Os calcários-argilosos, utilizados no fabrico de cal hidráulica desde tempos remotos, eram particularmente abundantes em S. Pedro de Moel e em Pataias, como lembra Gil Braz de Oliveira, ao historiar a indústria portuguesa de cimento (1995: 363, vol.I). A longa tradição do fabrico de cal e, posteriormente, de cimento branco coloca-nos perante a importância deste recurso natural existente na região de Leiria. Desenvolviam, sem dúvida, uma actividade significativa que não deixou de apoiar a construção civil e os “melhoramentos materiais”. No final do século XIX, o último inquérito industrial (1891) mostrou que Lisboa passara a absorver uma boa parte das extracções de calcários, socorrendo-se de pedreiras distantes [...]”<sup>8</sup>.

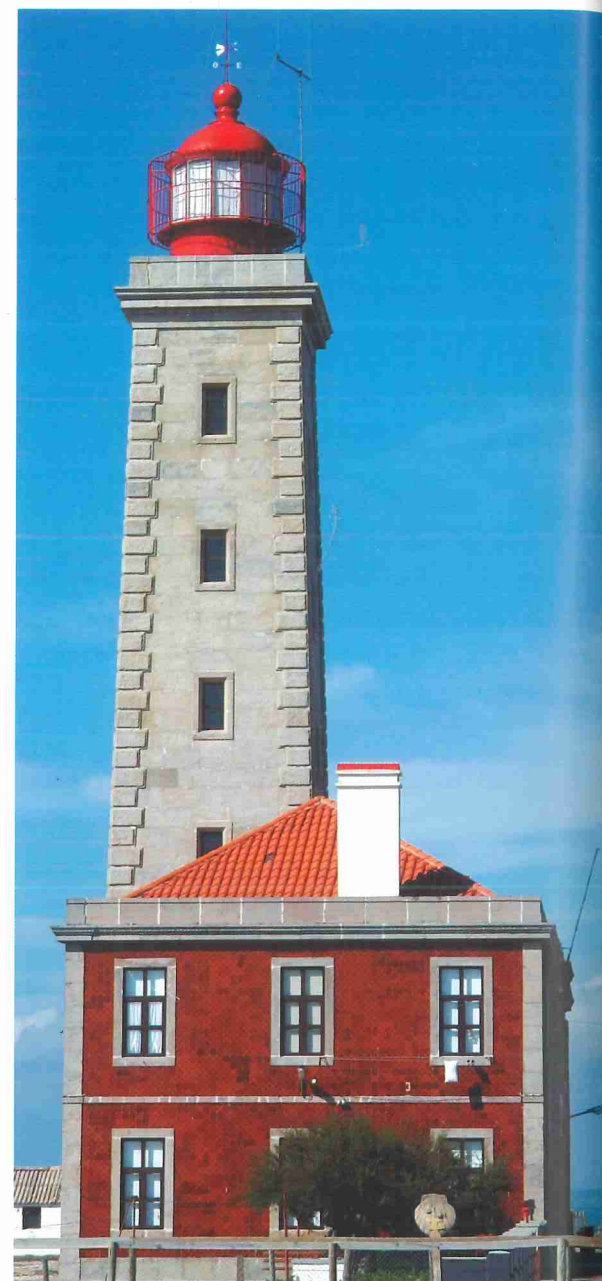
<sup>4</sup> A. Teodoro de Matos, Transportes e Comunicações. Portugal, Açores e Madeira (1750-1850), 1980.

<sup>5</sup> *Leiria Ilustrada*, 19 de Agosto de 1911. Neste mesmo periódico, exactamente no mesmo ano, foram ainda publicados artigos seus, sobre este tema, em 9 e 30 de Novembro.

<sup>6</sup> Portugal Pittoresco, 2a série, nº 13, 1884.

<sup>7</sup> *O Panorama*, vol. II, 1855, p.152.

<sup>8</sup> *Inquérito Industrial*, 1890, vol. I, p.223.





## A circulação de pessoas e de bens

Geograficamente situada numa linha de passagem tradicional entre o norte e o sul, a região de Leiria foi atravessada, desde tempos longínquos, por pessoas e também por mercadorias.

Ao focar-se o comércio que, na região de Leiria, se fazia por terra, em meados do século XIX, opinava-se: “Em Portugal não ha viajantes, ha padecentes que se transportam”<sup>9</sup>. Pelo mau estado das estradas, que muitas vezes não passavam de caminhos, os transportes eram caros, demorados, dolorosos. Neles residia um dos obstáculos ao progresso regional. Como lembra Damiano Peres, a melhoria das vias de comunicação era propósito antigo, já anunciado em 1821 e 1822<sup>10</sup>. No entanto, a morosa vitória do liberalismo só permitiu que tal viesse a acontecer em finais da década de 1830.

Em meados de Oitocentos, tal como nos tempos anteriores, utilizavam-se, fundamentalmente, os animais para as deslocações terrestres. O viajante dispunha de cavalo ou de mula, entre os seus haveres, ou recorria aos que lhe eram proporcionados por aluguer. Recorria-se, para tanto, a alquiladores. As alquilarias dispersavam-se um pouco por todo o lado. O seu âmbito era restrito, no que respeitava ao número de animais disponíveis, bem como ao número de transportadores – normalmente na mesma pessoa convivia o proprietário e o condutor.

Até finais do século XIX, foram regulamentados os transportes feitos através de carros puxados por cavalos, ou por bois, no âmbito distrital, bem como noutra mais restrito, o municipal. Em 1878, a Junta Geral do Distrito de Leiria publicou quarenta e oito artigos, tendentes a normalizar o trânsito de veículos de aluguer, destinados a transportar pessoas e mercadorias. Trens, diligências ou carros eram alvo de uma inspecção prévia, a partir da qual podiam ser matriculados, oferecendo, para tanto, “segurança, solidez e decência”<sup>11</sup>. A profissão de cocheiro dignificava-se por um código ético que, por tão detalhado, disciplinava profissionais, a quem era exigida boa e segura condução, mas também correcto tratamento aos transportados e aos animais transportadores.

Nem tudo era veloz na região. Basta tomar em consideração o trajecto feito pelo carro do correio, que também transportava pessoas, ao deslocar-se entre Porto de Mós e Leiria. Se a intenção era facilitar o acesso das populações à cidade, tal era posto em causa quando, em Junho de 1910, se procedeu à alteração do horário. O carro saía de Porto de Mós às 18.30 h, para chegar a Leiria 3 horas e meia depois, isto é, às 22 horas. Partia, no dia seguinte, da cidade às 8 da manhã, para concluir o percurso às 11.30 h. “Assim já se não pode ir a Leiria tratar de negócios sem ter de alugar um carro de propósito”<sup>12</sup>. Leiria continuava longe!

<sup>9</sup> Era a opinião expressa por D. António Sousa Macedo, *Estatística do Distrito...*, p. 110.

<sup>10</sup> D. Peres, *História de Portugal*, vol. VII, p.642.

<sup>11</sup> Regulamento para a Polícia e Tránsito de Vehículos no Distrito de Leiria, 1878, artº 3, p.4.

<sup>12</sup> *Correio de Porto de Mós*, n.º 34, de Junho de 1910.

Enquanto se esperava pela melhoria das estradas e pela implantação do caminho-de-ferro, a economia da região tirava partido dos três portos de mar a que podia recorrer: S. Martinho, Pederneira e Vieira. A proximidade do mar criava, assim, alternativas à circulação terrestre.

De facto, oferecia um recurso acrescido às estradas existentes. A S. Martinho chegavam barcos com mercadorias vindas de Lisboa, Porto, Setúbal, Peniche, Aveiro, Figueira da Foz, Sesimbra e Algarve.

E era assim que à região chegavam o açúcar, o bacalhau, os couros, as fazendas e o ferro, sendo estes os produtos que se apresentavam em maiores quantidades. Seguiam-se-lhes o arroz, a potassa e a soda. O comércio, bem como a indústria regional, eram assim alimentados pelos produtos de que a zona não dispunha. Em contrapartida, sobejavam, das necessidades locais, principalmente carvão, vidro, vidraça e aguardente. A agricultura, por sua vez, proporcionava excedentes em batatas, cereais e fruta<sup>13</sup>.

Uma forma regional encontrada para aproximar S. Martinho, porto por onde se fazia o escoamento, do centro de abate florestal, à Marinha Grande, foi a concepção do caminho-de-ferro americano.

Para escoar principalmente madeiras, mas também outros produtos do pinhal, fora proposto, em ofício do Administrador Geral das Matas, datado de 28 de Janeiro de 1853, "a construção de um carril de madeira até ao porto de S. Martinho"<sup>14</sup>.

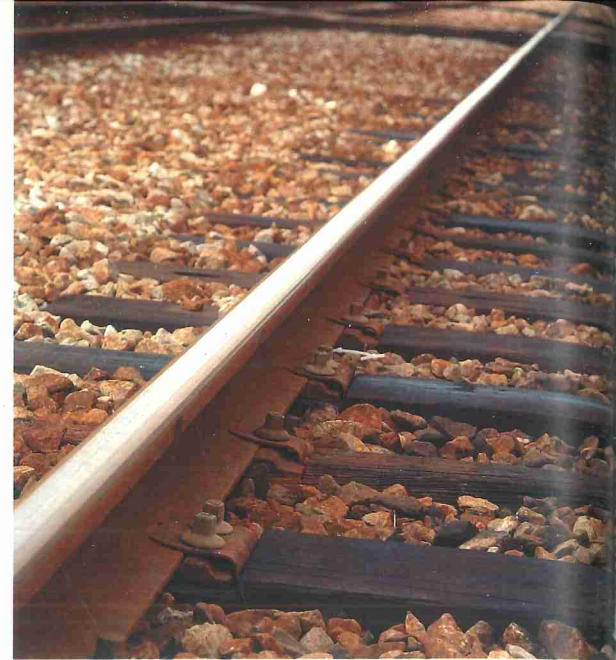
Ao longo de 1860 anunciava-se: "brevemente se acabará e abrirá à circulação o caminho de ferro dos pinhais de Leiria ao porto de S. Martinho; e por ele será mais fácil aproximar os produtos de limpeza e desbaste desta vasta propriedade de maiores centros de consumo".

A viagem, feita essencialmente através de pinhal, iniciava-se em Pedreanes, finalizando em S. Martinho do Porto, numa extensão de 37 Km<sup>15</sup>. Pelo meio ficava a estação da Marinha Grande, com paragem junto da Real Fábrica de Vidros, para descarregar areia e calcário e carregar vidros, as estações da Martingança, do Valado e de Mouchinha.

Puxado a bois nas subidas, utilizava a força do seu próprio peso nas descidas. Corria sobre um leito "formado de areia com rama de pinheiro ou mato, o que atenua a fadiga dos animais e evita que tropecem nas travessas"<sup>16</sup>. Era composto, normalmente, por nove vagões de mercadorias e um de passageiros, o que demonstrava claramente a sua vocação para o transporte de bens, mais do que de pessoas. Todos os dias úteis da semana, cruzavam-se os dois comboios na estação do Valado, depois de um ter saído às nove horas de Pedreanes e, outro, às oito horas de S. Martinho. O primeiro gastava seis horas e o segundo oito "por ser nesta direcção mais extenso o período da tracção pela força animal". Atingia a velocidade de 40 quilómetros, por hora, nas descidas. No restante percurso, a velocidade era bem mais diminuta. Assim, aos passageiros, para além da observação da Natureza, oferecia ainda outros entretenimentos, como o da caça<sup>17</sup>.

Não tendo sido convertido em caminho-de-ferro de via reduzida, como ainda chegou a ser pedido, chega ao seu final em 1885, em favor da linha do Oeste. Com o caminho-de-ferro americano acabava uma era em que a tecnologia dos transportes aliara a tradição a aspectos da modernidade, para, definitivamente, ser condenado, pela substituição por meios mais rápidos e cómodos de circular.

Começava, na região, a era do comboio. Chegara o tempo da locomotiva! A sua defesa surgiu em 1875. Projectava-se uma linha de via reduzida que, pelo sul do distrito de Leiria, ligasse a cidade ao porto de S. Martinho. Os argumentos avançados baseavam-se na realidade já apresentada: a produção da região (florestal, agrícola e mesmo fabril) era altamente prejudicada pelas dificuldades com que deparava para ser transportada.



Em 1911 ainda se discutia a importância de ligar Leiria à linha do Norte, por Chão de Maçãs<sup>18</sup>.

Mas as condições de circulação entre os diversos espaços da região, se não mesmo o culto por uma certa liderança urbana, levaram a que Leiria não se aproximasse das populações mais distantes. Em 1906, partirá de Pombal um movimento representado por uma comissão, apoiada pelo comércio local que, junto das instâncias do poder leiriense e através dos jornais, irá manifestar o seu desagrado, face ao abandono sentido. Sugeriu-se mesmo a anexação dos concelhos do Norte do distrito a Coimbra, onde mais rapidamente as populações chegavam<sup>19</sup>. O extremo da comunicação era ilustrado pela deslocação entre Pedrógão Grande e a capital do distrito: demorava cinco dias.

Para Sul, as relações, facilitadas por comunicação mais acessível, tornavam-se bastante amistosas, como revelam as trocas de elogios e manifestações de apreço veiculadas por periódicos leirienses e alcobacenses.

<sup>13</sup> Cfr. D. António Macedo, *op. cit.*, p. 110-113; p. 342-343.

<sup>14</sup> *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comercio e Industria*, 1856, p. 246.

<sup>15</sup> Cfr. Pedro Inácio Lopes, *Projecto de um caminho de ferro de via reduzida entre a Ponte de Sant'Anna e o Porto de S.Martinho*, Imprensa Nacional, 1875, p.12.

<sup>16</sup> *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comercio e Industria*, 1857, 1 semestre, p. 332.

<sup>17</sup> A reduzida velocidade, permitia que, por vezes, as pessoas levassem espingardas e caçassem nos percursos em que o comboio era puxado pelos bois. Cfr. Arala Pinto, *O Pinhal do Rei*, vol. I, p. 382.

<sup>18</sup> *Linhas férreas complementares da região da Extremadura. Petição apresentada ao Ex.mo Ministro do Fomento pela Comissão de Melhoramentos da cidade de Leiria*, 1911.

<sup>19</sup> "O habitante de Pombal, sae-lhe caro o transporte, estando apenas a cinco leguas e meia, enquanto que n'uma hora estão em Coimbra" (*Leiria Ilustrada*, de 8 de Março de 1906).

## Os sectores económicos

Nos últimos anos do século XIX, o distrito de Leiria era apresentado como tendo uma população significativa e com potencialidades para um “desenvolvimento industrial e comercial que deverá desfrutar em poucos anos”, nas palavras dos agentes locais do Banco de Portugal<sup>20</sup>, primeira instituição bancária a instalar-se em Leiria, no ano de 1893.

Num momento em que a agricultura regional se refazia do duro golpe provocado pela devastação da cultura da vinha, esperava-se o (re)começo de melhores anos económicos, em que a indústria teria um papel de relevo. A esta proporcionava-se, na região de Leiria, uma mão-de-obra abundante e a existência da Linha do Oeste. Esperava-se que, também com os serviços de crédito a prestar pelo Banco de Portugal, fossem valorizados os recursos locais, alargando o cenário industrial para além “dos tecidos da Castanheira e de Alcobaça, à louça das Caldas... e aos vidros da Marinha Grande”.

Na opinião mais desapaixorada e, porventura, mais preconceituosa do inspector que visita a agência de Leiria em 1901, sob o ponto de vista comercial, a cidade é de “pequeníssima importância”, num quadro espacial que se ficava pela vizinhança mais próxima<sup>21</sup>. De qualquer forma, não se iria além da expedição de géneros agrícolas, criação e ovos. As madeiras apresentavam-se como produto de exportação importante, nomeadamente para Inglaterra. A única indústria referida era a do vidro, apresentando-se a Marinha Grande, como centro de algumas fábricas do sector.

Aquando do seu encerramento, em 1994, ficou registado sobre a agência do Banco de Portugal, em Leiria: “Soube adaptar-se às dificuldades e gerir com lucidez, a concessão de crédito, ao longo de 101 anos”<sup>22</sup>.

No que respeita ao comércio, nos meios urbanos, com o caminhar para o final do século XIX, esta actividade “profissionaliza-se”,



<sup>20</sup> *Relatório, Balanço e Desenvolvimentos do Agência do Banco do Portugal em Leiria, 1893.*

<sup>21</sup> *Relatório de inspecção às agências, ano de 1901, fl. 2v.*

<sup>22</sup> *Revista, publicação do Banco de Portugal, n.º 39, Setembro, 1994, p. 17-18.*

introduzindo melhorias consideráveis na dimensão e na qualidade do estabelecimento. Os produtos à disposição de um público mais exigente e informado diversificavam-se. Abrem-se as portas de casas comerciais especializadas: leitarias, livrarias, cafés. No mundo rural, a mudança não se verificou necessariamente no mesmo período: surgiria bem mais tarde.

Leiria assumia a sua diferença, no sector do comércio, pela variedade, especialização e qualidade de estabelecimentos.

A concorrência exaltava o perfeccionismo e a criatividade. O recurso aos jornais, lidos regionalmente, no sentido de publicitar o que havia para oferecer, vai delineando um espaço comercial que se afasta vertiginosamente da amálgama em que andara misturado.

Concorrencial e complementar do comércio fixo, os mercados e as feiras também jogavam uma posição fundamental no circuito abastecedor da região, que se veio a prolongar quase até aos nossos dias.

Para nos referirmos ao sector industrial, começaremos por lembrar Bacelar Chichorro que, nos últimos anos do século XVIII, ao cumprir as disposições régias de 17 de Janeiro de 1793, recolheu informação sobre a economia da Província da Estremadura, que publicou dois anos mais tarde<sup>23</sup>. Presenteou-nos, assim, com os resultados das averiguações, a que procedeu, sobre a situação do comércio, da agricultura e das artes dos distritos estremenhos. Debruçava-se sobre a província que, no seu entender, era a “mais bem provida” dos úteis estabelecimentos, que eram as fábricas. Pela sua excessiva concentração em Lisboa, integrada na Estremadura, a totalidade do espaço não reflectia, ainda, os benefícios do desenvolvimento fabril. Defendia a diversificação dos locais para a sua instalação, de que muito beneficiaria a economia nacional: os proprietários recolhiam mais lucros, aumentava a população, a agricultura beneficiava com mais investimentos. Fora este o modelo trazido à Marinha Grande, com a instalação da Real Fábrica de Vidros, a “fábrica das fábricas” de toda a região leiriense.

Já nos inícios do século XX, Bento Carqueja (1916), opinará que a indústria pode ser um estímulo para todas as outras formas de produção. Nas suas palavras “especializa e alarga os artigos de comércio; em vista da sua grande faculdade de capitalização, dá acesso a todas as formas de actividade”. Ainda se podia acrescentar que animava a produção das próprias matérias-primas, essenciais para a sua actividade.

Estes princípios tornaram-se visíveis, através da complexa rede de tarefas, desenvolvidas sob a responsabilidade, organização e carências da Real Fábrica de Vidros. Para além de fabricar vidro e cristal, a fábrica promovia todo um conjunto de actividades que complementavam a produção. Fora da fábrica, fomentava-se uma diversidade de actividades, tendo em vista o suprimento das faltas registadas. A primeira delas, e talvez a mais importante, decorria do abastecimento de lenha. Abate, corte e condução das madeiras, a partir do pinhal, justificavam tarefas que envolviam uma mão-de-obra significativa, ao longo do ano. A multiplicidade de actividades que giravam à volta do fabrico do vidro era muito evidente. A Real Fábrica de Vidros dependia dos fornecimentos de areia, conchas do mar, seixos, pedra calcária, cal, telhas, tijolos, barro, tábuas, carvão vegetal, caixas de madeira<sup>24</sup>. Por detrás de todos estes materiais,



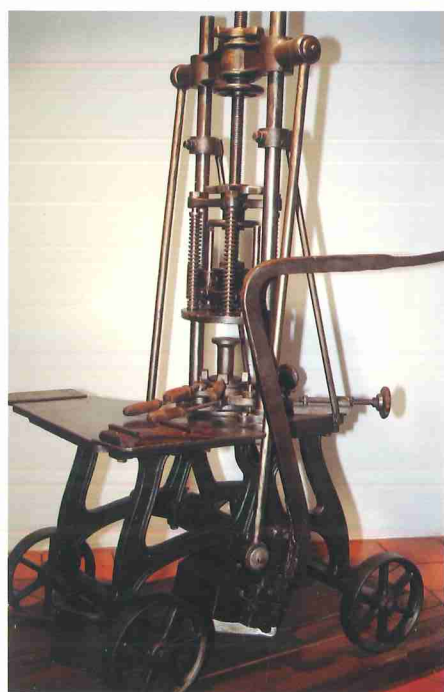
<sup>23</sup> *Memoria Económico Política da Província da Estremadura. Traçada sobre as instruções régias de 17 de Janeiro de 1793*, assim lhe chamou. Foi mais recentemente publicada, em 1943, por Bensabat Amzalak. José Luís Cardoso evidenciou a influência, nesta obra, dos escritos de Guimarães Moreira, Corregedor de Leiria, no final do século XVIII. Vide *Memórias económicas inéditas, 1780-1808*, prefaciada por J. L. Cardoso, Academia de Ciências de Lisboa, 1987.

<sup>24</sup> *ADL - Livros Notariais nº 41 e 45, fl.48-49v; 8-12. Contratos de Janeiro de 1880, sem indicação de dia, e de 2 de Fevereiro de 1882, respectivamente.*

fervilhava um conjunto de actividades que avolumava a imagem da Real Fábrica de Vidros. De facto, esta grande unidade fabril cumpria uma tarefa social que consistia em fomentar a criação de postos de trabalho.

Através de actos notariais, certifica-se o desenvolvimento, na região, de diversas actividades oficinais e industriais, no final do século XVIII<sup>25</sup>. Na generalidade, a dimensão e a organização dos espaços produtivos não fugiam ao modelo mais simples, onde um número reduzido de operários bebia da sabedoria do mestre, por norma, o proprietário. Foram receptoras e transmissoras de saberes acumulados pela tradição, de que o futuro veio a beneficiar. Considerando toda a região de Leiria, registava-se um panorama industrial perfeitamente à medida do tecido económico nacional. No início do século XIX, o registo das indústrias implantadas na região de Leiria ficava-se por uma modesta realidade: para além do fabrico do vidro e do cristal, teciam-se linhas em duas "fábricas" na vizinhança da cidade, meias e tecidos, em Alcoaça.

As produções industriais da região dividiam-se entre as que decorriam das



<sup>25</sup> Cf. Saul Gomes, "A industrialização da Alta-Estremadura no final do Antigo regime – breves notas", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXII, 1997/1998, p.225-241. Jorge Pedreira apresenta, de uma forma mais alargada, esta mesma realidade para a região de Leiria (*Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil, 1780-1830*), principalmente Cap. II, p.65-137.

exclusivas necessidades internas, como o vidro, e as que animavam o comércio colonial, principalmente o brasileiro, como os chapéus e os tecidos de algodão.

A cidade de Leiria integrava uma malha de vias de comunicação económica, de que faziam parte povoações vizinhas. A espinha dorsal, que deveria ligar as cidades do país entre si, abrindo mercados mais populosos e exigentes, ainda não fora traçada. Esta carência tinha a sua cota de responsabilidade no débil processo de industrialização aqui, como no resto do país. As primeiras décadas do século XIX reflectiram, sob o ponto de vista industrial, os efeitos da crise posterior às invasões francesas. A região de Leiria não será excepção. Como centro urbano, manter-se-á arredada de uma inexistente rede de cidades; como região predominantemente agrícola, assistirá ao marasmo que marginalizou os potenciais benéficos trazidos pela modernização. Com excepção do verificado no sector vidreiro, desconhecerá a formação de uma mão-de-obra especializada, entregando as iniciativas industriais a um operariado recentemente saído dos trabalhos agrícolas. Mas beneficiava das condições litorais. Mais do que um mercado organizado, o litoral oferecia a acessibilidade. E isso introduziu dinâmicas que, localmente, incentivaram o aproveitamento e a optimização das condições naturais.

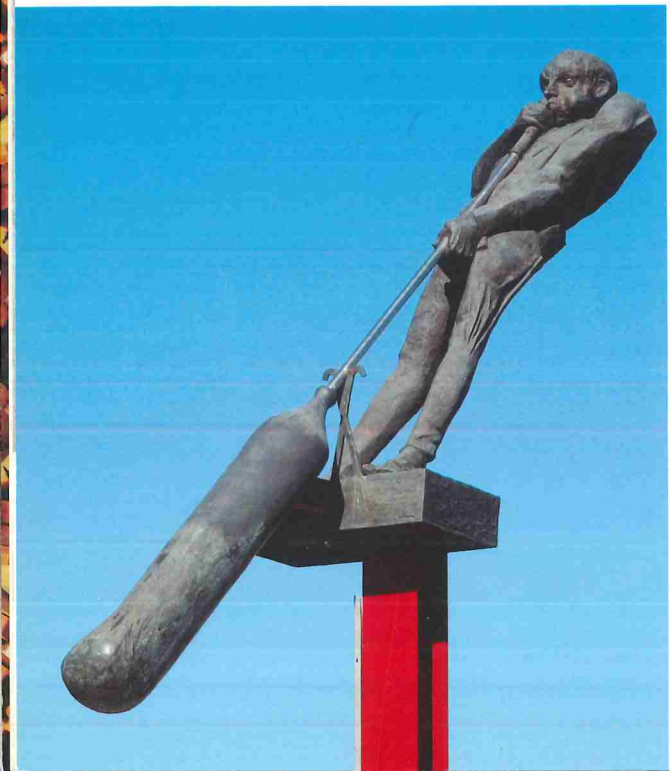
À dimensão local, a região de Leiria foi um espaço onde a iniciativa empresarial, sobre a herança pombalina, se adaptou à nova conjuntura de final de Setecentos, início do século seguinte. Aqui, como já se demonstrou para outros pontos do país, a industrialização foi um movimento modesto e lento, mas que não deixou de ter a virtualidade de criar, ao longo do século XIX e inícios do seguinte, as estruturas económicas, sociais, mentais e culturais necessárias a fortes impulsos posteriores.

A partir de inícios do século XX, e mais visivelmente com o regime republicano, passou a acusar-se o envolvimento crescente com a actividade industrial. Mantinha-se uma forte presença de pequenas e numerosas unidades produtivas, de responsabilidade singular e de exploração restrita. Sobressaía o recanto privilegiado por tradições locais, que era a Marinha Grande e a que outros se começavam a associar.

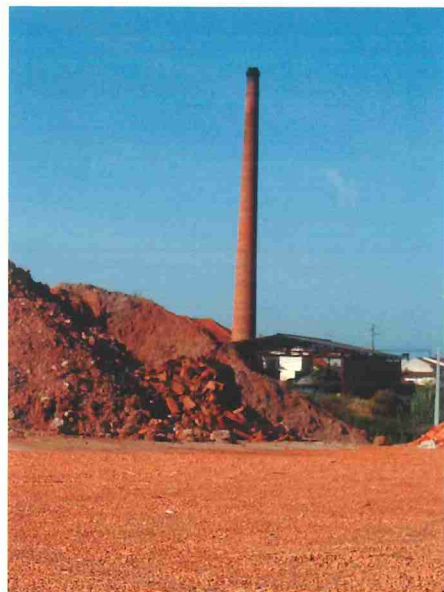
Assistimos, gradualmente, à desestruturação de uma sociedade tradicional, pré-industrial. A partir de 1905 o processo de mudança encaminhou-se por uma via mais definitiva, que assumiu maior vulto, nos primeiros anos do regime republicano. Não nos parece que a alteração política registada tenha interferido no percurso industrial leiriense. Os dados mobilizados apontam para a continuação de um processo anterior a 1910, o que, de resto, António Telo concluiu para o país<sup>26</sup>.

Quanto a Leiria, de entre as sedes de concelho, tornou-se naquela onde foi mais notória a presença de estabelecimentos fabris, com um total de 23, face ao de Alcobaça, com 3, e ao de Pombal, com 4. Sobre o que se verificou na cidade, há que registar algumas particularidades. Primeiro o espaço urbano foi preterido pela sua periferia, relativamente à localização de fábricas.

Segundo, definiram-se zonas apelativas para a indústria : caso da Maceira e de Souto da Carpalhosa. Enquanto este se vai “especializar” nos químicos (adubos e fósforos), beneficiando de uma riqueza local (ocre, gesso), a Maceira, antes de enveredar pelos cimentos, pela razão anterior, experimentou a concorrência à Marinha Grande, através do fabrico de vidro e vidraça. Enquanto que Souto da Carpalhosa esmorece como “centro industrial”, à dimensão local, a Maceira vai alterar todo o seu cenário paisagístico, tradicional e económico,



<sup>26</sup> Cfr. António Telo, “A busca frustrada do desenvolvimento”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, p. 135. Sobre a região em apreço, vide A. Mourão Filipe, *A Formação do Tecido Empresarial da Área Económica de Leiria (1836-1914)*, tese de doutoramento, 2000.



usufruindo das comunicações, através do caminho de ferro, para se abrir, até hoje, à indústria cimenteira.

Finalmente, a atenção que merece ser dada à Marinha Grande. A indústria vidreira criou uma tradição fundamentada no sucesso da produção e na criação de um viver ritmado pelo trabalho fabril. Os períodos de grande precariedade que conheceu parecem ter aguçado o espírito empreendedor dos que, mercê de algum pecúlio, investiram na criação da sua própria empresa. As famílias empresariais vidreiras foram-se formando, mantendo vivo o empenho, o esforço e a combatividade necessários à prossecução da actividade.



WALKER'S STORE

Levi's

Fabrics

Redigues Lobo

DOCKERS

# A IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA (SÉCULOS XIX - XX)

## A formação do tecido empresarial

### A empresa

A vida económica organizava-se através da iniciativa individual, bem como através da criação de sociedades, formadas por dois ou mais indivíduos. Estas originavam uma forma mais complexa de intervenção económica, passando pela redacção de uma escritura notarial.

O Quadro seguinte resume o movimento da criação de sociedades, entre as década de 1830 e o ano de 1914, em diferentes concelhos da região de Leiria. Para uma mais correcta interpretação dos dados apresentados, devemos lembrar que, no período considerado, o actual concelho da Marinha Grande integrava o de Leiria, bem como o da Nazaré fazia parte do de Alcobaça.

A primeira década do século XX assistiu ao período mais empreendedor, sob o ponto de vista da criação formal e legal de sociedades. O movimento iniciou-se de forma muito tímida a partir da década de 1840, o que será alterado nos anos de 1860. O movimento ascendente recuperou, decisivamente, nos anos 70. Atingiu a sua plenitude, com 60,5% do total de formalizações levadas a efeito, após 1900. Para um melhor entendimento da situação criada após 1910, e para que os números tenham o seu real valor, não é demais lembrar que os quantitativos encontrados respeitam exactamente a metade do tempo contabilizado para as classes anteriores: não ultrapassámos o ano de 1914.

No âmbito da iniciativa empresarial, o bom posicionamento do concelho de Alcobaça era conseguida através da sua zona costeira.

O conjunto, genericamente designado por Nazaré, que inclui o Sítio, a Pederneira e a Praia, assumiu um protagonismo único em toda a região. A sociedade formalizava a actividade dominante e quase exclusiva: a pesca. Se as empresas piscatórias começam a afirmar-se nos anos de 1880, serão os primeiros anos de 1900 a acolher o maior volume.

No concelho de Leiria, a propensão da Marinha Grande para o investimento empresarial levou-a à criação de sociedades a um ritmo muito próximo do que ocorria em Alcobaça. Aliás, a povoação vidreira posicionava-se à frente de algumas sedes de concelho, como Batalha e Porto de Mós, que manifestaram uma vocação mínima para criarem estruturas que cobrissem centros de produção ou comercialização de bens, segundo um código preceitual moderno.

O comportamento da cidade de Leiria parece reflectir movimentos económicos diversos dos verificados no restante espaço. Apresenta a criação local da primeira sociedade notarialmente registada, mas a timidez do seu esforço empresarial prolonga-se até finais dos anos de 1880. A recessão internacional dos primeiros anos da década seguinte, principalmente a reacção da praça leiriense ao recuo das remessas dos emigrantes, levou à quebra desse movimento, de que recuperou com a viragem do século.

Os primeiros anos da I República vão proporcionar a concretização da liderança regional. Das restantes sedes de concelho, Alcobaça e Pombal mostraram reagir favoravelmente aos apelos economicistas do novo regime, localizando-se aí, nos anos compreendidos entre 1910 e 1914, o maior número de sociedades criadas. Globalmente, enquanto a vila de Alcobaça era completamente esmagada pelo dinamismo verificado na vizinha zona costeira da Nazaré, a vila de Pombal liderava, por completo, todo o seu concelho.

CONCELHO	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1910	TOTAL
Alcobaça		1	3	2	2	5	7	36	19	75
Batalha				1	2		1		1	5
Leiria	1	4	2	1	12	13	9	24	26	92
Pombal		1			2	2	8	8	13	34
Porto Mós					1	1	2			4
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>19</b>	<b>21</b>	<b>27</b>	<b>68</b>	<b>59</b>	<b>210</b>

Quadro 3 – SOCIEDADES CRIADAS, por concelho e por década (1830-1910)

Fonte - Livros notariais (anos de 1836-1914)



## O empresário

O empresário dos finais do século XIX, inícios do XX, foi olhado por uns como explorador dos mais fracos, foi enaltecido por outros pela sua participação no desenvolvimento socio-económico das populações. Criou um espaço social próprio, sem se basear na fortuna, no nascimento ou nos títulos académicos.

Na região de Leiria, tal como na generalidade da empresarialidade de finais de Oitocentos, inícios do século XX, a família foi o principal centro de formação de empresários.

De entre os industriais que vieram a criar empresas de maior envergadura, como se verificou no ramo vidreiro e até da cerâmica, identificou-se uma origem que residiu na pequena oficina. Como empregados, ou como pequenos fabricantes, aí adquiriram o saber, a vontade e a necessidade em investir num projecto de maior dimensão. Criaram um novo tipo de homem de negócios: o do patrão que conhece profundamente a profissão, que partilha saberes e trabalha lado a lado com os seus operários, entre os quais integra os próprios filhos. Muitos formaram-se por si, correspondendo integralmente ao perfil do *self-made man*. Outros reproduziram o "clima empresarial" que a família iniciara, ou que o patrão lhes proporcionara. Estes não tiveram mérito menor, porque também consolidaram o espírito da mudança.

O empresário do sector industrial manteve, mais do que qualquer outro, uma forte ligação ao mundo rural. A complementaridade existente entre ambas as actividades consumava-se em ramos que dificilmente se autonomizavam. Assim acontecia com a moagem, com a destilação de vinhos e de aguardentes, com as conservas de frutas e de legumes. A partilha de espaços físicos e a sazonalidade de algumas outras actividades, sem afinidade aparente, tornavam-se num convite a este relacionamento. Tal verificou-se com a indústria de papel, com a de curtumes e mesmo com a de adubos. A mobilidade entre ambos os sectores pode perspectivar-se como factor de estabilidade, de equilíbrio e de segurança de investimento. Mas significou, sem dúvida, o acomodar a tecnologias pouco inovadoras, com forte peso da tradição.

Os limites da produção configuravam os limites do próprio mercado. Isto é, fabricava-se para consumidores vizinhos. No mundo rural o consumo obedecia ao ritmo do calendário agrícola, redutor do desenvolvimento das capacidades produtivas. Os ciclos da oferta e da procura, necessariamente coincidentes, transformavam-se em bloqueios para a produção. Neste cenário, a formação de verdadeiros empresários não foi quantitativamente significativa. Em termos de qualidade, apesar de não constituir um grupo homogéneo, foram os responsáveis pelo clima empresarial que, lentamente, se ia formando na região leiriense.

Escasseia a informação que nos permita identificar a origem social destes homens. Dos mais notáveis foram compilados dados que apontam para nascimentos humildes, entre a primeira geração. Antes de enveredar pelo sector industrial, alguns passaram por actividades ligadas ao comércio. Lembramos, a título de exemplo, três importantes empresários leirienses, todos ligados ao ramo do vidro: Dâmaso Luís dos Santos, Carlos Salgueiro Gallo e José dos Santos Barosa. Quando se tornaram industriais vidreiros, passaram a dedicar-se, exclusivamente, às actividades produtivas. Em outros ramos, o comércio manteve-se como actividade complementar, numa relação perfeitamente harmoniosa e compatível com a indústria. O dinamismo e o risco que esta exigia equilibrava-se com a estabilidade e segurança que aquele assegurava.

O sector comercial não era exigente, ao nível da especialização de saberes. A relativa facilidade em entrar no mundo do negócio, por esta porta, proporcionou a existência de um grupo muito alargado, genericamente designado por comerciantes ou por negociantes. Grande número não atingiu o estágio da empresarialidade. Os que o conseguiram ultrapassaram níveis de exigência de que só os bons se destacaram.

A região de Leiria conheceu empresários com um perfil notável, a operarem no sector comercial. Estabelecidos por conta própria, usufruindo de um património familiar ou sendo apoiados pelo patrão, qualquer uma destas vias foi percorrida na segunda metade do século XIX e no século XX.

Através da Marinha Grande, a área económica de Leiria iniciou precocemente, no quadro nacional, uma experiência industrial de vulto. O modelo empresarial aí desenvolvido



demonstrou ter ultrapassado o seu próprio tempo. Preocupações sociais e culturais, semelhantes às que se fizeram sentir na primeira fase da Real Fábrica de Vidros, não dominaram a mente dos responsáveis por estabelecimentos de produção ou de distribuição, muitas décadas depois. O paradigma inglês, tão caro à administração pombalina, desenvolveu-se e mostrou o seu valor. Criou um fosso entre a realidade que trouxe à Marinha Grande e todo o resto que, em qualquer sector económico, se pôs em prática a seguir. Não foi só a dimensão da empresa que a tornou diferente. A preocupação em promover o operário, através da cultura, da instrução, definiu a distância.

Simultaneamente, os primeiros empresários da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande chamaram a atenção para a participação de estrangeiros na formação do tecido empresarial leiriense. Estiveram entre os pioneiros e, muitos deles, aqui se radicaram e constituíram família. Estiveram também entre os operários especializados que partilharam saberes com os seus colegas e o reproduziram, através das gerações seguintes. Lembrar os Gallo é tornar presente um exemplo, recentemente estudado, que demonstrou este entroncar de origens de alguns dos nossos empresários.

Apesar da presença de estrangeiros, a empresarialidade leiriense foi essencialmente endogâmica, à semelhança de outras realidades, mesmo a nível europeu<sup>27</sup>. No sector industrial, as duas maiores unidades fabris existentes até ao final do século XIX (a que passará a ser designada por Nacional, associada à Nova Fábrica de Vidros da Marinha Grande, e a Fábrica de Fiação e Tecelagem de Alcobaga) contaram com investimentos exteriores. Um pouco depois, o mesmo se repetirá com a instalação da fábrica de cimentos, na Maceira. Para além destas empresas, muito raros foram os exemplos que poderíamos ir buscar. A região de Leiria conheceu, principalmente, investimentos com origem em capitais formados e acumulados localmente. A capacidade económica dos seus empresários estava em consonância com as riquezas locais, pois era aqui que encontravam os meios para acumular capitais. Nesta perspectiva, estamos perante um factor de bloqueio, que não permitiu o aparecimento de empresas de vulto, em dimensão e em tecnologia. O financiamento, sobre o qual encontramos um véu de silêncio, raramente passou por personalidades ou instituições estranhas à região até ao início do século XX. A família foi a sua principal origem.

Sob o ponto de vista social, não existem referências relativamente às origens da grande maioria dos empresários da área económica de Leiria<sup>28</sup>. O cruzamento de diferentes núcleos documentais forneceu informação indirecta que conduziu a uma certa homogeneidade de nascimento. No sector industrial, tal como no comercial, despontaram homens com origem humilde: filhos de pequenos proprietários, de pequenos comerciantes, de operários. Num ou noutro caso, associou-se-lhes um profissional liberal, médico ou advogado. Maioritariamente começaram por se estabelecer sozinhos; alguns deles adquiriram experiência e ambição para se envolverem em projectos de maior envergadura, que ultrapassavam o quadro da família. Encontraram parceiros com quem partilharam ideias e vontades. Constituíram sociedades. Outros alargaram individualmente a sua empresa e mantiveram-se graças às suas capacidades, ao apoio e às alianças de família.

A segunda geração não alterou profundamente este modelo, mas já usufruiu de um nascimento mais facilitador do percurso reproduzido pelo pai. O acesso ao ensino ia-se alargando e passou a ser uma mais-valia trazida para a empresa. No novo empresário consumava-se a junção dos dois níveis de saberes: o da escola e o da loja ou oficina. A região de Leiria demonstrou que a representação ideológica da "lei" da terceira geração apresenta grande fragilidade<sup>29</sup>. Se alguns dos novos membros da família quebraram a relativa estabilidade da sucessão pai/filho, reproduzindo uma prática generalizada ao empresariado, tal deveu-se à atracção por profissões cujo exercício decorria da passagem pela Universidade. Constituíram um símbolo do poder económico e social dos pais. Alguns dos advogados, médicos e engenheiros do princípio do século XX, na região de Leiria, foram filhos de empresários locais. Nem sempre se afastaram do mundo do negócio, numa clara demonstração do peso exercido pelo clima e pela cultura empresarial em que haviam crescido. Nesta cadeia sucessória, quando se verificava a inexistência de filhos, eram admitidos outros parentes ou simples empregados.

Nem todos os empresários alcançaram sucesso. De entre os que o conseguiram, alguns atingiram posição dominante na estrutura social leiriense. Saíram, maioritariamente, do sector comercial. Mas, ao contrário do que ocorria no Porto do século XIX, como constatou Manuel C. Teixeira (1996), na área económica de Leiria, também os industriais ocuparam lugares destacados. No seu conjunto, formaram um grupo reduzido, mas impuseram o seu cunho à vida cívica local. Em associações de classe, no exercício do poder local, em organizações partidárias, em manifestações de cultura e de recreio os empresários estiveram presentes, como agentes dinamizadores. O nível do seu prestígio encontrava uma relação directa com a importância do cargo assumido nestas outras áreas de intervenção. Aos líderes da vida económica foram atribuídos os lugares de maior protagonismo.

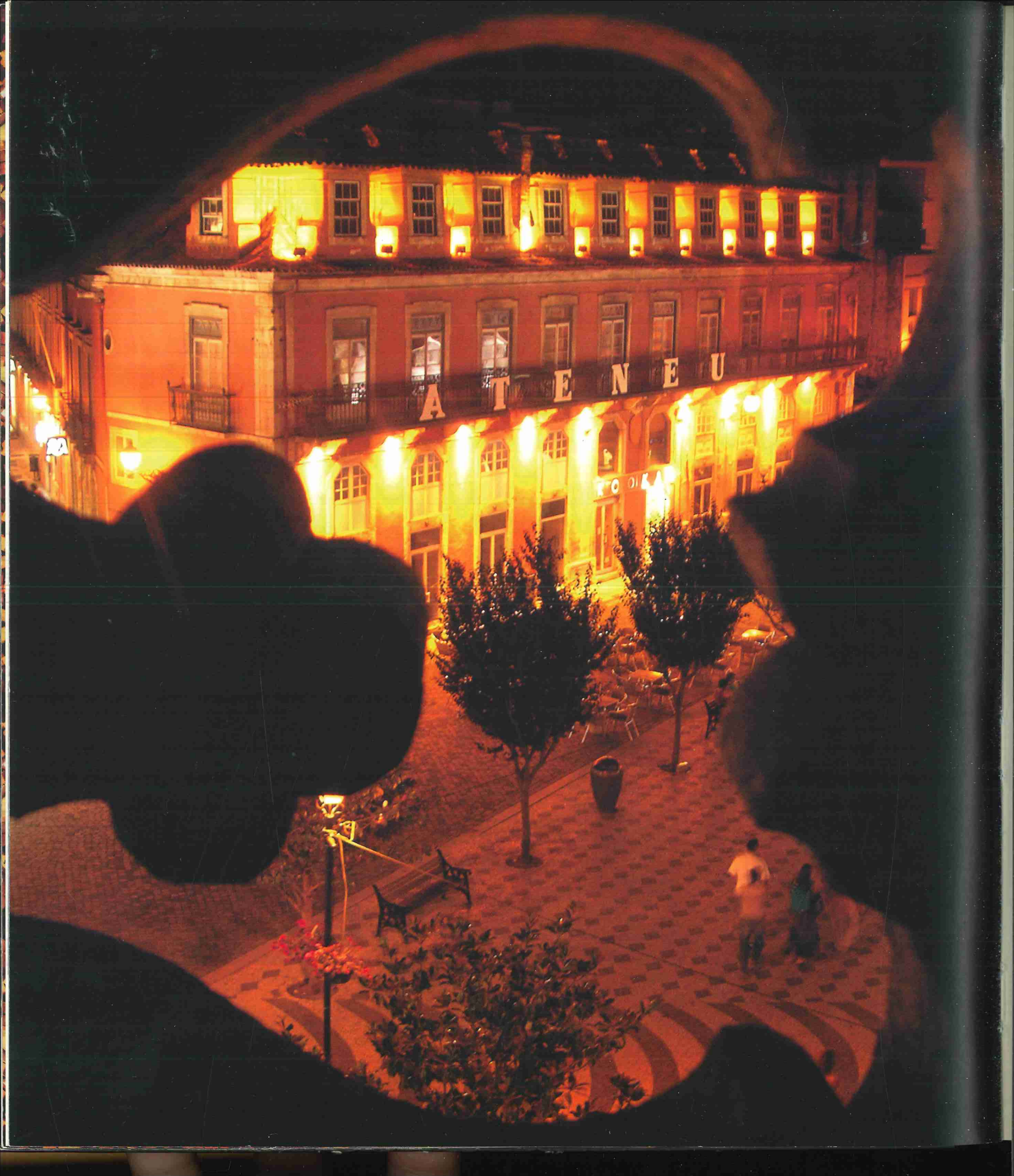
No exercício da actividade comercial, por exemplo, o empresário dominava um espaço público privilegiado para exercer a sua influência: a loja. A este lugar de sociabilidade outros se juntaram, como fruto da necessidade de formação da identidade do grupo. A Associação Comercial de Leiria, a Assembleia Leiriense, os clubes, entre outros, passaram a centros de discussão e de tomadas de decisão da classe. Paulatinamente foi sendo dada visibilidade a esta mão do poder que, do singular, se foi afirmando no colectivo.

Os empresários lideraram a vida económica local, mas foram mais longe. Notabilizaram-se como cidadãos, contribuindo, quer como grupo, quer individualmente, para o desenvolvimento de toda a região leiriense, na segunda metade do século XIX e inícios do XX.

<sup>27</sup> Cfr. D. Barjot, *Les Patrons du Second Empire*, vol.1, p.19. Trata-se do exemplo fornecido pela Alta Normandia.

<sup>28</sup> Situação perfeitamente aceitável, pela frequência de autores que têm registado esta lacuna informativa, quer para Portugal, quer para países da Europa e para os Estados Unidos da América.

<sup>29</sup> A propósito da família Gallo, J. M. Amado Mendes e Manuel F. Rodrigues trouxeram mais um exemplo para alargar o número das excepções (*Ricardo Gallo, Um século de tradição e inovação no vidro, 1899-1999*, p.39). Acrescentamos as famílias Leitão e Barosa, entre outras.



## A IDENTIDADE CONTEMPORÂNEA (SÉCULOS XIX-XX)

### Estruturação do espaço urbano e de novas formas de sociabilidade

Ao organizar o espaço urbano, o comércio começa por definir um centro, a partir do qual se hierarquizam periferias comerciais. Os serviços acompanhavam a implantação espacial, decidida pelo comércio, seguindo um modelo interactivo, justificado pelo movimento da população que aqui acorria. Mas o comércio justificava o modelo urbano, não só no que respeita à estruturação do espaço interno da cidade, mas também à rede de vias de comunicação que lhe proporcionavam melhores acessos.

Num estudo recente, a geógrafa Teresa Barata Salgueiro equaciona a estruturação da cidade, sob a influência do comércio, recorrendo ao exemplo actual, proporcionado pela cidade de Leiria<sup>30</sup>. Recuando a meados do século passado, presenciámos o reforço do modelo urbano monocêntrico, assumido pela Praça Rodrigues Lobo, onde se concentrava o principal centro comercial da cidade. Aí, para além da instalação de estabelecimentos diversificados, tinham lugar os mercados semanais. O convívio, entre diferentes tipos de comércio, processava-se em clima de tranquila vizinhança, de que todos tiravam partido. Os interesses de quem se apresentava a vender salvaguardavam-se, mais do que por um código de ética profissional, pela procura do equilíbrio entre o que os compradores necessitavam e a oferta a que diariamente tinham acesso. Assim, a diversidade dos produtos apresentados não criava uma dupla oferta, diferenciada pela proveniência do local da compra (loja ou tenda de mercado). Não se registaram queixas de comerciantes com loja aberta, neste sentido. A acessibilidade, oferecida pela Praça Rodrigues Lobo, tornava-a espaço de fácil acesso, quer a vendedores, quer a compradores. Além de tudo, a mobilidade destes últimos era facilitada pela concentração da oferta e pela protecção acolhedora dos limites do próprio espaço.

Com o decorrer do tempo, deste monocentrismo comercial, a cidade aconchegou outros núcleos que, aos poucos, se começaram a formar como pólos secundários, acompanhando não só a exaustão do centro principal, como o alargamento das "áreas residenciais" que, por sua vez, foram criando as suas próprias "áreas de consumo".



<sup>30</sup> Do comércio à distribuição. Roteiro de uma mudança, Celta Editora, 1996.

Ao abandonarmos a cidade de Leiria em 1914, a primazia do centro comercial definido pela Praça Rodrigues Lobo e pelas ruas adjacentes, continuava a ser real. No entanto, havia prenúncios da existência de periferias que tendiam a tornar-se centros secundários, relativamente ao mais antigo e importante. Aqui e nas suas redondezas, para além da residência, a burguesia local dispunha dos seus "emblemas sociais": sedes sociais de organizações profissionais, culturais, humanitárias, espaços requintados de lazer, grandes armazéns, bancos. As oficinas e as fábricas vão-se mantendo, mas, à medida que se iam criando, começavam a preferir os arrabaldes. Os próprios serviços administrativos instalavam-se nas imediações. A construção do novo edifício municipal iria deslocar algumas repartições públicas para um dos extremos da cidade, libertando espaços que ficaram disponíveis para os serviços e mesmo para a habitação de particulares.

As melhorias das condições urbanas beneficiaram, precocemente, as zonas periféricas da Praça Rodrigues Lobo, nomeadamente ligadas à higiene e à iluminação pública.

O grande revés a este posicionamento da zona baixa da cidade prendia-se com o rio Lis. Sazonalmente as suas cheias invadiam as ruas mais próximas, entrando porta dentro dos estabelecimentos.

À cidade, lugar de mercados e de mercadores, coube a necessidade de se adaptar, de forma flexível, às novas condições. Nem sempre as relações económicas aqui desenvolvidas clarificaram a dicotomia entre o urbano e o rural. Bem pelo contrário. Os limites eram, por vezes, tão difusos que Leiria podia servir de paradigma para apoiar a ideia do falso posicionamento da divisão entre estes dois mundos.

Verificava-se uma relação equilibrada de interdependência, nas trocas estabelecidas entre a cidade e as zonas rurais.

O centro da cidade, com uma forte presença de estabelecimentos comerciais, como vimos anteriormente, mostrava-se pouco receptivo ao acolhimento de iniciativas industriais. Acomodava pequenas oficinas artesanais, cuja produção tinha em conta as necessidades imediatas da população e que, por isso mesmo, acumulavam funções comerciais.

As fábricas e as oficinas que necessitavam de mais espaço e envolviam um maior número de operários, preferiam instalar-se ou na periferia de Leiria ou nas freguesias limítrofes. A vocação periférica da indústria, nas palavras de Maria Madalena Allegro Magalhães (1988), repetia-se aqui. Às necessidades de uma população urbana em crescimento, juntava-se a procura de terrenos mais baratos e de mão-de-obra em abundância.

A duplicidade de actividades, que muitas vezes se verificava e que decorria da proximidade com a agricultura, tornava este operariado pouco exigente quanto a condições de trabalho, regalias e salários. Em contrapartida, tornava-se um benefício envenenado, porque não promovia a aquisição de novos saberes ou de especialização. Deste circuito saiu prejudicada a própria indústria.

Sob o ponto de vista intelectual e administrativo, a cidade de Leiria, capital de distrito, ocupava também o centro de um espaço alargado. As populações periféricas deslocavam-se aqui, obrigatoriamente, para procurarem os serviços estruturantes da vida política e administrativa do país.

A cidade pode assumir uma reputação de "ascensor social", trazendo uma valorização acrescida aos seus habitantes, pelo simples facto de nela residirem.

No entanto, a população citadina hierarquizava-se por movimentos de ascensão e decadência social, em função dos sucessos ou dos falhanços profissionais. Veja-se o exemplo que decorre da publicidade feita à volta de processos de falência de casas comerciais, cujos proprietários, rapidamente, caíam no esquecimento dos meios de comunicação social. Estes, mais precisamente os periódicos locais, acompanham as flutuações dos movimentos sociais registados na cidade. O convívio semanal que proporcionavam, com determinado cidadão, cessava a partir do momento em que se tornava público um qualquer desaire no campo económico. A ética estabelecida por uma sociabilidade urbana inibia o jornalista de tecer considerações valorativas, a propósito do acontecimento a que respeitavam as personalidades nele envolvidas. Mas a imprensa local, como criação de uma elite cultural, e mesmo económica, dava a imagem das flutuações sociais dos seus pares.

Algumas manifestações de solidariedade, cimentada através de relações de vizinhança, mantinham-se, apesar de tudo, no espaço citadino. As dimensões e a riqueza económica de Leiria afastavam-na, necessariamente, dos paradigmas das grandes cidades do final do século XIX, apontadas como espaços perfeitamente desumanizados, apesar do excesso de concentração humana<sup>31</sup>.

À imagem de outras cidades portuguesas, Leiria permitia permanências de sociabilidade rural: aquando da ocorrência de algum incêndio em residência ou estabelecimento de um rico comerciante, a população concentrava-se para ajudar a debelar o sinistro. Muitos foram os exemplos recolhidos, através de notícias de agradecimento à população, expressas na imprensa local.

<sup>31</sup> Cfr. *História Económica e Social ...* (dir. P. Léon), vol.IV, tomo II, p.328.





# O ENSINO NA REGIÃO DE LEIRIA (DA IDADE MÉDIA À CONTEMPORANEIDADE)

## A Evolução do Ensino em Portugal

A Educação, entendida em sentido lato, como a instrução ministrada num edifício próprio com programas e avaliações, nem sempre constituiu uma preocupação quer por parte dos governantes, quer por parte de uma população maioritariamente analfabeta. Esta não era constituída exclusivamente pelo grupo social menos privilegiado, ou seja, o povo. Pelo contrário, durante muitos séculos era uma característica comum partilhada pelo povo e pela privilegiada nobreza. Só o clero tinha acesso à instrução e ao domínio da escrita, uma vez que era necessária para a sua formação e para o bom desempenho das suas funções. Contudo, ao longo da Idade Média, este grupo privilegiado não esteve isento de críticas quanto à sua formação, por vezes considerada manifestamente insuficiente para o exercício de tão elevadas funções na sociedade, uma vez que eram os responsáveis pela vida espiritual e moral dos seus paroquianos.

As Escolas Monásticas, sitas nos conventos e mosteiros, revelavam-se insuficientes para a preparação do clero secular, uma vez que o seu principal objectivo era a formação do clero regular. Detectada a falha na formação do clero secular, a hierarquia da Igreja toma medidas para a colmatar. No III Concílio de Latrão, em 1179, determinou-se a instituição, nas catedrais, de um benefício destinado ao mestre, *Magister Scholæ*, que ensinaria gratuitamente com o objectivo de preparação para o sacerdócio<sup>1</sup>. Surgem, desta forma, as Escolas Episcopais, localizadas nas Sés das principais cidades do reino. Porém, apesar do seu aparecimento, a oferta de instrução continuava a não suprir as necessidades do reino, particularmente numa altura em que se perspectivavam grandes mudanças quer sócio-económicas, quer políticas. Com o reino pacificado, após a conquista definitiva do Algarve, urgia dotar o reino com uma administração eficaz. No entanto, não havia pessoal laico qualificado para suprir as necessidades administrativas.

De facto, até 1290 não havia em Portugal nenhuma instituição de ensino universitário. Assim, os estudantes portugueses que quisessem seguir estudos superiores tinham de frequentar as universidades que, entretanto, surgiam um pouco por toda a Europa Cristã. Contudo, estas deslocações, além de inseguras, comportavam pesados encargos financeiros. Logo, D. Dinis, juntamente com alguns clérigos portugueses, entre os quais o Abade do Mosteiro de Alcobaça, solicitou ao Papa, em 1288, a autorização para a fundação de um Estudo Geral em Portugal. A resposta tardava, pelo que o próprio rei tomou a iniciativa de criar um Estudo Geral em Lisboa, o que aconteceu em 1290. Portugal possuía agora uma instituição que procurava colmatar as necessidades de formação a nível de Cânones, de Leis e, posteriormente, de Medicina e Teologia, sendo que as Artes eram necessárias para o acesso às faculdades superiores.

O latim, a língua oficial da Igreja, era aquela em que se ministrava o ensino, sendo que as línguas nacionais só muito tardiamente entraram no currículo de estudos. O método de ensino assentava em textos sagrados que eram lidos e explicados segundo o método escolástico. O ensino era oral e não comportava provas escritas, não admitindo qualquer tipo de contestação – era um ensino dogmático. A par com o ensino universitário, continuava a existir o ensino ministrado nos mosteiros e nas Sés, com pouca abertura ao exterior.

As transformações económicas, sociais e culturais no período moderno, possibilitadas pela intensificação das relações mercantis, pela multiplicação dos cargos públicos e pela política de centralização do poder, suscitaram uma cada vez maior procura de “mestres de ler”, recrutados entre estudantes, bacharéis e clérigos<sup>2</sup>. A ascensão social de algumas camadas sociais populares apoiou-se na promoção cultural pela instrução, facilitada pela imprensa, cada vez mais necessária: a língua nacional ia, progressivamente, passando da oralidade à sua fixação escrita.

A aprendizagem já não se fazia apenas nos conventos, nas igrejas ou nas raras escolas paroquiais, mas também na corte, em casas nobres e burguesas, em aulas ministradas por professores particulares nas suas casas, ou arrendadas, constituindo aulas privadas, frequentadas maioritariamente pelo sexo masculino, enquanto que a instrução feminina se limitava, geralmente, às camadas superiores ou a quem ingressava na vida conventual<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Joaquim Ferreira Gomes, *História da Educação*, Coimbra, 1967.

<sup>2</sup> Rui Grácio, “Ensino Primário e Analfabetismo” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Direcção de Joel Serrão. Livraria Figueirinhas, Porto, s.d., pp. 392-397.

<sup>3</sup> *Idem*.

No século XVI, o aparecimento da Companhia de Jesus, cuja dedicação ao ensino constituiu uma das suas principais características, com os seus Colégios Inferiores e Superiores, além da sua Universidade em Évora, introduziu um novo método de ensino. Este assentava na revisão constante da matéria, na divisão das classes por idades, no estímulo da competição e vigilância constante dos alunos, assim como na introdução dos exercícios escritos. O seu lema, *aprender pouco mas bem era melhor que muito e superficialmente*, revelou-se extremamente eficaz, levando-os a dominar o ensino em Portugal até à sua expulsão, pelo Marquês de Pombal, em 1759.

Após a sua expulsão, o ensino das primeiras letras ficou desprovido de professores, pelo que o Marquês de Pombal procedeu a uma série de reformas com o objectivo de colmatar o lugar vago deixado pelos jesuítas. É com o Marquês de Pombal que surge a primeira preocupação oficial com a instrução do povo quando, em 1772, procede à primeira tentativa de organizar a educação primária, levando ao florescimento das primeiras letras, em finais do século XVIII. Surgem as denominadas Escolas de "Ler, Escrever e Contar", que se irão expandir durante a sua governação. Em 1779, eram cerca de 720 as escolas das primeiras letras existentes em Portugal. É durante o seu governo que se procede à criação, em todo o reino, de Escolas Régias e à Reforma da Universidade de Coimbra, dotando-a de infra-estruturas que possibilitassem um ensino mais prático, de acordo com as correntes pedagógicas e métodos de ensino europeus. A partir daí, o ensino passa a ser da responsabilidade do Estado, situação que se irá acentuar nos séculos seguintes embora, durante os reinados de D. Maria I e de D. João VI, se verificasse uma certa estagnação no fomento do ensino, fruto de vários condicionalismos<sup>4</sup>.

Com a implantação do liberalismo, a educação recebeu novo incentivo. Este garantia a educação para todos os cidadãos e a liberdade de ensino, sendo que a Carta Constitucional de 1826, determinava que o ensino era livre e um direito do cidadão. Assim, procurava-se fomentar o progresso educacional em vários domínios quer através de um efectivo aumento da rede escolar, quer através da preparação do professorado com a criação, em 1860, das Escolas Normais. Estas medidas e a sua concretização levaram a uma pequena redução do analfabetismo de 90%, em 1834, para 74,1%, em 1900.

Todavia, o ensino primário não era o grau de ensino privilegiado pelos liberais. Tendo como base de apoio a burguesia, cujo acesso às primeiras letras não apresentava dificuldades maiores, a preocupação liberal dirigiu-se para o Ensino Secundário, uma vez que era aquele que interessava ao grupo social que apoiava e alimentava o regime.

Assim, é com o Setembrismo, a partir de 1836, que se procede à Reforma do Ensino Secundário por Passos Manuel. Esta reforma foi muito progressiva, criando-se Liceus nas capitais de Distrito, com um plano de estudos que contemplava as Humanidades (História, Geografia e Literatura), as Línguas Vivas (Francês, Alemão e Inglês), as Ciências (Química, Física, Álgebra, Geometria e Ciências Naturais) e as Disciplinas Tradicionais (Línguas Clássicas, Retórica e Filosofia). Os governos seguintes fizeram algumas alterações no currículo do Ensino Secundário, embora a base fosse a reforma de Passos Manuel.

Outra novidade introduzida pelo regime liberal foi a criação, em Portugal, do Ensino Técnico, fruto da necessidade de dotar o país com técnicos especializados na indústria e no comércio. Embora tenha sido Passos Manuel a introduzir o Ensino Técnico em Portugal, com a criação do Laboratório de Artes e Ofícios, em Lisboa e no Porto, este desenvolveu-se particularmente a partir de 1850, já no período da Regeneração. Fontes Pereira de Melo, consciente da necessidade de formar técnicos especializados para a indústria, cujo desenvolvimento o seu governo fomentava, procedeu à criação de Escolas Industriais, em Lisboa e no Porto. Em 1880, Emídio Navarro cria as Escolas Comerciais que, nas décadas seguintes, se irão generalizar em Portugal.

Outra manifestação do interesse liberal pelo ensino é a criação do Ensino Superior, patente nas 8 escolas criadas em Lisboa e no Porto como, entre outras, a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto. O ensino universitário suscitou poucas preocupações ao regime liberal, que desconfiava da Universidade, considerando-a como o centro da tradição e reduto do absolutismo em Portugal. A alteração de maior relevo neste grau de ensino foi a fusão das Faculdades de Cânones e de Leis na Faculdade de Direito e a inclusão de algumas cadeiras novas em Ciências. No domínio do conhecimento, a Universidade foi relegada para um papel modesto, tornando-se numa escola de futuros administradores e governantes (burguesia e aristocracia).

O regime monárquico, moribundo a partir da última década do século XIX, era o alvo preferido do partido republicano e da sua propaganda que incidia sobre a necessidade de educar o povo para este, livre e conscientemente, escolher os seus governantes. Após a Revolução de 5 de Outubro de 1910, o novo regime tomou várias medidas no sentido da democratização da educação, agora da total responsabilidade do Estado. Procedia-se, deste modo, à total laicização do Estado e da educação.

<sup>4</sup> Entre esses condicionalismos destacam-se as Invasões Francesas e a turbulência política, social e económica que conduzirão à Revolução Liberal de 1820 e ao triunfo do liberalismo em 1834.



Os 16 anos do regime republicano foram marcados por inúmeras reformas e também por uma grande instabilidade governativa que impedia a total concretização das reformas propostas. Entre as medidas, então tomadas, destacamos a criação oficial do Ensino Infantil, para crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 7 anos<sup>5</sup>. Este ensino foi fomentado pelo aparecimento dos Jardins-Escola João de Deus, o primeiro em Coimbra, o segundo na Figueira da Foz e o terceiro em Alcobça, espalhando-se gradualmente por todo o país.

Em relação ao Ensino Primário, estabeleceu a escolaridade obrigatória de três anos, dividindo-o em três graus: elementar (3 anos), complementar (2 anos) e superior (3 anos). Em 1914, descentralizou-se a organização e a superintendência da Instrução Primária, que passa a ser da competência dos municípios mas, em 1919, o Decreto-Lei no 5787-A, de 10 de Maio, passa a administração escolar para a responsabilidade de Juntas Escolares, compostas por professores, vereadores, um inspector escolar e um secretário municipal das finanças. A escolaridade obrigatória é aumentada de 3 para 5 anos – o Ensino Primário Geral.

Abrangido pelas sucessivas reformas, o ensino secundário viu a sua rede escolar aumentar significativamente. O Decreto-Lei de 17 de Novembro de 1914 criou as secções femininas nos liceus, consolidando o princípio da coeducação. Em 1918, o Ensino Secundário é alvo de uma reforma completa, traduzindo-se por mais disciplinas e maior carga horária, reforma que se manteve até 1926<sup>6</sup>.

Embora o regime republicano tenha investido no fomento da educação, os resultados obtidos não foram tão significativos com seria de esperar pelos esforços realizados.

A queda do regime republicano, com o Golpe Militar de 1926 e a consequente ascensão de António de Oliveira Salazar ao poder, originou profundas mudanças na educação. Apesar da educação não ser a maior das preocupações do novo regime – Estado Novo -, esta não foi, contudo, descurada. Duas medidas balizam este processo que, “na sua aparente pequenez, elucidam a íntima solidariedade entre a instituição escolar e as dinâmicas sociais: a redução da escolaridade obrigatória para três anos (1930) e o alargamento da escolaridade

<sup>5</sup> António Nóvoa, “A «Educação Nacional»”, in *Nova História de Portugal*, vol. XII. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1992.

<sup>6</sup> *Idem*.



obrigatória de ambos os sexos para quatro anos (1960)<sup>7</sup>. Se numa primeira fase o objectivo era reduzir rapidamente o analfabetismo, atendendo às disponibilidades institucionais existentes, numa segunda fase contemplava-se já a procura social da educação, ao mesmo tempo que a rede escolar aumentara significativamente, abrangendo a maior parte do território. O sistema educativo contribuía para a interiorização de um modelo de sociedade e de cultura. A estabilidade do Estado Novo e das suas políticas educativas justifica-se por uma capacidade totalizante e de integração social<sup>8</sup>.

O novo regime, numa primeira fase, lançou um conjunto de legislação contra a escola republicana: compartimentação do ensino, com a separação dos sexos e dos grupos sociais, indo contra os princípios de coeducação e de escola única dos republicanos, o nivelamento por baixo das aprendizagens (redução da escolaridade obrigatória e dos conteúdos programáticos), a adequação da oferta institucional à procura social de educação, a imposição de uma administração centralista e autoritária do sistema educativo, através do controlo dos próprios docentes e reforço dos mecanismos de inspecção e, através de uma atitude de desprofissionalização do professorado, desvalorizando as suas bases profissionais e científicas ao consagrar a nomeação de regentes escolares<sup>9</sup>.

A segunda fase, de 1936 até ao pós-guerra, caracterizou-se pela tentativa de edificação de uma escola nacionalista, assente na forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral: a escola não tinha como objectivo a transmissão de conhecimentos mas de formação da consciência, segundo os padrões do Estado Novo, instituindo-se o *Livro Único*, o veículo perfeito para a transmissão da ideologia do Estado. Este nacionalismo impunha o primado da educação sobre a instrução.

Numa terceira fase, a partir de 1947, procedeu-se a uma reforma do Ensino Liceal e do Ensino Técnico, representando uma acomodação do sistema educativo às realidades sociais e económicas emergentes do pós-guerra. A prová-lo estão as medidas de aumento da escolaridade obrigatória que enquadram a política educativa nas necessidades económicas e de industrialização do país, com o objectivo de formar recursos humanos qualificados.

A administração do ensino, com uma forte tradição centralizadora e burocrática, apesar das tímidas tentativas do republicanismo de descentralizar o sistema educativo, foi reforçada pelo Estado Novo, que instaurou uma verdadeira ditadura administrativa na área do ensino.

Entre 1930 e 1960, a taxa de analfabetismo desceu de 61,8% para 30,3%<sup>10</sup>: afinal, a estratégia do Estado Novo para a alfabetização teve resultados positivos para o regime pois, além de diminuir a taxa de analfabetismo, inculcou simultaneamente os ideais nacionalistas desde tenra idade.

O ensino primário foi levado para junto das populações sem lhes despertar ou desencadear grandes expectativas sociais. Este grau de ensino estava à disposição de todos, assente em conteúdos programáticos mínimos e controlados. Em relação à escolaridade obrigatória, esta vai aumentando à medida que o Estado enfrenta novos desafios. Em 1930 era de três anos e, em 1964, foi alargado para 6 anos. Para abranger a totalidade do território, assegurando uma educação para todos, o Estado procedeu à construção de novos edifícios escolares, (inseridos nos Planos Centenários), levando o ensino às pequenas localidades. Em 1967, foi criado o Ensino Preparatório, expressando uma mudança significativa na política educativa vigente.

O incremento do ensino técnico no pós-guerra vai ao encontro dos projectos de industrialização existentes, preparando operários e técnicos conscientes do papel que

<sup>7</sup> António Naveira, *Ob. cit.*, p. 455.

<sup>8</sup> *Idem.*

<sup>9</sup> *Idem.*

<sup>10</sup> *Idem.*

desempenhavam na sociedade. Visavam maioritariamente a formação das classes intermédias, em particular das elites dirigentes locais, pelo que também este grau de ensino foi contemplado pelo regime.

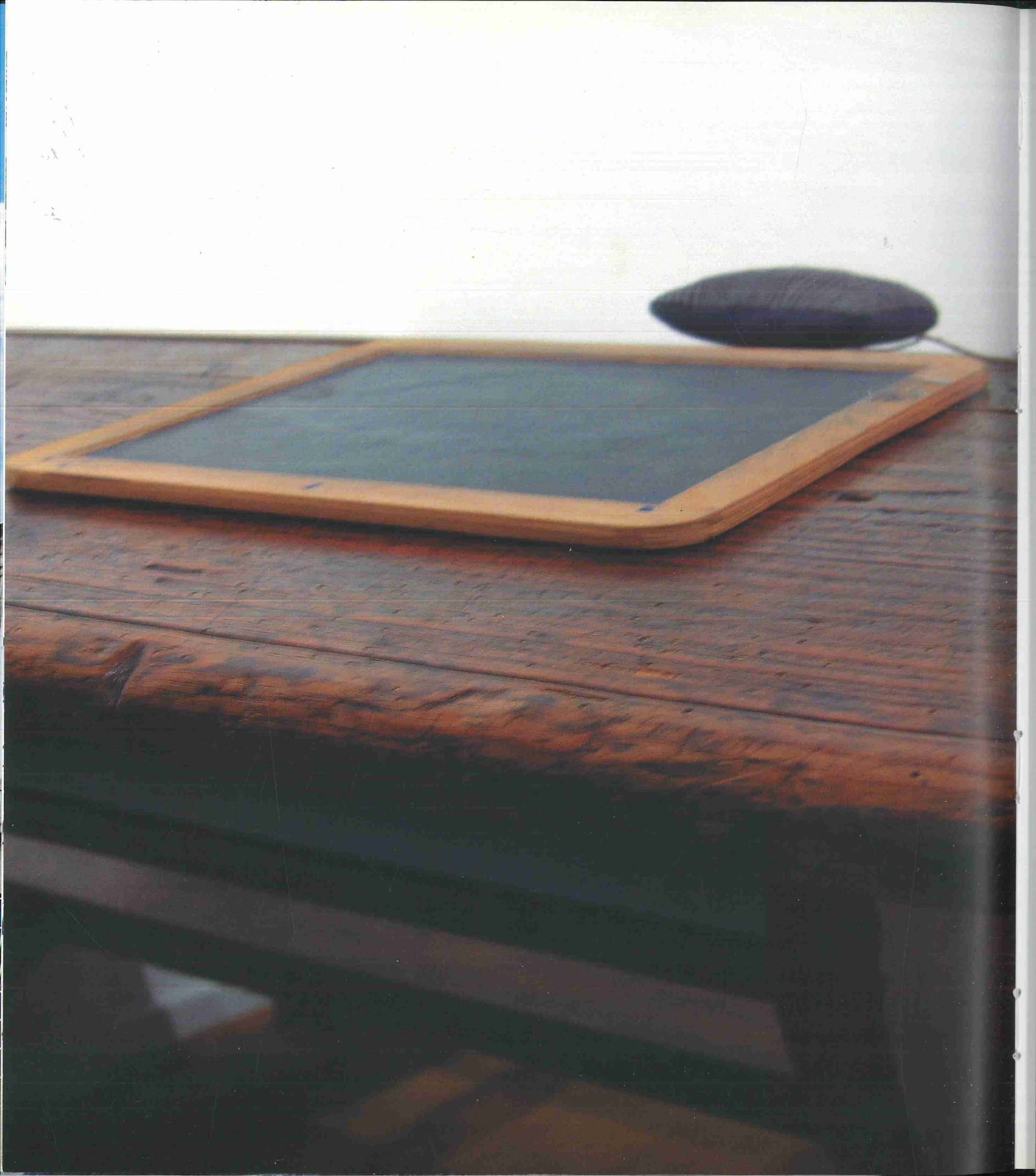
Em 1960, eram quatro as universidades que leccionavam o Ensino Universitário (duas em Lisboa, uma no Porto e outra em Coimbra) além de um conjunto de instituições que ministravam o ensino superior não universitário. A população universitária era muito reduzida não correspondendo às reais necessidades do país. De particular relevo é o facto da população feminina a frequentar o ensino superior revelar um crescimento que seria consolidado anos mais tarde. Em 1940, a taxa de feminização era de 18,9% e, em 1960, de 31,1%<sup>11</sup>, revelando um aumento significativo em 20 anos. O sistema de ensino superior revelava baixa produtividade, agravando alguns dos problemas já detectados e que teriam a sua expressão máxima nas movimentações estudantis que anunciavam a crise que se iria instalar na universidade na década de 1960.

A formação de professores sempre foi uma área sensível do sistema educativo. Mais do que um lugar da aquisição de técnicas e de conhecimentos, a formação de professores constituía um momento primordial na configuração da profissão docente. O Estado Novo procedeu a importantes reformulações no domínio da formação de professores, criando, em 1930, as Escolas do Magistério Primário, em substituição das Escolas Normais Primárias (de cariz republicano) e extinguindo as Escolas Normais Superiores, para, deste modo, derrubar todo o edifício montado pelo regime anterior.

Em 1936, são encerradas as Escolas do Magistério Primário, recentemente criadas, demonstrando o insucesso e a incapacidade para dominar esta área vital do sistema educativo. Em 1942, estas escolas são reabertas, tendo já exorcizado o fantasma republicano. O tempo para a formação de professores que era de 2 anos em 1930, passou para 3 semestres em 1942, quando essas escolas são reabertas. A nível científico e intelectual, as exigências também são cada vez menores. A nomeação de regentes escolares vai ao encontro dessa desqualificação da formação docente.



<sup>11</sup> António Nóvoa, *Ob. cit.*



Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a conseqüente democratização de um país que vivera quase 50 anos num regime de ditadura e opressão, também o ensino se libertou das amarras do regime salazarista. Nos últimos anos do regime, com Marcelo Caetano a presidir aos destinos de um país sedento de mudança, procuraram-se introduzir algumas mudanças no ensino, nomeadamente na Reforma do Ensino preconizada por Veiga Simão. Contudo, a Revolução dos Cravos gorou esses esforços.

A democracia trouxe consigo a liberdade de ensino, a laicização e a democratização. Nas escolas, regressou-se ao regime de coeducação, já tentado durante a Primeira República. As reformas no ensino sucederam-se até que, em 1986, é publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>12</sup> (LBSE), que estabelece o quadro geral do sistema educativo. Esta lei, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, constitui a base do sistema educativo português, em estreita conformidade com o disposto na Constituição da República Portuguesa.

Segundo o referido diploma, o “sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”<sup>13</sup>, desenvolvendo-se segundo um conjunto organizado de estruturas e acções variadas, cuja iniciativa e responsabilidade cabem a diferentes instituições e entidades públicas, privadas e cooperativas.

Definido fica também o âmbito do sistema educativo, que abrange a totalidade do território português, sendo que todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, como se encontra consagrado na Constituição da República. Ao Estado cabe a responsabilidade de promover a democratização do ensino e garantir o direito à igualdade de oportunidades quer no acesso, quer no sucesso escolares. Garante ainda a liberdade e a tolerância para com aqueles que tenham escolhas diferentes, assumindo-se ainda como laico<sup>14</sup>.



<sup>12</sup> Decreto-Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro.

<sup>13</sup> Decreto-Lei n.º 46/86, art. 1.º, n.º 2.

<sup>14</sup> Decreto-Lei n.º 46/86.



Atendendo às necessidades resultantes da realidade social, o sistema educativo visa promover o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, no respeito pelos valores democráticos. Estipulado fica também que este se orienta em função dos alunos, visando a sua preparação cognitiva, moral e cívica, para que estes assumam uma atitude reflexiva e crítica face à sociedade e possam, posteriormente, prestar o seu contributo como cidadãos activos para o progresso da sociedade.

O sistema educativo português compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. A primeira, a educação pré-escolar, é facultativa e complementar à acção educativa da família. A segunda, a educação escolar, compreende o ensino básico, secundário e superior. A terceira, a educação extra-escolar, comporta várias actividades como a alfabetização, o aperfeiçoamento e actualização cultural, podendo ser de natureza formal ou não formal. O Ensino Básico, universal, obrigatório e gratuito, tem a duração de 9 anos, englobando os 3 ciclos<sup>15</sup>, e termina aos 15 anos de idade<sup>16</sup>, assegurando uma formação e um desenvolvimento equilibrado a todos os indivíduos e fomentando uma consciência aberta e tolerante, dentro do espírito do humanismo universalista. Ao mesmo tempo, assegura às crianças, com necessidades educativas especiais, condições adequadas ao seu pleno desenvolvimento. O Ensino Secundário, acessível a todos aqueles que concluíram o ensino básico, tem a duração de três anos, contemplando diferentes áreas do saber, com vista à preparação quer para o ingresso no ensino superior, quer na preparação para a vida activa.

<sup>15</sup> O 1º Ciclo, de 4 anos, é, *grosso modo*, da responsabilidade de um único professor; o 2º Ciclo, de 2 anos, é organizado por áreas disciplinares com um professor por área; o 3º Ciclo, de 3 anos, tem um plano curricular unificado com um professor por disciplina.

<sup>16</sup> Decreto-Lei n.º 46/86, art. 6º.

## O Ensino em Leiria e na sua Região

A região de Leiria pugnou, desde os inícios da nacionalidade, por uma intensa actividade pedagógica, instruindo os seus habitantes. Era um ensino diferente, ministrado nos conventos e mosteiros, dos quais os Mosteiros de Alcobaça e de Santa Maria da Vitória são dois dos seus mais dilectos filhos.

A partir do século XII, a escola monástica de Alcobaça, a par com a de Santa Cruz de Coimbra, constituía um dos principais centros de ensino na região, proporcionando a instrução aos seus membros. O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, constituía outro importante centro de ensino na região, a par com o ensino ministrado um pouco por todos os conventos da região. Contudo, estas instituições estavam vocacionadas para o ensino dos seus, ou seja, para o ensino e preparação de futuros clérigos. Não podemos olvidar que, até à Reforma Pombalina do Ensino, este não era da responsabilidade do Estado, estando nas mãos da Igreja ou de professores particulares.

Com a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, o ensino, que durante dois séculos havia sido uma das suas principais actividades, fica desprovido de professores. Para suprir a sua falta, o Marquês de Pombal procede a uma Reforma dos Estudos Menores. Essa reforma inicia-se com a tentativa de colocação de professores de Gramática Latina em todas as cidades e vilas do reino. Decorridos cerca de 13 anos após o início da reforma, impunha-se um novo alento à reforma em curso. Com o objectivo de efectuar uma cobertura pedagógica mais eficaz, foram criados "837 postos de ensino, criaram-se 479 lugares de «mestres de ler, escrever e contar», 236 de professores de Gramática Latina, 38 de Língua Grega, 49 de Retórica e 35 de Filosofia. Todas as cidades e vilas ficavam a dispor, pelo menos, de um mestre de primeiras letras. As cabeças de Comarca e as povoações mais importantes viram-se também contempladas com o ensino da Gramática Latina"<sup>17</sup>.

A região em estudo beneficiou com a reforma de 1772. Leiria recebeu um professor de Língua Grega, um de Retórica e um de Filosofia, enquanto que as vilas de Alcobaça e Ourém receberam, cada uma, um professor de Retórica. Foram ainda distribuídos professores de Gramática Latina em Pombal, Ansião, Leiria, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Ourém, Batalha, Aljubarrota, Alcobaça, Caldas da Rainha, Peniche e Óbidos. Na Comarca de Leiria, Alfeizerão e Alvorninha receberam mestres das primeiras letras. A região da Estremadura tinha, segundo Joaquim Veríssimo Serrão<sup>18</sup>, 80 mestres de ler, escrever e contar.

Todavia, com o advento do liberalismo iniciou-se um período de instabilidade com repercussões no ensino. O triunfo do liberalismo e dos seus ideais, em 1834, criaram as condições para conduzir a um efectivo progresso no domínio da educação. Esse progresso foi bastante visível em Leiria que procurou manter no concelho o Ensino Primário Público.



<sup>17</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI, 2ª ed., Editorial Verbo, Lisboa, 1990, p. 257.

<sup>18</sup> *Idem*.

As primeiras movimentações para fomentar esse grau de ensino no concelho, durante o período liberal, datam de 18 de Junho de 1836, quando a Vereação apresentou à rainha, D. Maria II, uma queixa através da mesa da Directoria Geral dos Estudos, na qual afirmava que a mocidade da cidade se encontrava sem receber o ensino das primeiras letras por falta de professor<sup>19</sup>.

Em 1846, foi requerido à governante o estabelecimento na cidade de uma Escola de Ensino Mútuo Normal<sup>20</sup>. Nesse mesmo ano, o Governo Civil pediu à Câmara para esta gratificar um professor de instrução primária colocado na Caranguejeira, informando ainda que iriam ser criadas mais cadeiras de instrução primária nas freguesias do concelho, de forma a levar a instrução a mais habitantes. A Vereação recusou o pedido, alegando que o Município não tinha rendimentos para gratificar novos professores.

Alguns anos mais tarde, numa reunião em 1866, foi votada uma verba de 30.000 réis para a escola de adultos na cidade, tendo o Governo Civil dispensado duas salas, até aí ocupadas pela Secretaria do Governo Civil, para o seu funcionamento.

Ligado ao ensino nesta cidade ficará para sempre o nome de Joaquim Ferreira dos Santos, mais conhecido como o Conde de Ferreira, ilustre comerciante do Norte que, sem herdeiros directos, deixou por testamento um legado para a construção de 120 escolas primárias, para ambos os sexos, com casas para professores nas vilas sedes de concelho.

Leiria, embora cidade, também foi contemplada por este testamento, com a construção de uma escola primária situada em frente ao Hospital D. Manuel de Aguiar. A escola foi construída com o donativo de 1.200.000 réis do falecido Conde de Ferreira, que a Vereação aceitou em Outubro de 1866, ao qual a Câmara juntou 400.000 réis e o mobiliário. A sua construção foi adjudicada em Agosto de 1867, tendo as obras ficado concluídas em Dezembro do mesmo ano. A sua inauguração foi em Março de 1871 e, nos inícios do século XX, o edifício foi cedido aos CTT.

Entre Setembro de 1882 e Abril de 1888, além das escolas existentes na cidade, o concelho tinha ainda uma escola do sexo masculino na Caranguejeira, uma escola do Ensino Elementar e Complementar na sede de freguesia da Marinha, uma escola do sexo feminino nos Milagres e uma escola na freguesia dos Pousos. O ensino no concelho de Leiria desenvolveu-se com alguma rapidez: em 1856 existiam no concelho 10 escolas régias frequentadas por 407 alunos e uma escola particular frequentada por 23 alunos. Contudo, em 1882, o seu número tinha já aumentado para 31 escolas primárias, sendo que 7 eram para o sexo feminino<sup>21</sup>. Em 1853, eram 41 as escolas públicas primárias no distrito de Leiria, às quais se juntavam 11 escolas particulares, frequentadas por 3.476 indivíduos. Em 1873, existiam já 96 estabelecimentos para esse grau de ensino, sendo a relação de uma escola para cada 1.877 habitantes. Em 20 anos surgiram mais 55 novas escolas no distrito, significando um aumento de 134%<sup>22</sup>. Estas escolas eram frequentadas maioritariamente pelo sexo masculino. Em 1853 existiam 3 escolas para raparigas, em 1863 existiam 9 e, em 1873 eram já 13.

Relativamente ao analfabetismo, Leiria apresentava 86% de analfabetos, Caldas da Rainha 84%, Pedrógão Grande 85%, Pombal, o concelho mais populoso do distrito, 91,5%, Batalha e Porto de Mós 90%. Peniche, com 75%, apresentava-se mais distante da média distrital, de 86% e, abaixo da média nacional, de 79%<sup>23</sup>.

O poder concelhio desejava dar instrução ao povo. Em 1903, numa acta de reunião camarária deliberou-se a criação de cursos nocturnos de instrução primária em Leiria e na Marinha Grande. Em 1908, foi instalada na cidade a Liga de Instrução que requereu à Câmara, em 1909, a criação de um curso nocturno primário na cidade<sup>24</sup>.

Em 26 de Outubro de 1910, após a Implantação da República, a Câmara deliberou solicitar a criação de uma Escola Central Primária para os dois sexos (em regime de coeducação) e a cedência do edifício de Santo Estêvão para a sua instalação imediata. Este foi cedido à Câmara no ano seguinte, a título precário, para a instalação de uma escola de ensino primário e secundário. Em 16 de Outubro de 1912, o Colégio foi aí instalado, funcionando durante alguns anos, apesar de ter passado por algumas vicissitudes. Em 1930, foi reconhecida a utilidade dos cursos nocturnos, ao ser solicitada a sua permanência devido aos inúmeros benefícios que haviam trazido para a diminuição do analfabetismo na cidade.

Durante o período de vigência do Estado Novo multiplicaram-se as escolas primárias por todo o concelho e distrito de Leiria, construindo-se escolas quer nas sedes de freguesia, quer nas principais localidades dessas mesmas freguesias. Em 1972, após as reformas do Estado Novo, a rede escolar pública do concelho era constituída por 122 escolas, com várias salas. É visível o esforço financeiro do governo salazarista na sua criação<sup>25</sup>.

<sup>19</sup> João Cabral, *Anais do Município de Leiria*, vol. I, Edição da Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1993.

<sup>20</sup> *Idem*.

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> Alda Mourão Filipe, "Algumas reflexões sobre a implementação do Ensino Primário: Leiria na segunda metade do século XIX", in *Actas do II Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1995, pp. 247-254.

<sup>23</sup> *Idem*.

<sup>24</sup> João Cabral, *Ob. cit.*.

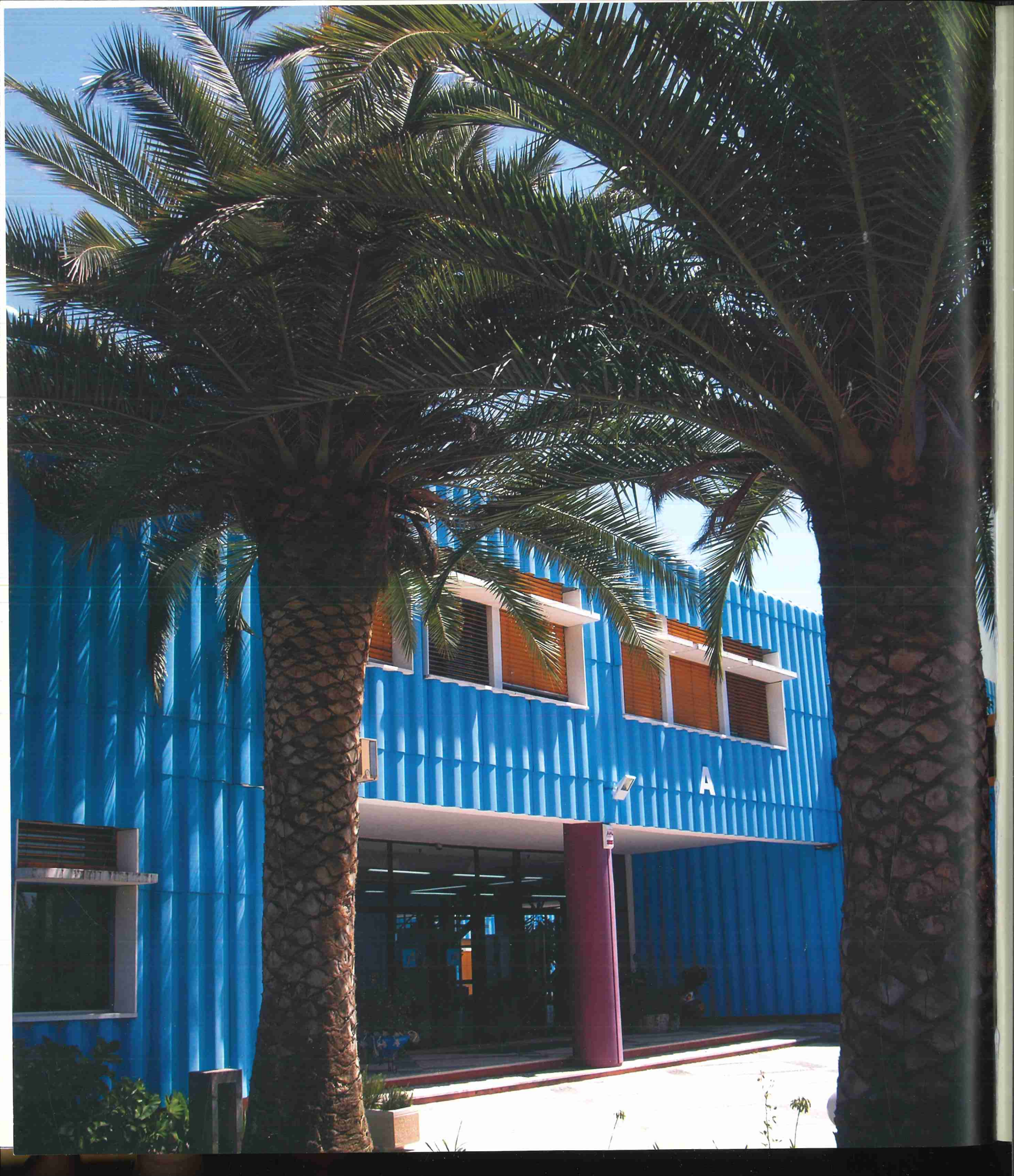
<sup>25</sup> *Idem*.



Relativamente ao ensino liceal, este foi criado em Leiria em Setembro de 1844, na sequência da reforma do ensino promovida pelo governo setembrista de Passos Manuel. Todavia, só em 1850 foram nomeados professores para as disciplinas de Filosofia Racional e Moral, Gramática Latina e Latinidade. Mais tarde, em 1858, foi solicitada a criação no Liceu Nacional da cidade, de uma cadeira de Princípios Físicos e Químicos e outra de Introdução à História Natural, o que foi aceite pela edilidade. Em 1866, o liceu da cidade foi considerado de primeira, categoria reservada a poucos. Com a progressiva degradação do edifício, a Câmara solicitou a construção de um novo edifício para o Liceu, o que aconteceu em 1965.

Leiria acompanhou as reformas no ensino e os desenvolvimentos económico e tecnológico. Assim, em Junho de 1888, foi criada a Escola de Desenho Industrial de Leiria, entrando em funcionamento dois anos depois. Em 1922, foi criada, por decreto, a Escola Industrial e Comercial Domingos Sequeira, anexa à Escola de Desenho Industrial.





## O ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

A criação do Ensino Superior teve a sua génese em 1973, com a publicação da Lei n.º 5/73, de 25 de Julho, integrada na denominada Reforma de Veiga Simão, que estabelecia que o Ensino Superior era assegurado por Universidades, Institutos Politécnicos, Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos semelhantes. Promovendo uma formação para o exercício de actividades profissionais, os cursos ministrados pelos Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores, com a duração de 3 anos, conferiam o grau de Bacharelato, tendo como objectivo facultar as condições necessárias para o exercício de determinadas actividades profissionais. Às universidades estava reservada a atribuição do grau de Licenciatura. Os Institutos Politécnicos, além da formação de técnicos qualificados, tinham também a finalidade de formar professores para o Ensino Secundário Unificado, diplomados com o grau de bacharelato, desde que este fosse, posteriormente, completado por um curso de licenciatura científico-pedagógica numa universidade.

As Escolas Normais Superiores formavam professores para o Ensino Preparatório, podendo ser frequentadas por diplomados com o Curso Complementar do Ensino Secundário ou com o curso do Magistério Primário e por alunos que tivessem concluído os dois primeiros anos nas Escolas de Educadores de Infância ou nas Escolas do Magistério Primário. As mudanças resultantes do 25 de Abril de 1974 tiveram como consequência o facto do Decreto-Lei n.º 5/73 nunca ter entrado em vigor, deixando um vazio que seria agravado, posteriormente, com a extinção do ensino técnico de nível médio.

Com a aplicação dos Decretos-Lei n.ºs 830/74, de 31 de Dezembro, 316/76, de 29 de Abril e 327/76, de 6 de Maio, desapareceu a formação de técnicos de nível médio, transformando o antigo ensino médio em ensino superior. Contudo, a lacuna deixada pela sua extinção não foi preenchida, deixando o país sem formação adequada de técnicos necessários para as actividades sócio-económicas. A reconversão não corrigiu as deficiências existentes, uma vez que apenas procedeu a uma transformação dos antigos planos de estudos, aproximando-o do ensino universitário pela sua formação teórica, embora com uma duração mais curta. Não houve o cuidado de estudar a relação entre as reais necessidades do país e a quantidade de diplomados a formar pelas escolas e institutos criados ao abrigo daqueles decretos-lei. O resultado foi um desequilíbrio, cujas repercussões sociais e económicas foram incalculáveis.

Era necessário criar escolas de ensino superior eminentemente prático, voltado para a formação de técnicos qualificados de nível superior intermédio, capazes de suprir as necessidades do país. Urgente era também a formação qualificada de Educadores de Infância e de Professores do Ensino Primário uma vez que numa sociedade livre e democrática, se exigiam novas funções aos educadores que as escolas existentes não poderiam satisfazer, apesar de se ter tentado efectuar uma modernização das mesmas, embora sem o sucesso desejado.

O alargamento da escolaridade mínima e as novas exigências, resultantes do desenvolvimento científico e social, obrigam a que seja ministrada uma educação superior. Assim, para colmatar essa lacuna é criado por Decreto-Lei, em 1977, o Ensino Superior de Curta Duração<sup>26</sup>, encontrando-se, desta forma, uma via para superar o desaparecimento dos cursos técnicos de nível médio. À sua criação presidiu o objectivo de proporcionar uma diversificação do Ensino Superior e satisfazer necessidades existentes em vários sectores sócio-económicos, através da formação de técnicos qualificados em áreas onde havia notória escassez como, por exemplo, na produção agrícola, pecuária e vegetal, na tecnologia industrial, na saúde e nos serviços, assim como na educação.

O mesmo decreto estabelecia que o Ensino Superior de Curta Duração seria ministrado em estabelecimentos de âmbito regional com a denominação de Escolas Superiores Técnicas<sup>27</sup> e Escolas Superiores de Educação<sup>28</sup>. Os institutos existentes, bem como as Escolas Normais de Educadores de Infância e as Escolas do Magistério Primário, seriam reconvertidos em Escolas Superiores. Esses cursos tinham uma duração compreendida entre os 4 e os 6 semestres, estabelecidos e estruturados em função das necessidades nacionais e regionais, visando colmatar a carência de técnicos qualificados, de educadores e de professores. Dotadas de uma forte componente prática, estas escolas visavam uma rápida inserção na vida profissional. As Escolas Superiores de Educação conferiam diplomas de técnicos especialistas, de Educador de Infância ou de Professor do Ensino Primário. Competia ainda a estas escolas

<sup>26</sup> Decreto-Lei n.º 427-B/77, de 14 de Outubro.

<sup>27</sup> As Escolas Superiores Técnicas tinham como finalidade ministrar um ensino predominantemente técnico, formando técnicos qualificados para a indústria, produção agrícola, pecuária e florestal, saúde e serviços, além de cursos de actualização para a valorização profissional.

<sup>28</sup> As Escolas Superiores de Educação tinham como objectivo formar Educadores de Infância e Professores do Ensino Primário, além de prestar apoio à formação em serviço desses mesmos profissionais.

organizar cursos de aperfeiçoamento e actualização, assim como desenvolver a investigação, com o objectivo de fomentar o desenvolvimento das actividades sócio-económicas existentes<sup>29</sup>.

Porém, estes cursos de curta duração estavam condenados a uma vigência muito curta: o Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro, coloca um fim à sua existência. Em seu lugar, surge a designação de Ensino Superior Politécnico, cujo objectivo era dotar o país de profissionais adequados às necessidades de desenvolvimento de que este carecia.

O Ensino Superior surge, desta forma, com uma dupla modalidade, em que o Ensino Superior Politécnico é dotado com uma tónica vincadamente profissionalizante e o Ensino Universitário com características mais conceptuais e teóricas, procurando traduzir uma diversificação no âmbito do Ensino Superior, de forma a que este se adapte à estrutura sócio-económica no qual se insere.

O referido diploma atribui ao Ensino Superior Politécnico a incumbência de “formar educadores de infância, professores dos ensinos primário e preparatório e técnicos qualificados nos domínios da tecnologia industrial, da produção agrícola, pecuária e florestal, da saúde e dos serviços, sendo essa formação conferida por escolas superiores de educação e escolas superiores técnicas, respectivamente”<sup>30</sup>, sendo que às Escolas Superiores de Educação competia ainda a formação em serviço e a actualização e reciclagem dos profissionais da educação. As Escolas Superiores de Educação poderiam ainda formar, além de professores primários, professores até ao 6º ano da escolaridade básica, possibilitando ainda a reconversão dos actuais professores. As Escolas Normais de Educadores de Infância e as Escolas do Magistério Primário seriam extintas, uma vez que as Escolas Superiores de Educação iriam ocupar o seu lugar nesse tipo de formação.

As Escolas Superiores de Educação seriam criadas por todo o território nacional, uma por capital de distrito<sup>31</sup>, de acordo com as necessidades deste tipo de profissionais na região. Além destas, seriam também criadas Escolas Superiores Técnicas distribuídas por todo o território, de acordo com as especificidades e necessidades de cada região. Estas escolas seriam agrupadas em Institutos Politécnicos<sup>32</sup>. É no seguimento deste diploma que é criada, em 1980, a Escola Superior de Educação de Leiria<sup>33</sup>. Contudo, o mesmo diploma não consagra a criação de um Instituto Politécnico em Leiria<sup>34</sup>.

Em 1985, o Decreto-Lei n.º 46/85, de 22 de Novembro, alerta para a necessidade de expansão do Ensino Superior Politécnico, nas suas vertentes de Tecnologia e Gestão. Assim, e em resposta às necessidades existentes são criadas Escolas Superiores de Gestão um pouco por todo o país. O mesmo diploma consagra ainda a existência de 14 Institutos Politécnicos em Portugal, entre os quais o Instituto Politécnico de Leiria.

Em 1986, a urgência do estabelecimento de um quadro de actividades das Escolas Superiores de Educação, cujo principal objectivo consistia na formação inicial de educadores e professores do Ensino Básico, leva o governo a legislar sobre a organização e funcionamento destes cursos<sup>35</sup>, que teriam a duração de 6 semestres, seguidos de um ano de indução.

Ainda no mesmo ano, a Portaria n.º 352, de 8 de Julho, estabelece o quadro genérico de actuação das Escolas Superiores de Educação no que concerne à formação inicial de educadores e professores. Estas poderiam ministrar cursos de formação inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Básico<sup>36</sup>. A estes cursos correspondia o grau de Bacharelato, para os dois primeiros e um diploma de Professor do Ensino Básico, na respectiva variante, para o último.

O Ensino Superior, como parte integrante do sistema educativo, também é contemplado pela Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>37</sup>. Pelo diploma, o Ensino Superior compreende o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico, visando formar diplomados em várias áreas do conhecimento, tornando-os aptos para ingressarem em actividades profissionais, participando activamente no desenvolvimento de Portugal. Este grau de ensino visa ainda, segundo a LBSE, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica com vista a um melhor conhecimento do meio envolvente e, simultaneamente, divulgar esse mesmo conhecimento.

<sup>29</sup> Dolores Escada Ladeira da Cruz, *Formar no Distrito de Leiria – Que Desenvolvimento?*, Edição da Autora, Leiria, 1995.

<sup>30</sup> Decreto-Lei, n.º 513-T/79, n.º 2.

<sup>31</sup> Os distritos de Aveiro, Braga e Évora não foram contemplados com novas escolas.

<sup>32</sup> O Decreto-Lei n.º 513-T/79 criou Institutos Politécnicos em Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal e Viseu.

<sup>33</sup> Decreto-Lei, n.º 513-T/79, art. 18.º.

<sup>34</sup> O Ensino Superior em Leiria será abordado num outro ponto do presente trabalho.

<sup>35</sup> Decreto-Lei, n.º 59/86, de 21 de Março.

<sup>36</sup> Os cursos de Professores do Ensino Básico contemplavam as variantes de: Português, História e Ciências Sociais, Português e Francês, Português e Inglês, Matemática e Ciências da Natureza, Educação Visual, Educação Musical, Educação Física e Trabalhos Manuais.

<sup>37</sup> Decreto-Lei n.º 46/86, art. 11.º.



É ainda estabelecida uma clara divisão entre ensino universitário e ensino politécnico. O primeiro “visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica”<sup>38</sup>, enquanto que o segundo “visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais”<sup>39</sup>.

Inicialmente, e segundo a LBSE<sup>40</sup>, o Ensino Politécnico apenas podia conferir o grau de Bacharelato. Para a obtenção do grau de Licenciatura teriam de prosseguir para os Estudos Superiores Especializados, que conferia esse grau, tendo como condição prévia a obtenção do grau de Bacharelato. Sendo assim, a atribuição de licenciaturas pelos Institutos Politécnicos seguia uma via sequencial de tipo bietápico. Contudo, o Decreto-Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, no qual constam as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo, refere que os Institutos Politécnicos, através das suas escolas, podem conferir o grau de Licenciatura. O Ensino Politécnico é realizado em escolas superiores especializadas em tecnologia, artes e educação, entre outros domínios.

A Lei n.º 54/90 de 5 de Outubro, que define o Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, e que revoga toda a legislação anterior relativamente ao Ensino Superior Politécnico, considera os Institutos Politécnicos como

<sup>38</sup> Decreto-Lei n.º 46/86, art. 11.º, n.º 3.

<sup>39</sup> Decreto-Lei n.º 46/86, art. 11.º, n.º 4.

<sup>40</sup> Decreto-Lei n.º 46/86, sem as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro.

instituições com duas ou mais escolas superiores, orientadas para a prossecução dos objectivos de Ensino Superior Politécnico numa região, numa acção concertada para a optimização dos recursos. O seu artigo 2.º define que as escolas superiores são centros de formação cultural e técnica de nível superiores, cabendo-lhes ministrar a preparação adequada para o exercício de actividades profissionais qualificadas, visando a promoção do desenvolvimento das regiões em que se inserem.

Às escolas superiores competia-lhes, entre outros, a realização de cursos conducentes à obtenção do grau de Bacharelato e do diploma de Estudos Superiores Especializados e a realização de cursos de pequena duração, mas creditáveis. Estas escolas são dotadas de personalidade jurídica, tendo autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira e têm como objectivos específicos a formação inicial, a formação recorrente e a actualização, o apoio ao desenvolvimento regional e, entre outros, a investigação<sup>41</sup>.



<sup>41</sup> Decreto-Lei n.º 46/86.

## O Ensino Superior Politécnico em Leiria

A génese do Ensino Superior Politécnico no distrito de Leiria remonta a 1979, com a criação da Escola Superior de Educação em Leiria<sup>42</sup>, tendo como finalidade a formação de professores e educadores de infância. No entanto, o decreto-lei não cria um Instituto Politécnico em Leiria, pelo que ao criar apenas a Escola Superior de Educação limita o ensino superior à formação de professores e educadores. Contudo, o distrito estava carenciado de profissionais e técnicos qualificados para fazer face ao crescente desenvolvimento económico e empresarial do distrito. Essa situação seria colmatada no ano seguinte, pelo Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto. É então criado o Instituto Politécnico de Leiria (IPL), cujas actividades se iniciam a 20 de Abril de 1987, com a tomada de posse da primeira Comissão Instaladora. Esta instituição visava, primeiramente, responder às necessidades regionais, estando em plena consonância com o espírito que presidiu à criação do Ensino Superior Politécnico. Hoje tem cerca de 10.000 alunos matriculados nas suas Escolas Superiores integradas: Escola Superior de Educação de Leiria (ESEL), Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG), Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha (ESAD), Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche (ESTM) e a Escola Superior de Saúde de Leiria. Nestas escolas são leccionados cerca de 40 cursos conferentes do grau de Bacharelato e de Licenciatura, cursos de especialização, cursos de complemento de formação e pós-graduação, conferentes ou não de grau. O IPL é uma instituição de Ensino Superior de âmbito nacional com uma forte influência na região em que se insere: região de Leiria, Oeste e Estremadura.

<sup>42</sup> Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro.



Em 1985, perante a necessidade de dotar o país de profissionais qualificados nas áreas da Tecnologia e da Gestão, são criadas pelo Decreto-Lei n.º 46/85, de 22 de Novembro, as Escolas Superiores de Tecnologia e Gestão um pouco por todo o país. É neste contexto que é criada a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG). Esta escola e a Escola Superior de Educação de Leiria serão as primeiras a integrar o Instituto Politécnico de Leiria. A actividade da ESTG iniciou-se no ano lectivo de 1989/90, sendo actualmente o maior estabelecimento de Ensino Superior em Leiria, frequentado por mais de 4.000 alunos, distribuídos por cerca de 14 cursos. Entre os cursos ministrados, distinguem-se as engenharias, procurando atender às necessidades do mercado de trabalho de uma região em permanente crescimento e evolução. Além dos cursos de engenharia, a ESTG tem cursos de formação inicial em áreas diversificadas como Comércio e Marketing, Contabilidade e Finanças, Gestão e Administração Pública, Gestão de Empresas e Solicitadoria.





Caldas da Rainha, uma cidade vocacionada para as artes, com um reconhecido património cultural e artístico em domínios como a pintura, a escultura e a cerâmica, acolheu uma escola feita à sua medida, quando foi aí criada a Escola Superior de Arte e Design<sup>43</sup>. As actividades iniciaram-se em 1990/91, com os primeiros cursos de Bacharelato nas áreas de Design Industrial, Design de Tecnologias para a Cerâmica e Artes Plásticas, pretendendo colmatar a falta de qualidade e competitividade, assim como a ausência de técnicos superiores qualificados que a indústria de cerâmica carecia, particularmente na área do Design e Artes. Em 1994, a sua designação era Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design. Contudo, em 2003, a sua designação foi novamente alterada para a designação actual – Escola Superior de Artes e Design (ESAD). Esta alteração permitiu ajustar a oferta a nível da formação, mantendo simultaneamente a fidelidade aos seus princípios e aos objectivos que presidiram à sua fundação. No ano de 2002/03, inaugurando uma nova etapa da sua vida, foram criados dois cursos, Som e Imagem e Animação Cultural, revelando a aposta do IPL no ensino artístico, respondendo à escassez de ofertas profissionais nesta área.

A Escola Superior de Tecnologia do Mar foi criada, em Peniche, em 1999/00. Escola de vocação científica, faz do mar a sua imagem e objecto privilegiado. Os cursos, então ministrados, eram Engenharia Naval e Industrial e Gestão Turística e Hoteleira. No ano seguinte a oferta foi alargada com os cursos de Biologia Marinha e Biotecnológica e Turismo e Mar e, em 2002/03, foi criado o curso de Engenharia Biológica e Alimentar. Pelo tipo de cursos que ministra, a ESTM apresenta uma relação estreita com o meio envolvente, estando atenta aos problemas locais, procurando participar na sua discussão e colaborar na sua resolução, apostando em contribuir para o desenvolvimento do meio onde está inserida.

A Escola Superior de Saúde de Leiria<sup>44</sup>, apesar de ter sido uma das primeiras escolas de Ensino Superior em Leiria foi a última a ser integrada no IPL. Criada em 1973, com a denominação de Escola Superior de Enfermagem de Leiria, funcionou durante anos em instalações provisórias, insuficientes para as suas necessidades; transferiu-se para novas instalações em 1993, mais condicentes com as necessidades da formação aí ministrada. Actualmente, oferece o curso de Licenciatura em Enfermagem, cursos de formação complementar para enfermeiros habilitados com o grau de Bacharelato, entre outros de formação especializada. A alteração do nome permitirá à escola alargar o âmbito da formação até agora leccionada.

<sup>43</sup> Decreto-Lei n.º 45/88, de 14 de Dezembro.

<sup>44</sup> Pela Portaria n.º 207/2005, de 22 de Fevereiro, a Escola Superior de Enfermagem de Leiria foi convertida em Escola Superior de Saúde de Leiria.

## A Escola Superior de Educação de Leiria

A 17 de Novembro de 1980, a Escola Superior de Educação (ESE), em Leiria, inicia as suas actividades com a tomada de posse da sua primeira Comissão Instaladora. As suas actividades lectivas iniciaram-se no ano de 1985/86, no domínio da formação em serviço de professores e, no ano seguinte, 1986/87, começa a formação inicial com os cursos de Professores do Ensino Básico e de Educadores de Infância.

Em 1987, a Escola Superior de Educação foi integrada no Instituto Politécnico de Leiria. Nesse mesmo ano, foi criado um pólo da Escola Superior de Educação nas Caldas da Rainha, entretanto desactivado.

Nascida em 1979, com a finalidade de formar professores e educadores, a ESEL oferece actualmente uma diversidade de cursos, ultrapassando em muito os objectivos iniciais a nível de formação. Além dos cursos de Educação de Infância e de Professores do Ensino Básico – 1.º Ciclo, a escola lecciona actualmente os cursos de Professores do Ensino Básico – 2.º Ciclo<sup>45</sup>, de Relações Humanas e Comunicação no Trabalho, Turismo, Comunicação Social e Educação Multimédia, Serviço Social e Educação Social e Desenvolvimento Comunitário. Porém, a acção da ESEL vai além da formação inicial. Quando a ideia de formação contínua e da sua necessidade se impôs definitivamente na sociedade, a ESEL apostou e continua a apostar, em cursos de Complemento de Formação e de Qualificação, para profissionais já em actividade, com o objectivo de uma constante actualização científica e pedagógica. Além destes, confere ainda cursos de especialização em áreas relativas à educação, cursos de pós-graduação e mestrados em parceria com instituições de ensino universitário.

Embora a ESEL tenha alunos de todo o país, podemos observar no Gráfico 1, que é procurada maioritariamente por alunos provenientes do distrito de Leiria, demonstrando a larga influência que quer a ESEL, quer o Instituto Politécnico de Leiria têm na formação dos jovens da região e para a região.

Entre os alunos provenientes do distrito de Leiria, a grande maioria provém do concelho de Leiria, como podemos observar no Gráfico 2<sup>46</sup>.

No Gráfico 3, podemos observar a evolução dos alunos matriculados na ESEL entre os anos lectivos de 1999/00 e 2003/2004<sup>47</sup>. O crescimento que se verifica resulta da criação de novos cursos, nomeadamente de Comunicação Social e Educação Multimédia e de Serviço Social, uma vez que o curso de Professores do Ensino Básico – 2.º Ciclo tem vindo a perder alunos nos últimos anos.

Dos alunos que se matricularam na ESEL, deparamo-nos com uma forte ascendência do sexo feminino em relação ao sexo masculino<sup>48</sup>, como podemos observar no Gráfico 4. De facto, apenas no Curso de Professores do Ensino Básico – 2.º Ciclo, variante de Educação Física, se verifica um maior peso do sexo masculino, enquanto que na variante de Educação Musical existe uma tendência para uma maior aproximação dos dois sexos.

Entre os anos lectivos de 1998/99 e 2002/2003, concluíram o curso 1.104 alunos. Como podemos observar no Gráfico 5, existe um maior número de alunos a concluírem os cursos a partir de 2000/01, devendo-se tal situação ao facto de terem sido formados os primeiros alunos de alguns cursos, como é o caso do curso de Turismo.

<sup>45</sup> O curso de Professores do Ensino Básico – 2.º Ciclo tem as variantes de Educação Musical, Educação Visual e Tecnológica, Educação Física, Português/Inglês e Matemática/Ciências da Natureza, embora algumas destas variantes tenham, entretanto, sido encerradas.

<sup>46</sup> Incluímos também nesta análise os alunos provenientes do concelho de Ourém que, embora não pertença ao distrito de Leiria, faz parte da zona de influência do IPL.

<sup>47</sup> Os dados recolhidos reportam-se até ao *terminus* do ano lectivo de 2003/04, pelo que não incluem o curso de Educação Social e Desenvolvimento Comunitário, recentemente criado.

<sup>48</sup> Situação que traduz, *grosso modo*, a realidade do Ensino Superior.

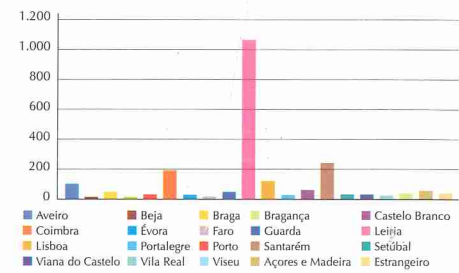


Gráfico 1 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ALUNOS DA ESEL

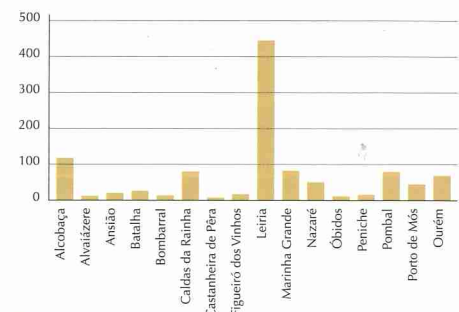


Gráfico 2 - ALUNOS PROVENIENTES DO DISTRITO DE LEIRIA

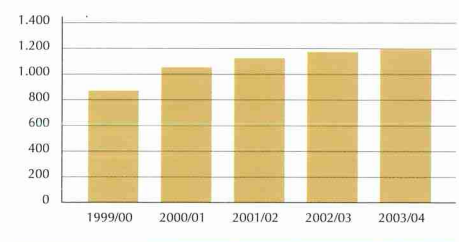


Gráfico 3 - ALUNOS MATRICULADOS NA ESEL entre os anos lectivos de 1999/00 e 2003/04

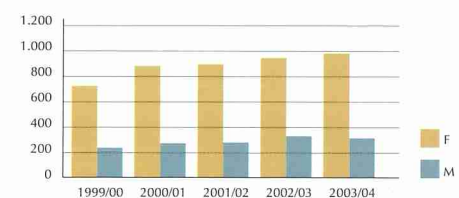


Gráfico 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DA ESEL POR SEXO

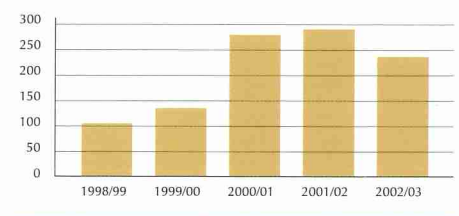


Gráfico 5 - CONCLUSÃO DE CURSOS NA ESEL (1998-2003)

Fonte - Serviços Académicos da Escola Superior de Educação de Leiria



## EM CONCLUSÃO ...

Sentimos que o percurso feito pela região de Leiria nos conduz a algumas reflexões finais que aparentam uma leitura demasiado óbvia de relações de causa-efeito. A interdisciplinaridade em que nos movemos, proporcionou um cruzamento de informação e de análise que nos foi levantando toda uma série de questões, mais do que certezas. A realidade social, pela sua complexidade, transmite exactamente esta "inquietação" por saber mais, pela tomada de consciência que estamos perante um caminho parcialmente trilhado.

A situação geográfica da região de Leiria, cedo se transformou num espaço estratégico que participou na construção do Estado português. As condições naturais que revelava cativaram e fixaram populações que, depois dos tempos conturbados pela guerra, se instalaram e usufruíram do que a Terra lhes colocava à disposição. Face às riquezas naturais, as ordens religiosas instalaram-se. Aí tornaram a Terra produtiva e fixaram Homens. Participaram no desenvolvimento socioeconómico de uma grande área da região. O tempo avançou a história do País foi-se construindo. A região também foi palco de grandes decisões na construção do Estado moderno.

Definitivamente a História vai torná-la presente na vida económica do país, quando se torna um espaço de investimento na nova concepção industrializante, que passa a ser praticada pelo Marquês de Pombal. Principalmente a Marinha Grande iniciava uma tradição que veio até aos nossos dias. As iniciativas, assumidas a título régio ou mesmo particulares, de maior ou menor dimensão, deixaram saberes e vontades que moldaram gerações. Mas estávamos na segunda metade do século XVIII e a situação do país e da Europa iriam ditar uma paragem em todo este projecto de inovação.

O século XIX nasceu pouco auspicioso para a região, situando-se em 1811 o primeiro período de grandes dificuldades, em virtude do estado de devastação em que as tropas francesas a haviam deixado. Todo um conjunto de esforços foi localmente desenvolvido, num cenário de instabilidade política, que se viverá, pelo menos até 1836. Sem capitais avultados, a economia ia-se organizando, com pouca inovação, mas com alguma determinação. Parafrazeando Damião Peres, historiador que lançou um olhar negativo sobre a globalidade económica do país na segunda metade do século XIX e primeiros anos do seguinte, entendemos que, na região de Leiria, "o progresso económico, embora lento, foi visível".

A entrada no século XX registou, de forma definitiva, a mudança que, aqui, se vinha a preparar desde a década de 1870, no sector industrial. A madeira teve um papel deveras importante no processo de industrialização desta área económica. A lenha recolhida no Pinhal de Leiria já jogara um papel importante na escolha da Marinha Grande para localização das primeiras unidades fabris do ramo vidreiro. Justificou a fundação de indústrias importantes, como matéria-prima. Como energia, era acessível pela proximidade e até pelo preço. Foi a base negocial do Estado sobre a Real Fábrica de Vidros e contribuiu para criar e manter a grande maioria das fábricas e oficinas locais.

Paralelamente, formava-se um operariado condicionado pela dimensão das próprias iniciativas. Marinha Grande e Alcobaça, através do ramo vidreiro e do têxtil, lideravam esta realidade. A sua intervenção era tão tímida e discreta que, para além da sua contabilização pelas estatísticas oficiais, só manifestavam existir quando atravessavam períodos de grande dificuldade. Sempre tivemos consciência da sua presença, mas a aproximação raramente foi proporcionada. As fortes ligações ao mundo agrícola, a pluriactividade, os obstáculos que foram impedindo uma sistemática divisão do trabalho, as reminiscências corporativas que se mantinham como base hierarquizante

da mão-de-obra justificavam a lenta alteração da organização do mundo laboral. Apesar de toda esta constatação, o seu número aumentou, acompanhando o crescendo verificado na criação de unidades produtivas. Não deixou, portanto, de se transformar num outro indicador do crescimento industrial desta região.

Partindo de carências estruturais, similares às que se sentiam por todo o país, a economia leiriense foi encontrando a sua própria configuração de reagir e superar o que a tradição mantinha e as mentalidades prolongavam. Fê-lo com sucesso evidente, como hoje é fácil de constatar. Tal como o resto do país, procedeu de forma morosa, chegando a resultados positivos, mas atrasados no tempo. Capitais e infraestruturas chegaram depois do momento mais desejável, para permitir que fosse dado um salto de maior qualidade e evidência. Não foi dado na região leiriense, como não foi dado no espaço nacional

A industrialização na região de Leiria foi um processo lento, no qual não se registaram rupturas drásticas com o passado. Mas não foi fenómeno estático, apresentando um dinamismo controlado, segundo os anos e os espaços, relativamente à introdução de novos ramos e de alguma tecnologia, à criação de concentrações geográficas e demográficas, à procura de estratégias financeiras para aquisição de capital, à selecção dos mais capazes para a liderança empresarial

A linguagem dos mapas confrontou-nos com a legibilidade duma realidade que nem sempre obedeceu a critérios conducentes ao encontro das vizinhanças sentidas pelas populações, no seu dia a dia. A diversidade da origem e da tomada de decisões estão perfeitamente cartografadas no espaço considerado. O preocupante envelhecimento da população do interior do distrito de Leiria, acompanhado pela inevitável desertificação, coloca-nos face a cenários que, ao longo dos tempos, conheceram outros ritmos, outras formas de o Homem se relacionar com a Terra. A decadência do sector primário não foi acompanhada por iniciativas de substituição, que pudessem motivar e fixar as novas gerações.

As conjunturas económicas, das últimas décadas do século XX, acabaram por enraizar a necessidade de partir. Partir para o estrangeiro, partir para a cidade, mas partir. Ao mesmo tempo, a crise vivida pela actividade industrial que, em momentos diferentes se acentuou em um ou em outro sector, acabou por permitir a quantificação dos que ficavam sem emprego.

Simultaneamente, a região valorizava-se também pela criação de estruturas educativas, compatíveis com a crescente necessidade de qualificação de quadros para os diferentes sectores da economia. A resposta encontrada, decorrente dos interesses da própria região e conducente a uma formação de nível superior, foi a criação do Instituto Politécnico. Com alguma agilidade, foi-se assistindo à instalação de instituições de formação adequadas às expectativas das camadas mais jovens.

As metamorfoses socioeconómicas que se verificaram nesta região de Leiria estiveram sujeitas ao mesmo ritmo do todo nacional, como sabemos. Ficou-nos o conhecimento próximo das carências decorrentes da interioridade, de que ressaltam as acessibilidades. O desenho das vias rodoviárias, onde sobressaem a A1 e a A8, permitem compreender melhor o sentido de evolução que Terra e Homem ajudaram a construir na faixa mais litoral.

Como nota final, concluímos que hoje estamos mais convictos de que este foi um pequeno contributo para o conhecimento da região. Muito mais há para investigar, muita curiosidade ficou por saciar.

# FONTES E BIBLIOGRAFIA

## Capítulo I:

**GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne** – *O numeramento de 1527-1532 - tratamento cartográfico*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, n.º 9, 121 p, 1986.

**IGP (2002/2003)** – *Carta de Portugal Continental*, Lisboa: Instituto Geográfico Português, esc. 1/500.000.

**INE (1950)** – *IX Recenseamento Geral da População*, Tomo I, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1952.

**INE (1960)** – *X Recenseamento Geral da População*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

**INE (1964)** – *X Recenseamento Geral da População*, Tomo I, Vol. 1.º – *Prédios e Fogos; População – Dados Retrospectivos (Distritos, Concelhos e Freguesias)*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

**INE (1970a)** – *XI Recenseamento Geral da População; I Recenseamento Geral da Habitação*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

**INE (1970b)** – *População Residente, com actividade económica, a exercer uma profissão, segundo a situação na profissão, por sector de actividade*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (dados não publicados).

**INE (1981)** – *XII Recenseamento Geral da População; II Recenseamento Geral da Habitação*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

**INE (1991)** – *Censos 1991: XIII Recenseamento Geral da População; III Recenseamento Geral da Habitação*, Resultados definitivos, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

**INE (2002a)** – *Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População; IV Recenseamento Geral da Habitação – Resultados definitivos – Portugal*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

**INE (2002b)** – *Estatísticas Demográficas 2001*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

**INE (2004)** – *Infoline*, [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

## Capítulo II:

*Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1989.

*Actas do Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1991.

**CABRAL, João**, *Anais do Município de Leiria*, 3 vols, 2ª ed., Edição da Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1993.

**GOMES, Saul António**, “Sobre a fundação undecentista de Leiria”, in *Actas do Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1991.

**GOMES, Saul António**, “A organização do espaço urbano numa cidade extremeana: Leiria Medieval”, in *A cidade, Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas II*, Universidade Aberta, Lisboa, 1993.

**GOMES, Saul António**, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1995.

*III Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1999.

**MACEDO, Jorge Borges de**, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, 2ª ed., Ed. Moraes, Lisboa, 1982.

**MARGARIDO, Ana Paula**, *Leiria, História e morfologia urbana*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1988.

**MARQUES, A. H. de Oliveira**, *História de Portugal*, 3 vols, Palas Editores, Lisboa, 1981.

**MATTOSO, José (Dir.)**, *História de Portugal*, 8 vols, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

**RIBEIRO, Orlando**, “A formação de Portugal”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, direcção de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1992.

**SERRÃO, Joaquim Veríssimo**, *História de Portugal*, vol. I a VI, 2ª ed., Editorial Verbo, Lisboa, 1990.

**SERRÃO, Joel (Dir.)**, *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1992.

## Capítulo III:

### A. Fontes Manuscritas

#### Arquivo da Câmara Municipal de Leiria

Pedidos de licença para abertura de estabelecimentos comerciais (1868-1872).

#### Arquivo Histórico do Banco de Portugal

Relatórios, balanços e desenvolvimentos da Agência do Banco de Portugal em Leiria (anos de 1893-1914). Correspondência recebida da Agência de Leiria (1899-1914).

#### Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Correspondência recebida com mapas de fábricas existentes (1845-1846).

Mappas com a relação das fabricas do Distrito de Leiria, ate ao primeiro de Janeiro de 1837.

#### Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria

Livros notariais (Notariados de: Leiria, Alcobaca, Porto de Mós, Batalha, Nazaré, Pombal, Lourical). Anos de 1836-1914.

#### Registo Comercial de Leiria

Registo Comercial e Industrial de Leiria: registo de sociedades (1897-1914).

#### B. Fontes impressas

*Boletim do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria*, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, 1857-1914.

*Boletim do Trabalho Industrial*, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906-1914.

*Codigos de posturas*, Camara Municipal de Leiria, anos de 1872, 1883, 1891, 1903.

*Iniciativas de apoio ao desenvolvimento na região centro. Contributo para a definição de estratégias locais*, C.C.R.C., Coimbra, 1990.

*Inquerito Industrial de 1881*, 3 Partes, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881-1882.

*Inquerito Industrial de 1890*, 5 volumes, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

*Inquerito Industrial de 1865. Actas das sessões da Comissão de Inquerito, constituída por decisão da Comissão do Conselho Geral das Alfandegas, encarregada de estudar a Exposição Internacional aberta na cidade do Porto, em 18 de Setembro de 1865*, Lisboa, 1865.

*Linhas ferreas complementares da região da Extremadura. Petição apresentada ao Ex.mo Ministro do Fomento, pela Comissão de Melhoramentos da cidade de Leiria*, 1911.

*Posturas do Município de Leiria*. Anos de 1883 a 1915.

*Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal*, anos de 1894 a 1914.

#### C. Bibliografia

*Actas do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*, 23-26 de Setembro de 1943, Lisboa, 1944.

**BARBOSA, Pedro G.** *Povoamento e estrutura agrícola na Extremadura Central*, col. “História Medieval”, n.º 6, I.N.I.C., Lisboa, 1992.

**BARJOT D., P. JOBERT et al.** *Les Patrons du Second Empire*, 3 volumes, C.N.R.S., Picard Éditeur, Éditions Cenomane, Le Mans, 1991.

**BAROSA, Joaquim** - *Memórias da Marinha Grande*, Impr. Comercial, Leiria, 1912.

**BERNARDES, Joaquim O. Silva** - *Leiria no século XIX - aspectos económicos*, Ed. Assembleia Distrital, Leiria, 1981.

**CHICHORRO, José A. Bacelar** - *Memoria Economico Politica da Provincia da Extremadura. Traçada sobre as Instruções regias de 17 de janeiro de 1793*, publicada por Moses Bensabat Amzalak, Lisboa, 1943.

**COLAÇO, Gregório de Magalhães** - *Informações para a Estatística Industrial dos Distritos de Leiria e Funchal*, Repartição de Pesos e Medidas, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862.

**FILIFE, Alda Mourão** – *A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria, 1836-1914*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.

**FILIFE, Alda Mourão** – *A Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande*. Uma fase da sua história: 1896-1907, col. “Estudos e Documentos”, n.º 14, Museu Santos Barosa, Marinha Grande, 1999.

**FILIFE, Alda Mourão** – “A construção de uma elite local na segunda metade do século XIX: o percurso da família Leitão, em Leiria”, *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 8, Universidade Católica Portuguesa, Pólo de Viseu, 1999, p.115-138.

**FILIFE, Alda Mourão; SERRÃO, I. Costa** – “A publicidade na imprensa local: imagens de um quotidiano”, *Historia Contemporânea y Nuevas Fuentes, Universidad de Alicante*, 1995, p.173-188.

**GOMES, Saul A.** – “A industrialização da Alta Estremadura no final do Antigo Regime-Breves notas de investigação”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXII, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997/1998, p.225-241.

*Leiria Ilustrada* (Leiria: 1905-1916)

*Leiriense* (O) (Leiria: 1854-1867; 1898-1899; 1904; 1907-1915)

**LOPES, Pedro Inácio** - *Projecto de caminho de ferro entre a Ponte de Sant’Anna e o Porto de S. Martinho*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1875.

**MACEDO, D. António C. Sousa** - *Estatística do Distrito Administrativo de Leiria*, Tip. Leiriense, Leiria, 1855.

**MENDES, J. M. Amado** – “Sucesso e inovação no mundo empresarial. Perspectiva histórica”, *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 4, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras, Pólo de Viseu, 1995, p.41-57.

**PEDREIRA, J. Miguel** – *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, col. “Memória e Sociedade”, Difel, Lisboa, 1994.

**PINTO, António Arala** - *O Pinhal do Rei. Subsídios*, 3 volumes, Alcobaca, 1939.

*Portomozense* (O) (Porto de Mós: 1899; 1904-1905)

**REIS, Jaime** - *O Banco de Portugal. Das origens a 1914*, 1 Vol., Banco de Portugal, Lisboa, 1996.

**SALGUEIRO, Teresa Barata** – *Do comércio à distribuição: roteiro de uma mudança*, Celta Editora, Oeiras, 1996.

**TELO, António J.** – “A busca frustrada do desenvolvimento”, in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, Publicações Alfa, 1990, vol.III, p.123-170.

## Capítulo IV:

**GOMES, Joaquim Ferreira**, *História da Educação*, Coimbra, 1967.

**GRÁCIO, Rui Grácio**, “Ensino Primário e Analfabetismo” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Direcção de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, s.d., pp. 392-397.

**NÓVOA, António**, “A «Educação Nacional»”, in *Nova História de Portugal*, vol. XII, Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1992.

**SERRÃO, Joaquim Veríssimo**, *História de Portugal*, vol. I a VI, 2ª ed., Editorial Verbo, Lisboa, 1990

**CABRAL, João**, *Anais do Município de Leiria*, vol. I, Edição da Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1993.

**FILIFE, Alda Mourão**, “Algumas reflexões sobre a implementação do Ensino primário: Leiria na segunda metade do século XIX”, in *Actas do II Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1995., pp.247-254.

**CRUZ, Dores Escada Ladeira da**, *Formar no Distrito de Leiria – Que Desenvolvimento?*, Edição da Autora, Leiria, 1995.

**RIBEIRO, Orlando**, “A formação de Portugal”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, direcção de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1992.

**MATTOSO, José (Dir.)**, *História de Portugal*, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

**GOMES, Saúl António**, “Sobre a fundação undecentista de Leiria”, in *Actas do Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1991.

**MARGARIDO, Ana Paula**, *Leiria, História e morfologia urbana*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1988.

**MACEDO, Jorge Borges de**, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, 2ª ed., Ed. Moraes, Lisboa, 1982.

## ÍNDICE DAS FIGURAS

- Fig. 1 – A região de Leiria no contexto nacional  
 Fig. 2 – Região de Leiria: divisão administrativa (concelhos)  
 Fig. 3 – Região de Leiria: divisão administrativa (concelhos e freguesias)  
 Fig. 4 – Região de Leiria: principais acessibilidades  
 Fig. 5 – Região de Leiria: antigas províncias  
 Fig. 6 – Região de Leiria: associação de municípios  
 Fig. 7 – Região de Leiria: divisão turística  
 Fig. 8 – Região de Leiria: divisão em dióceses  
 Fig. 9 – Região de Leiria: divisão estatística  
 Fig. 10 – Região de Leiria: divisão educativa  
 Fig. 11 – Região de Leiria: divisão de saúde  
 Fig. 12 – Região de Leiria: divisão judicial  
 Fig. 13 – Região de Leiria: divisão da GNR e PSP  
 Fig. 14 – Região de Leiria: nova divisão administrativa (2004)  
 Fig. 15 – Evolução da população da região de Leiria de 1864 a 2001  
 Fig. 16 – Evolução da população da região de Leiria (1527- 2001)  
 Fig. 17 – Evolução da população da região de Leiria de 1864 a 2001, por concelhos  
 Fig. 18 – Densidade populacional da região de Leiria, por concelhos (1864)  
 Fig. 19 – Densidade populacional da região de Leiria, por concelhos (1930)  
 Fig. 20 – Densidade populacional da região de Leiria, por concelhos (2001)  
 Fig. 21 – Taxas de natalidade e de mortalidade dos concelhos que compõem a região de Leiria (em permilagem) – 2001  
 Fig. 22 – Taxas de natalidade e de mortalidade dos concelhos que compõem a região de Leiria (2001)  
 Fig. 23 – Pirâmide etária da população da região de Leiria (1991-2001)  
 Fig. 24 – Pirâmides etárias da região de Leiria, por concelho (1991-2001)  
 Fig. 25 – População activa da região de Leiria, por sector de actividade (1950)  
 Fig. 26 – População activa da região de Leiria, por sector de actividade (1960)  
 Fig. 27 – População activa da região de Leiria, por sector de actividade (1970)  
 Fig. 28 – População activa da região de Leiria, por sector de actividade (1981)  
 Fig. 29 – População activa da região de Leiria, por sector de actividade (1991)  
 Fig. 30 – População activa da região de Leiria, por sector de actividade (2001)  
 Fig. 31 – População activa da região de Leiria, por concelho e sector de actividade (1950)  
 Fig. 32 – População activa da região de Leiria, por concelho e sector de actividade (1960)  
 Fig. 33 – População activa da região de Leiria, por concelho e sector de actividade (1970)  
 Fig. 34 – População activa da região de Leiria, por concelho e sector de actividade (1981)  
 Fig. 35 – População activa da região de Leiria, por concelho e sector de actividade (1991)  
 Fig. 36 – População activa da região de Leiria, por concelho e sector de actividade (2001)  
 Fig. 37 – Evolução da estrutura da população activa da região de Leiria, por concelho (1950-2001)

## ÍNDICE DAS IMAGENS

- Pág. 1 – Pinhal de Leiria  
 Págs. 4/5 – Mosteiro da Batalha  
 Pág. 8 – Leiria, Castelo (pormenor de porta)  
 Pág. 11 – Batalha, pormenor do Mosteiro  
 Pág. 12/13 – Leiria, Praça Rodrigues Lobo  
 Pág. 14 – Mosteiro da Batalha, Claustro  
 Pág. 17 – Marinha Grande, pormenor de linha férrea Estação de caminho-de-ferro de Leiria, azulejo  
 Pág. 18 – Porto de Mós, pormenor do castelo Leiria, centro histórico  
 Pág. 19 – Pinhal de Leiria Leiria, Estação de caminho-de-ferro  
 Pág. 20 – Castelo de Leiria, interior  
 Pág. 21 – Óbidos, rua com arco  
 Pág. 23 – Santuário de Fátima Óbidos, uma rua  
 Pág. 24 – Nazaré, Rua Marginal  
 Pág. 25 – Leiria, escola do 1.º ciclo do ensino básico  
 Pág. 26/27 – Leiria, Palácio da Justiça  
 Pág. 28 – Leiria, Edifício da Câmara Municipal  
 Pág. 29 – Frontão da Câmara Municipal de Leiria Leiria, pormenor da Fonte das Três Bicas  
 Pág. 31 – Castanheira de Pêra, vista geral  
 Pág. 32 – Leiria, Praça Rodrigues Lobo  
 Pág. 34 – Idoso  
 Pág. 35 – Caldas da Rainha, Hospital Termal  
 Pág. 36/37 – Mosteiro da Batalha, pormenor  
 Pág. 38/39 – Leiria, idosos  
 Pág. 40/41 – S. Pedro de Moel  
 Pág. 44 – Leiria, o castelo a partir da Praça Rodrigues Lobo  
 Pág. 46/47 – Caldas da Rainha, cerâmica  
 Pág. 48 – Pombal, indústria madeiras  
 Pág. 48/49 – Castanheira de Pêra, indústria têxtil  
 Pág. 50/51 – Óbidos, a tradição  
 Pág. 54 – Leiria, castelo  
 Pág. 55 – Museu do Castelo de Leiria, algumas peças  
 Pág. 57 – Castelo de Óbidos  
 Pág. 58 – Castelo de Ourém  
 Pág. 59 – Castelo de Pombal  
 Pág. 60 – Castelo de Leiria, interior  
 Pág. 61 – Castelo de Ourém, pormenor Castelo de Pombal, interior  
 Pág. 62 – Mosteiro da Batalha, capelas imperfeitas  
 Pág. 63 – Castelo de Leiria  
 Pág. 64 – Mosteiro de Alcobça, pormenores de claustro e cozinha  
 Pág. 65 – Mosteiro de Alcobça  
 Pág. 66 – Mosteiro da Batalha, vitral  
 Pág. 67 – Leiria, vista a partir do castelo  
 Pág. 68 – Óbidos, castelo e casario  
 Pág. 69 – Óbidos, castelo e pormenor do casario  
 Pág. 70/71 – Castelo de Porto de Mós  
 Pág. 72/73 – Mosteiro da Batalha, interiores e pormenores  
 Pág. 74 – Marinha Grande, homenagem a Guilherme Stephens  
 Pág. 75 – Marinha Grande, Palácio de Stephens  
 Pág. 76 – Marinha Grande, fabrico de vidro  
 Pág. 77 – Marinha Grande, antiga Fábrica Stephens  
 Pág. 78 – Madeira, pormenor  
 Pág. 79 – Pinhal de Leiria  
 Pág. 80 – S. Pedro de Moel, farol  
 Pág. 81 – Porto de Mós, pedreira  
 Pág. 82 – Via férrea, pormenor  
 Pág. 83 – Leiria, edifício da agência do Banco de Portugal  
 Pág. 84 – Leiria  
 Pág. 85 – Marinha Grande, fabrico e comercialização de vidro Museu do Vidro da Marinha Grande, estendedor de vidraça  
 Pág. 86 – Marinha Grande, Monumento ao Vidreiro Marinha Grande, Fábrica Santos Barbosa  
 Pág. 87 – Castanheira de Pêra, a tradição industrial Pombal, indústrias de cerâmica e de madeira  
 Pág. 88 – Leiria, área comercial da Praça Rodrigues Lobo  
 Pág. 90 – Marinha Grande, fabrico e molde de peça de vidro  
 Pág. 92/93 – Leiria, nocturno da Praça Rodrigues Lobo  
 Pág. 95 – Leiria, Praça do Terreiro  
 Pág. 96 – Leiria, antigas instalações do Liceu de Rodrigues Lobo  
 Pág. 99 – Leiria, Escola Secundária de Domingos Sequeira  
 Pág. 100/101 – Leiria, Museu Escolar de Marrazes  
 Pág. 102 – Museu Escolar de Marrazes, pormenor de sala de aula  
 Pág. 103 – Leiria, “Escola Amarela”, do 1º ciclo do ensino básico  
 Pág. 104 – Leiria, Convento de Santo Estevão que albergou a antiga Escola do Magistério Primário  
 Pág. 105 – Leiria, escola do 1º ciclo do ensino básico  
 Pág. 107 – Leiria, Escola Secundária Rodrigues Lobo Leiria, escola do 1º ciclo do ensino básico  
 Pág. 108 – Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação, em Leiria  
 Pág. 111 – Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Arte e Design, em Caldas da Rainha  
 Pág. 112 – Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, em Leiria  
 Pág. 113 – Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Arte e Design, em Caldas da Rainha  
 Pág. 114/115 – Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Tecnologia do Mar, em Peniche e Escola Superior de Saúde, em Leiria.

# ANEXOS

ANOS	TOTAL REGIÃO (a)	TOTAL PAÍS (b)	PERCENTAGEM (a/b X 100)
1527	33.608	1.122.000	3,0
1864	194.858	4.286.995	4,5
1878	217.195	4.698.984	4,6
1890	242.527	5.102.891	4,8
1900	268.197	5.446.760	4,9
1911	299.676	5.999.146	5,0
1920	314.697	6.080.135	5,2
1930	344.118	6.802.429	5,1
1940	398.765	7.755.423	5,1
1950	442.316	8.510.240	5,2
1960	452.011	8.889.392	5,1
1970	419.685	8.663.252	4,8
1981	461.605	9.833.014	4,7
1991	466.337	9.867.147	4,7
2001	505.642	10.356.117	4,9

Tabela II - POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO DE LEIRIA E NO PAÍS (1527-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de GALEGO e DAVEAU (1986) e INE (1964; 1970a, 1981, 1991 e 2002a)

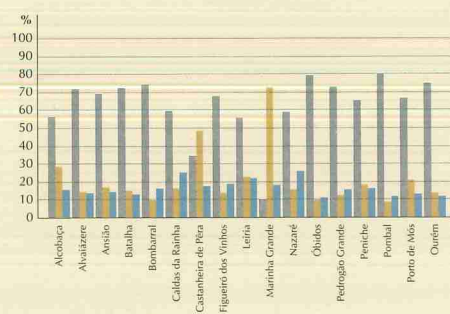


Fig. 31 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, POR CONCELHO E SECTOR DE ACTIVIDADE (1950)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (1950).

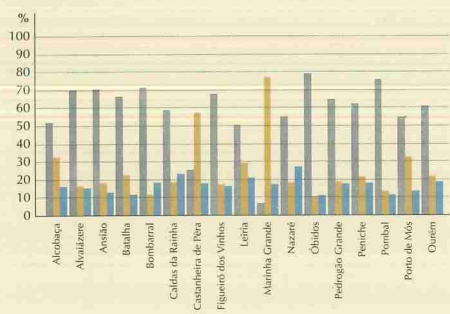


Fig. 32 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, POR CONCELHO E SECTOR DE ACTIVIDADE (1960)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (1960).

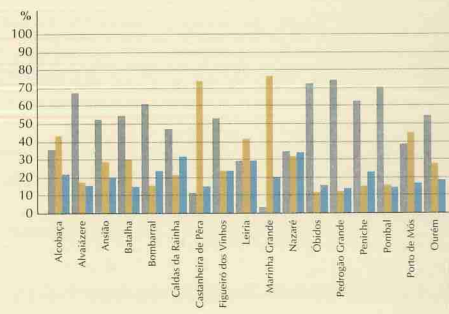


Fig. 33 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, POR CONCELHO E SECTOR DE ACTIVIDADE (1970)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (1970).

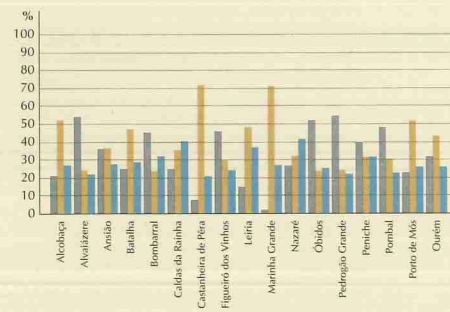


Fig. 34 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, POR CONCELHO E SECTOR DE ACTIVIDADE (1981)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (1981).

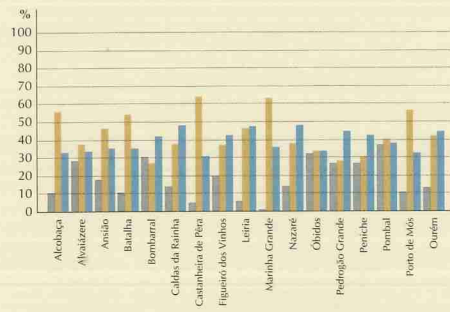


Fig. 35 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, POR CONCELHO E SECTOR DE ACTIVIDADE (1991)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (1991).

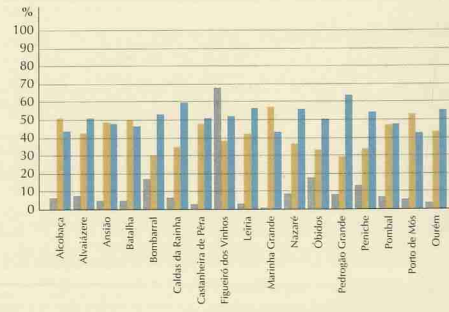


Fig. 36 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, POR CONCELHO E SECTOR DE ACTIVIDADE (2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (200a).

■ Primário ■ Secundário ■ Terciário



CONCELHOS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	TOTAL
Alcobaça	21.217	23.271	26.140	28.969	33.023	34.583	38.462	43.518	47.905	50.027	47.290	52.347	54.382	55.376	550.510
Alvaiázere	9.802	10.477	10.675	11.936	12.870	13.098	13.290	15.047	14.950	13.583	11.300	10.510	9.306	8.438	165.282
Ansião	12.177	13.096	12.961	13.562	14.601	14.832	15.543	17.391	18.309	17.268	14.900	15.446	14.029	13.719	207.834
Batalha	5.082	6.134	6.634	7.107	7.817	8.350	9.643	11.220	12.817	13.811	11.755	12.588	13.329	15.002	141.289
Bombarral	4.730	5.882	7.706	9.024	9.796	11.206	12.669	14.535	15.413	15.209	13.745	13.758	12.727	13.324	159.724
Caldas da Rainha	13.591	15.305	18.889	20.971	24.516	26.027	29.207	33.523	37.165	37.430	35.585	41.018	43.205	48.846	425.278
Castanheira de Pêra	3.972	4.999	5.959	6.213	6.523	5.839	6.116	6.411	6.330	5.739	4.660	5.137	4.442	3.733	76.073
Figueiró dos Vinhos	8.040	9.044	9.127	9.702	10.630	10.686	10.699	12.031	12.300	11.545	8.960	8.754	8.012	7.352	136.882
Leiria	32.252	35.402	41.606	44.811	48.447	51.101	55.234	67.313	77.567	82.988	78.950	96.517	102.762	119.847	934.797
Marinha Grande	6.055	7.469	8.606	9.611	10.677	10.995	11.888	14.708	17.663	20.483	23.350	31.284	32.234	35.571	240.594
Nazaré	5.579	6.512	7.583	8.393	10.341	10.323	10.406	11.614	13.248	13.511	13.260	15.436	15.313	15.060	156.579
Óbidos	6.166	6.541	7.977	8.635	9.467	9.584	9.877	10.799	11.716	11.316	9.465	10.538	11.188	10.875	134.144
Pedrógão Grande	6.230	6.597	7.333	7.944	8.561	8.541	8.877	9.250	8.955	8.239	4.985	5.842	4.643	4.398	100.395
Peniche	6.324	6.775	7.668	8.199	9.692	12.565	16.019	18.009	21.203	22.200	21.555	25.627	25.880	27.315	229.031
Pombal	2.6366	28.888	29.369	34.840	38.596	41.094	45.358	53.850	59.925	59.931	56.890	53.727	51.357	56.299	636.490
Porto de Mós	9.883	10.860	11.834	12.554	14.533	14.604	16.296	18.796	20.524	21.220	20.290	21.700	23.343	24.271	240.708
Ourém	17.392	19.943	22.460	25.726	29.586	31.269	34.534	40.750	46.326	47.511	42.745	41.376	40.185	46.216	486.019
<b>Total</b>	<b>194.858</b>	<b>217.195</b>	<b>242.527</b>	<b>268.197</b>	<b>299.676</b>	<b>314.697</b>	<b>344.118</b>	<b>398.765</b>	<b>442.316</b>	<b>452.011</b>	<b>419.685</b>	<b>461.605</b>	<b>466.337</b>	<b>505.642</b>	-

Tabela I - POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO DE LEIRIA, por concelhos (1864-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados do INE (1964, 1970, 1981, 1991, 2002a).

CONCELHOS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Alcobaça	52,9	58	65,2	72,2	82,4	86,3	95,9	108,5	119,5	124,8	116,2	128,7	133,7	139,5
Alvaiázere	61,8	66	67,3	75,2	81,1	82,6	83,8	91,8	91,2	85,6	70,4	65,5	58	52,5
Ansião	71,3	76,7	75,9	79,4	85,5	86,8	91	101,8	107,2	101,1	84,6	87,7	79,6	78
Batalha	44,7	54	58,4	62,5	68,8	73,5	84,7	98,7	112,7	121,5	114,3	122,5	129,7	147,5
Bombarral	52,1	64,8	84,9	99,4	107,9	123,4	139,6	160,1	169,8	167,5	149,9	150,0	138,8	145,2
Caldas da Rainha	54	60,8	75,1	83,3	97,4	103,4	116,1	133,2	147,7	148,7	139,0	160,2	168,8	191,9
Castanheira de Pêra	58,5	73,6	87,8	91,5	96,1	86	90,1	94,4	93,3	84,5	69,8	76,9	66,5	55,4
Figueiró dos Vinhos	43,7	49,2	49,7	52,8	57,8	58,1	58,2	65,5	66,9	62,8	51,6	50,4	46,2	42,2
Leiria	58,7	64,5	75,8	81,6	88,2	93	100,6	122,6	141,2	151,1	138,9	169,8	180,8	213,9
Marinha Grande	32,4	39,9	46	51,4	57,1	58,8	63,6	78,6	94,4	109,5	125,9	168,7	173,9	185,7
Nazaré	58,6	68,4	79,7	88,2	108,6	108,4	109,3	122	139,2	141,9	160,7	187,1	185,6	182
Óbidos	42,2	41,8	51,6	59,1	64,8	65,6	67,7	74	80,2	77,5	66,5	74,0	78,6	76,1
Pedrógão Grande	48,4	51,2	56,9	61,7	66,5	66,3	68,9	71,8	69,5	64,0	38,7	45,4	36	34,2
Peniche	85,7	91,9	104	111,2	131,4	170,3	217,2	244,2	287,5	301	277,4	329,8	333,1	351
Pombal	41,1	45,1	45,8	54,4	60,2	64,1	70,8	84	93,5	93,5	90,9	85,9	82,1	91
Porto de Mós	37,6	41,3	45	47,7	55,2	55,5	61,9	71,4	78	80,7	76,8	82,1	88,3	92,2
Ourém	41,3	47,3	53,3	61	70,2	74,1	81,9	96,6	109,9	112,7	102,7	99,4	96,6	111,8

Tabela III - DENSIDADE POPULACIONAL DOS CONCELHOS QUE COMPÕEM A REGIÃO DE LEIRIA (1864-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (1964; 1970a, 1981, 1991 e 2002a) e Infonline do INE (www.ine.pt).



**INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE LEIRIA**

[www.ipleiria.pt](http://www.ipleiria.pt)

Rua General Norton de Matos • Apartado 4133

2411-901 Leiria - Portugal

Tel.: 234 406 300 • Fax: 234 406 301